



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

GREYCE FALCÃO DO NASCIMENTO

“ACONTECEU, VIROU MANCHETE”:

O golpe de 1964 e o governo Castelo Branco nas páginas da revista

RECIFE

2015

GREYCE FALCÃO DO NASCIMENTO

“ACONTECEU, VIROU MANCHETE”:

O golpe de 1964 e o governo Castelo Branco nas páginas da revista

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria do Socorro de Abreu e Lima
Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Maria Barros dos Santos

RECIFE

2015

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

N244a Nascimento, Greyce Falcão do.
"Aconteceu, virou manchete" : o golpe de 1964 e o governo Castelo Branco nas páginas da revista / Greyce Falcão do Nascimento. – Recife: O autor, 2015.
146 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Profª. Drª. Maria do Socorro de Abreu e Lima.
Coorientadora: Profª. Drª. Ana Maria Barros dos Santos.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós Graduação em História, 2015.
Inclui referências.

1. Brasil – História. 2. Governo militar - Brasil. 3. Ditadura. 4. Imprensa. 5. Castelo Branco, Humberto de Alencar, 1900-1967. I. Lima, Maria do Socorro de Abreu e (Orientadora). II. Santos, Ana Maria Barros dos (Coorientadora). III. Título.

981 CDD (22.ed.)

UFPE (CFCH2015-109)

Greyce Falcão do Nascimento

**“ACONTECEU, VIROU MANCHETE”:
O golpe de 1964 e o governo Castelo Branco nas páginas da revista**

Dissertação apresentada ao **Programa de Pós-Graduação em História** da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em História**.

Aprovada em: **10/08/2015**

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro de Abreu e Lima
Orientadora (Departamento de História/UFPE)

Prof.^a Dr.^a Ana Maria Barros dos Santos
Coorientadora e Membro Titular Externo (Departamento de História/UFPE)

Prof. Dr. Luiz Anastácio Momesso
Membro Titular Externo (Departamento de Comunicação Social/UFPE)

O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.

Michel Foucault.

À minha família, estrutura fundamental na realização de mais esse sonho.
Em especial, meus filhos, João Gilberto Falcão Muniz e Marília Gabriela Falcão Muniz.

À memória de todas as mulheres e homens que sofreram direta, ou indiretamente, as consequências da ditadura militar brasileira.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente preciso agradecer a Deus, pela vida e pela oportunidade de realizar mais esse projeto profissional.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Pernambuco e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que desde o início custeou nossa proposta de trabalho. Sem esse investimento, a pesquisa não poderia ser realizada.

A minha orientadora, Prof.^a Dra. Maria do Socorro de Abreu e Lima. Obrigada pelo carinho, atenção e sensibilidade. Características que vão muito além da sala de aula. Aprendi muito durante esse período e suas sugestões foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Sempre disposta a ajudar, seu papel foi importantíssimo nas leituras e correções desde a qualificação.

À Prof.^a Dra. Ana Maria Barros, também orientadora da monografia para a conclusão do curso de Especialização em História do Século XX, na mesma UFPE. Foi nesse momento em que surgiu essa pesquisa e o desejo de cursar o mestrado nesta instituição. Obrigada pelo carinho e pela amizade.

À Prof.^a Dra. Isabel Cristina Martins Guillen Martins, com quem aprendi bastante durante as aulas e discussões dos textos. Sua contribuição foi fundamental para que eu realizasse as entrevistas de história oral no Rio de Janeiro. A cada conversa, a cada sugestão, me fazia acreditar que eu podia voar mais alto. Obrigada por me fazer acreditar no meu potencial enquanto estudante.

Ao Programa de Pós-Graduação em História, representados também pelos coordenadores e corpo administrativo. Especialmente, às secretárias Sandra Albuquerque e Patrícia Pinheiro pela dedicação em suas atividades.

A todos os funcionários das instituições pesquisadas. Biblioteca Nacional, Associação Brasileira de Imprensa e Biblioteca Joaquim Cardoso. E a todos os entrevistados, José Esmeraldo Gonçalves, Roberto Fernando Muggiati, Murilo Melo Filho e Arnaldo Niskier.

A Thiago Nunes Soares, amigo, incentivador e crítico. Suas interferências foram de fundamental importância na escolha da bibliografia e na forma de abordagem dos textos. Obrigada pela amizade, pelo carinho, pela disponibilidade e pelo apoio nas horas de dificuldade.

RESUMO

Este trabalho procura abordar a construção de notícias acerca do golpe militar e do governo Castelo Branco no período entre 1942-1945 e suas implicações no contexto da Ditadura Militar. Nosso objetivo é entender como foi o posicionamento da revista *Manchete* na escolha e publicação das reportagens que faziam uma clara defesa ao golpe e aos militares. Para tal, analisamos os principais fatos políticos divulgados na revista nesse período, e fizemos um paralelo com outra publicação, o jornal *Ultima Hora*, e como foram as divulgações dessas mesmas notícias, através desse veículo. Vimos, não só através da lógica militar, mas a partir de uma abordagem onde os discursos e sua veiculação na imprensa ganham visibilidade social na tentativa de cooptação da população para os fins estatais.

palavras-chave: Imprensa. Ditadura. Autoritarismo.

ABSTRACT

This paper seeks to address the construction of news about the military coup and Castelo Branco government in the period 1942-1945 and its implications in the context of military dictatorship. Our goal is to understand how was the positioning of the magazine headline in the selection and publication of the reports that were a clear defense of the coup and the military. To this end, we analyze the main political facts published in the journal during this period, and made a parallel with another publication, the newspaper Última Hora, and how were the disclosures of those news through this vehicle. We have seen, not only by military logic, but from an approach where the speeches and their placement in the press gain social visibility in an attempt to population of the appointment for State purposes.

keywords: Press. Dictatorship. Authoritarianism.

LISTA DE SIGLAS

AERP – Assessoria Especial de Relações Públicas

AI – Ato Institucional

CBT – Código Brasileiro de Telecomunicações

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CONTEL – Conselho Nacional de Telecomunicações

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

JK – Juscelino Kubitschek

MAC – Movimento Anti Comunista

MC – Ministério das Comunicações

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SNI – Serviço Nacional de Informações

SIGAB – Serviço de Informação do Gabinete

SUPRA – Superintendência de Política Agrária

UH – Última Hora

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO | 12 |
| 1 OS BLOCH NO BRASIL | |
| 1.1 A família Bloch..... | 25 |
| 1.2 Chegada ao Brasil..... | 27 |
| 1.3 Nascimento e ascensão da revista..... | 28 |
| 1.4 Declínio e falência..... | 35 |
| 1.5 Relação com a política..... | 36 |
| | |
| 2 O IMPACTO DO GOLPE PARA OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO | |
| 2.1 As agências reguladoras..... | 40 |
| 2.2 O Ministério das Comunicações..... | 44 |
| 2.3 Os processos de concessão na grande imprensa..... | 48 |
| 2.4 A censura após o golpe | 49 |
| 2.5 O revisionismo historiográfico pós-64..... | 52 |
| | |
| 3 MANCHETE E ULTIMA HORA, VISÕES ACERCA DO GOLPE E DO GOVERNO CASTELO BRANCO | |
| 3.1 <i>Ultima Hora</i> , um contraponto à <i>Manchete</i> | 59 |
| 3.2 Uma breve biografia de Samuel Wainer..... | 60 |
| 3.3 <i>Diretrizes</i> , o embrião do jornal <i>Ultima Hora</i> | 61 |
| 3.4 Samuel Wainer, Getúlio Vargas e <i>Ultima Hora</i> | 64 |
| 3.5 <i>Ultima Hora</i> e o golpe de 1964..... | 69 |
| 3.6 O cenário político pré-golpe de 1964..... | 71 |
| 3.7 <i>Manchete</i> e <i>Ultima Hora</i> . Notícias sobre o golpe..... | 88 |
| 3.8 <i>Manchete</i> e <i>Ultima Hora</i> . Versões acerca do governo Castelo Branco..... | 101 |
| 3.9 A Revista <i>Manchete</i> sob a perspectiva das memórias dos seus jornalistas e do olhar vigilante da rede de informações..... | 124 |
| | |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 137 |
| REFERÊNCIAS | 138 |
| INSTITUIÇÕES PESQUISADAS E FONTES | 143 |

INTRODUÇÃO

Diante de inúmeras tentativas de discutir o papel da mídia no âmbito da sociedade, principalmente durante o regime militar brasileiro, é importante revisar a atuação do jornalismo impresso, um aparelho de hegemonia poderoso, que agiu de forma decisiva, em alguns momentos, na preparação e sustentação do golpe, colocando-se como um dos saberes instituídos que operaram reproduzindo, muitas vezes, de forma clara, a noção de Segurança Nacional, base ideológica do governo.

A imprensa foi parte integrante da complexa e eficiente rede de informações que serviu como pilar de sustentação do sistema autoritário.¹ Para a cooptação das camadas médias urbanas houve um trabalho sistemático promovido pela Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP). Criado no Governo do General Arthur da Costa e Silva, através do Decreto nº. 62.119, de 15 de Janeiro de 1968, o órgão tinha a finalidade de assessorar o Presidente da República nos assuntos de Comunicação Social. O responsável pelo departamento poderia ser um civil ou um oficial superior das Forças Armadas, desde que diplomado em Relações Públicas. A AERP foi utilizada de forma estratégica e contrariou a tradição da comunicação política brasileira, na qual comunicação governamental era produzida por assessorias de imprensa. De modo geral, os meios de comunicação assumiram a tarefa de adequar o público ao *status quo* social e político defendido pelos militares.

Assim, este trabalho tem como objetivo trazer à luz o papel da revista *Manchete*, uma das publicações semanais de maior alcance em nosso país, naquele período, em sua forma de divulgar e discutir as notícias acerca do golpe civil-militar e do governo de Castelo Branco.

Para que o regime ditatorial fosse implantado no Brasil, o golpe civil-militar de 1964 foi articulado por forças civis e militares representadas por diversos segmentos da sociedade. Sendo importante ressaltar que a “adesão” da maioria da classe média brasileira deu suporte e legitimidade ao sistema repressor, tendo em vista a profusão dos discursos do “perigo comunista” e da “ameaça de subversão da ordem”, alimentando o imaginário do medo. Essas expressões foram utilizadas frequentemente pela revista no período analisado por esta pesquisa.

Através do poder de escrita dos jornalistas, e do alcance dos diversos veículos de comunicação, se estabeleceu um combate ideológico entre diferentes segmentos da sociedade.

¹ DREIFUSS, René Armand. *1964, A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1987.

A informação foi tomada como referência na elaboração do discurso, passando a ter uma forte influência ao longo do regime. Conforme Marcília Gama, “*em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos*”². Assim, nos governos militares foram selecionados e emitidos discursos que buscavam legitimar o sistema e controlar a sociedade. Além da construção negativa da imagem dos sujeitos que se voltavam contra as ações do governo, buscava-se eliminar qualquer discurso que se contrapusesse aos militares e à ordem social.

Como fontes foram analisadas notícias, matérias e reportagens, que tratavam exclusivamente acerca do golpe-civil militar e do governo federal. Essa documentação demonstrou a postura ideológico-partidária assumida pelo veículo durante esse período. Além disso, realizamos entrevistas com ex-funcionários da *Manchete* e observamos o trabalho de outro importante veículo do período, o jornal *Ultima Hora*, e confrontamos as visões que cada fonte construiu acerca daquele momento. Fomos ao estado do Rio de Janeiro para realizar as entrevistas e para ter acesso a algumas edições que só estavam disponíveis na Biblioteca Nacional. A maioria dos exemplares analisados está disponível na Biblioteca da Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco.

Essa pesquisa teve início durante a especialização “História do Século XX” promovida pela Universidade Federal de Pernambuco, ministrada entre os anos de 2009 e 2010, com a orientação da Professora Dra. Ana Maria Barros dos Santos, e que teve como resultado uma monografia³. Com essa mesma temática, produzimos outro trabalho⁴, desta vez na conclusão do curso de Jornalismo, na Faculdade Maurício de Nassau, sob a orientação da Professora Ms. Raquel Rodrigues e com enfoque para análise do discurso e com base nas categorias de análise e na teoria da estrutura retórica de Teun A. Van Dijk.

Utilizamos os documentos, não como verdade absoluta, mas como eles se encontram, carregados de sentidos e objetivos, buscando compreender e analisar o efeito de verdade produzido pelo segmento “jornalismo de revista”. Partindo dessas premissas e da atualidade desse tema, é extremamente relevante voltarmos os nossos olhos para essa articulação e para os interesses da imprensa e da política brasileira naquele momento. O trabalho da *Manchete*,

² SILVA, Marcília Gama da. *Informação, Repressão e Memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)*. Tese (Doutorado em História) - CFCH, UFPE, Recife, 2007.

³ NASCIMENTO, Greyce Falcão. *A imprensa a serviço do golpe*. A repercussão do AI-5 nas páginas da revista *Manchete*. Recife: Faculdade Maurício de Nassau. 2011.

⁴ *Ibidem*.

especificamente consistiu na disseminação de notícias que visavam persuadir o leitor construindo uma imagem positiva do regime militar.

Nesse contexto, é importante destacar que o historiador teve uma grande expansão em seu campo de trabalho nos últimos anos, o que nos permite pensar as relações entre mudança e permanência, a influência dos discursos nas práticas sociais e na mentalidade, e os diferentes campos do saber. Os estudos acerca do uso dos meios de comunicação no processo de controle social vêm ganhando importância nas pesquisas históricas. Isso devido aos paradigmas proporcionados pela Escola dos Annales, que propõem uma História Cultural ⁵.

Dentro do campo do jornalismo, temos o segmento “jornalismo de revista” que traz consigo suas especificidades. As revistas nasceram com a premissa de abordar temas ligados a educação e ao entretenimento. Anos depois, passaram a trabalhar com o aprofundamento dos assuntos, a segmentação dos temas, a prestação de serviços e a interpretação dos acontecimentos. Apresentavam certas diferenças em relação aos jornais já consolidados, como o tamanho e a periodicidade.

Revista é também um encontro entre um editor e um leitor, um contato que se estabelece, um fio invisível que une um grupo de pessoas e, nesse sentido, ajuda a construir identidade, ou seja, cria identificações, dá sensação de pertencer a um determinado grupo. (...) quem define uma revista, antes de tudo, é o seu leitor⁶.

A primeira revista de que se tem notícia foi publicada em 1663, na Alemanha, e chamava-se *Erbauliche Monaths-Unterredungen* (ou *Edificantes Discussões Mensais*). Ao longo do século XX, a revista foi ganhando público e popularidade, principalmente na Europa e nos Estados Unidos. A primeira revista ilustrada, gênero que revolucionaria a forma de conceber e editar revistas surgiu em 1842, em Londres, e continua a ser editada até hoje, a *Illustrated London News*. Quando surgiu, tinha 16 páginas de texto, 32 de gravuras, que reproduziam os acontecimentos da época na forma de desenhos. A fórmula foi copiada em todos os países e, no final do século XIX, foi aperfeiçoada com o desenvolvimento da fotografia e da impressão com meio-tom. Assim se mostrava o cenário internacional:

Life foi copiada com sucesso na França por *Match* que, depois da Segunda Guerra Mundial, passou a chamar-se *Paris Match* e continua a ser uma das revistas mais vendidas naquele país até hoje. Na Alemanha, *Stern*, que usa a mesma fórmula, também é uma das publicações mais vendidas. E como não poderia deixar de ser, o

⁵ BURKE, Peter (Org.). *O que é História Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

⁶ SCALZO, Marília. *Jornalismo de Revista*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 12.

Brasil também a copiou, vide *Cruzeiro* e *Manchete*, dois grandes fenômenos editoriais brasileiros⁷.

A primeira revista brasileira, chamava-se *As Variedades ou Ensaios de Literatura*, e surgiu em 1812, em Salvador, na Bahia. Pouco depois do marco oficial do nascimento da imprensa no Brasil, em 1808. Somente no final do século XIX a imprensa adquiriu as características que a acompanham até hoje, um fenômeno da modernidade, fruto do nascimento da Indústria Cultural. Com o advento da República, a abolição da escravatura e a intensificação da urbanização e da industrialização no país, a imprensa vai aumentando cada vez mais seu poder de influência junto a parte significativa da sociedade brasileira. No começo do século XX já percebemos a utilização de jornais e outros tipos de impressos para a veiculação de opiniões e disputas por espaços de poder.

A escolha de uma revista como objeto de estudo, justifica-se por entender a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social, não a considerando como um simples veículo de informações, transmissor parcial e neutro dos acontecimentos, isolado, portanto, da realidade político-social na qual se insere.

A grande mídia constitui hoje – com todas as suas complexidades, os seus paradoxos e suas contradições – uma coluna de sustentação do poder. Ela é imprescindível como fonte legitimadora das medidas políticas anunciadas pelos governantes e das “estratégias de mercado” adotadas pelas grandes corporações e pelo capital financeiro. Constrói consensos, educa percepções, produz “realidades” parciais apresentadas como a totalidade do mundo, mente, distorce os fatos, falsifica, mistifica – atua enfim, como um “partido” que, proclamando-se porta-voz e espelho dos “interesses gerais” da sociedade civil, defende os interesses específicos de seus proprietários privados⁸.

Além de trabalhar intensamente na produção de consensos, a imprensa busca fabricar socialmente a amnésia, mediante a imposição da velocidade informativa. Pode, em algumas circunstâncias, ocultar, total ou parcialmente, certos aspectos da realidade, inverter a relevância das informações ou promover a descontextualização dos acontecimentos. Para

⁷ *Ibidem*, p. 23.

⁸ ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.p. 8.

Perseu Abramo, a atividade jornalística só pode ser entendida e analisada enquanto categoria política, como instrumento de propagação ideológica de grupos, setores e classes sociais.

Alguns assuntos jamais, ou quase nunca, são tratados pela imprensa, enquanto outros aparecem quase todos os dias. Alguns segmentos sociais são vistos pela imprensa apenas sob alguns poucos ângulos, enquanto permanece na obscuridade toda a complexa riqueza de suas vidas e atividades. Alguns personagens jamais aparecem em muitos órgãos de comunicação, enquanto outros comparecem abusivamente, à saciedade, com uma irritante e enjoativa frequência. Alguns aspectos são sistematicamente lembrados na composição das matérias sobre determinados grupos sociais, mas igualmente evitados de forma sistemática quando se trata de outros. Depois de distorcida, retorcida e recriada ficcionalmente, a realidade é ainda assim dividida pela imprensa em realidade do campo do Bem e realidade do campo do Mal, e o leitor/espectador é induzido a acreditar não só que seja assim, mas que assim será eternamente, sem possibilidade de mudança⁹.

Sabemos, no entanto, que essas definições referem-se especificamente ao cenário brasileiro. Nesse contexto, está inserida a revista *Manchete*. Veículo de comunicação analisado enquanto documento histórico. Conceito utilizado por Marc Bloch para abranger tudo o que contém a possibilidade de vislumbrar a ação humana. Essa mudança de paradigma referente ao conceito, trazido pelos Annales, traz uma maior preocupação em como lidamos e olhamos as fontes, isso seria ainda mais importante do que a própria fonte em si. O que o torna relevante e a análise que se faz do objeto-documento e não apenas o documento em si.

Desde o século XIX, o conceito e a abrangência do termo documento histórico foram sendo ampliados. A Escola dos Annales, no século XX, colaborou ainda mais para o alargamento da noção de fonte. Ao determinar que a busca do historiador fosse guiada por tudo o que fosse humano, Marc Bloch demonstra que, ao mesmo tempo em que se amplia o campo do historiador, amplia-se, necessariamente, a tipologia da sua fonte¹⁰.

Vemos, com a ampliação do campo de trabalho do historiador, o jornalismo sendo utilizado como fonte, objeto e documento de pesquisa. No Brasil, até a década de 1970, eram

⁹ Ibidem, p. 35.

¹⁰ PINSKY, Carla Bassanezi. LUCA, Tania Regina de. (orgs.). *O historiador e suas fontes* 1.Ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013, p. 24.

poucos os trabalhos que se utilizavam de jornais e revistas. Ainda predominava a forte tradição positivista que buscava a verdade absoluta através dos documentos ditos oficiais. As fontes eram consideradas legítimas por conterem características como objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade e distanciamento temporal. Os jornais eram considerados fontes distorcidas, parciais e subjetivas, produzidos sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Como então recuperar o passado através de fragmentos do presente e do cotidiano? Embora a Escola dos Annales tenha proposto uma renovação dos temas, das problemáticas e procedimentos metodológicos do fazer historiográfico, não alterou imediatamente essa percepção dos periódicos enquanto objeto de estudo da história. É somente a partir do anos 1960 principalmente depois do lançamento do livro “*História da Imprensa no Brasil*”, de Nelson Werneck Sodré, que a imprensa passa a ser considerada uma importante fonte primária. Nos anos subsequentes, jornais, almanaques, folhetos publicitários, panfletos e revistas, passam a ser usados em pesquisas acadêmicas sobre a militância política de grupos específicos, enfocando aspectos como a economia, a política e a cultura desses grupos.

Com os novos métodos de impressão que chegam ao Brasil a partir dos anos 1950, devido principalmente à importação de maquinário alemão, houve um aumento considerável nas tiragens, o barateamento dos exemplares, e o alcance de regiões distantes dos principais centros urbanos. Além disso, a ilustração contida nas fotos, caricaturas, charges e outras modalidades da imagem, foram incorporadas definitivamente aos periódicos. Os conteúdos também sofrem mudanças significativas, com o advento das seções bem delimitadas, em política, esporte, lazer, crítica literária, cultura e vida social. É nesse momento que acontece uma divisão, especialização e profissionalização nas redações.

No período de surgimento da revista *Manchete*, ainda na década de 1950, vemos uma mudança na forma de abordar as notícias. Da doutrinação, passamos à informação. A busca pela “verdade” dos fatos torna-se uma das premissas do jornalismo brasileiro naquele momento. Houve mudanças na aparência física dos periódicos, na estruturação e divisão do conteúdo, nas relações com o mercado, com a publicidade e com o público. Nesse sentido, é imprescindível que qualquer pesquisa acadêmica, ao tomar o jornalismo impresso como fonte/objeto, perceba que os conteúdos trazidos por esses veículos não podem ser dissociados do lugar ocupado pela publicidade em tais empresas. É preciso atentar para fatores como a objetividade, a imparcialidade, a análise do discurso, as motivações para a publicação de certas notícias, qual o lugar ocupado por determinada notícia, se ganhou uma manchete de capa, ou apenas uma nota no fim da página.

Fazer história dos meios pode ser, portanto, estabelecer ações no sentido de estudar um *corpus* específico de textos ou de textualidades, considerando sempre e necessariamente os personagens envolvidos nesse processo (os produtores dos textos e aqueles a quem eram dirigidos). É preciso, ao interpretar o passado, perceber os significados plurais dos textos que circulavam na sociedade e também como os leitores se relacionavam com esses textos. É necessário visualizar como as ideias eram transmitidas via textos e como a palavra impressa afetava o comportamento daqueles que tinham diretamente contato com aqueles textos¹¹.

Jornais e revistas agregam pessoas em torno de ideais, crenças e valores. Dentro de sua dinâmica de produção de conteúdo é preciso perceber qual a sua linha editorial, os seus colaboradores, sua ligação com o poder político no qual está inserido, seus interesses financeiros e o processo que levou ao surgimento daquele determinado veículo. Além disso, perceber o público-alvo, sua faixa etária, sexo e escolaridade, são reflexos importantes na compreensão do veículo que estamos analisando.

A chave para a compreensão dos processos comunicacionais que se instauraram no Brasil a partir de 1960 é a percepção de que os meios se dirigem cada vez mais a uma multiplicidade de rostos, que passam a ser vistos, sobretudo nas décadas seguintes, como público indiferenciado, qualificado e percebido como povo, massa, multidão. Há uma busca pela expansão do auditório onde múltiplos meios se movem e a presunção de que a eficácia da comunicação se faria pela aproximação de um leitor/espectador/ouvinte sem um rosto real, mas que assumia o seu lugar de público ao estar em contato com as indústrias midiáticas que se consolidam naquela sociedade¹².

Como uma das premissas do fazer historiográfico é perceber a contribuição dada por outros pesquisadores, uma das primeiras atitudes ao propor uma pesquisa sobre a revista *Manchete* foi procurar o que já havia sido produzido sobre esse tema. Percebemos assim, um “silêncio” sobre a revista no campo da história. Nenhum trabalho acadêmico foi encontrado

¹¹ BARBOSA, Marialva Carlos. RIBEIRO, Ana Paula Goulart. (orgs.). *História da Comunicação no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2011. p. 23.

¹² BARBOSA, Marialva. *História da Comunicação no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. P. 289.

em nossa área. A primeira pesquisa encontrada foi elaborada por Ana Maria de Sousa, do Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira da Universidade de São Paulo¹³.

A dissertação foi produzida a partir de nove crônicas, do escritor Rubem Braga, publicadas exclusivamente na revista *Manchete*, de 1964 a 1967. Parte do corpus se refere ao início da ditadura militar no Brasil, onde se estabeleceu uma conexão com o princípio da função testemunhal da narrativa, que pressupõe a existência de um fato real; o narrador rubembragiano registra o testemunho, demonstrando preocupação com alguns problemas políticos de sua época, sem deixar de desempenhar o papel de entreter o leitor.

Já Rose Mary Guerra Amorim¹⁴ procurou mostrar como as notícias produzidas pela revista, entre os anos 1956 e 1961, contribuíram para a criação de uma imagem positiva de Juscelino Kubitschek e de seu governo. As edições constantes de sua imagem de grande estadista justificam a existência, na memória coletiva, do mito político. Sua trajetória foi caracterizada por sua simpatia, seu poder de persuasão e pela força de sua oratória durante o seu governo e posteriormente calada pela ditadura militar, implantada no Brasil em 1964. *Manchete* deu forma, através de suas fotorreportagens, aos acontecimentos de um país em acelerado processo de desenvolvimento, contribuindo desta maneira, com a criação do mito dos anos dourados.

Além do aspecto jornalístico e político, a relação entre Juscelino e Adolpho Bloch, dono e fundador da revista *Manchete*, era de uma forte amizade pessoal. Desde o início dos primeiros projetos em Brasília, a revista deu total apoio e divulgação na construção da capital federal, sendo o primeiro veículo de comunicação da época, a montar uma sucursal em Brasília, enviando repórteres para morar na cidade e dando total cobertura ao projeto do então presidente.

Chegamos a Brasília em 1957, junto com os primeiros candangos. Escolhi Murilo Melo Filho e Jäder Neves, meus melhores homens, para ali instalarem o nosso escritório. Mandeí uma lancha para o Murilo com um bilhete: “Aí vai esta lancha. Não faça economia em matéria de relações públicas. Os judeus perderam Cristo por falta de propaganda. E fizeram mau negócio, pois um homem como aquele não se perde. Abraços. Adolpho”¹⁵.

¹³ SOUZA, Ana Maria de. *No doce das crônicas de Rubem Braga*, o testemunho de um narrador de alguns fatos de 1964-1967, nas páginas da revista *Manchete*. 208 p. (Dissertação) – Universidade de São Paulo. Programa de Pós-graduação em Literatura Brasileira, 2012.

¹⁴ AMORIM, Rose Mary Guerra. *O Governo JK e a revista Manchete: a criação do mito dos anos dourados*. 139 p. (Dissertação) – Fundação Getúlio Vargas – Curso de Mestrado Profissionalizante em Bens Culturais, 2008.

¹⁵ BLOCH, Adolpho. *O Pilão*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1978, p. 28.

Mais adiante, vemos que Juscelino manteve um escritório no próprio prédio onde funcionava a revista, além de escrever uma coluna semanal durante certo período.

A revista *Manchete* aposta em Brasília. E conforme a cidade vai tomando forma, suas vendas aumentam substancialmente. Adolpho aproxima-se de Juscelino, apoiando seu plano de metas e seu estilo de governar. Durante a construção da nova capital, ele faz questão de inaugurar o primeiro escritório jornalístico da cidade”¹⁶.

A criação do mito em torno da figura do presidente está diretamente relacionada à construção de Brasília, trazida em detalhes semanalmente. Em cada aniversário da capital federal, uma edição especial era lançada, exaltando o projeto e a realização de Juscelino. A revista deu forma, através de suas fotorreportagens, a imagem dos “anos dourados”. Esta representação visual deu força e constituiu no imaginário e na imaginação coletiva, a representação da manutenção do poder, através da produção de todas as imagens e textos referentes aos anos JK. Este poder não estava centrado somente na figura do político, mas principalmente nas suas ideias e ações. A imagem de JK foi veiculada sistematicamente pela revista, representado como: “homem simples”, “homem transformador”, “homem que amava o Brasil”. A maneira como JK morreu veio corroborar com toda a narrativa mítica produzida pela revista durante a vida de Juscelino. Seu corpo foi velado na sede da *Manchete*, onde aconteceu a maior homenagem popular prestada pelo Rio de Janeiro a um político desde a morte de Getúlio Vargas. A cada aniversário da morte do ex-presidente, Adolpho fazia questão de publicar uma “carta” ao amigo nas páginas da revista. A própria foto que o dono da Bloch trazia em sua coluna, era uma imagem dele abraçado ao amigo, a quem continuou exaltando nos anos subsequentes.

Maria Leandra Bizello¹⁷ analisou a construção da imagem pública de Juscelino Kubitschek no período de sua presidência nos anos de 1956 a 1961 nas revistas *Manchete*, *O Cruzeiro*, cinejornais e documentários realizados nessa mesma época. A autora trabalhou as relações entre cinema, fotografia e história, entendendo as imagens fotográficas e cinematográficas como documentos históricos.

A imagem pública de Juscelino Kubitschek é percebida enquanto “produto” do seu tempo, ligado intimamente às crises políticas, militares e econômicas que enfrentou enquanto

¹⁶ PENA, Felipe. *Seu Adolpho: Uma biografia em fractais de Adolpho Bloch, fundador da TV e Revista Manchete*. Rio de Janeiro: Usina de Letras, 2010, p. 135.

¹⁷ BIZELLO, Maria Leandro. *Entre Fotografias e Fotogramas, a construção da imagem pública de Juscelino Kubitschek (1956-1961)*. 25/02/2008. 332 p. Tese – Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Artes – Doutorado em Multimeios.

presidente. As imagens da construção da nova capital federal, Brasília, contribuíram para legitimá-lo como um presidente dinâmico, visionário e moderno. Os rituais de poder, a vida em família e o cotidiano de trabalho durante seu governo são faces que constituem sua imagem pública. Bizello analisa como essas imagens construídas têm relação direta com os meios de comunicação de massa e com o Estado.

Em seu trabalho, Silvana Louzada da Silva¹⁸ analisa as linhas editoriais das revistas *O Cruzeiro* e *Manchete*, e o fotojornalismo nelas publicados durante esse período, principalmente a imagem de nação que essas revistas buscam construir e até que ponto se apropriaram do discurso foto jornalístico para veicular a sua versão na consolidação da identidade nacional. O papel das revistas ilustradas nesse período pode ser comparado ao papel que a televisão aberta passou a exercer nos anos seguintes, levando informação e entretenimento a todas as classes, gêneros e idades, em todas as partes do país. Percebemos, assim, a dimensão da influência que esses veículos exerciam sobre a vida da população brasileira.

Ricardo Constante Martins analisou a revista *Manchete* durante o governo Médici.¹⁹ O veículo foi percebido enquanto órgão que contribuiu com o projeto do governo do então presidente de conquistar certa hegemonia em torno de seus atos. Trazendo matérias e reportagens que justificavam o autoritarismo político associando-o ao crescimento econômico e construindo um consenso em relação ao projeto de desenvolvimento do então presidente.

Para o autor, *Manchete* trazia características ideológicas que não se dissociavam da ideologia de Estado, contribuindo decisivamente para a construção do “milagre econômico”. A revista fez parte da chamada indústria cultural brasileira, a partir do conceito de indústria cultural, elaborado por alguns pensadores da Escola de Frankfurt, especialmente Adorno e Horkheimer. Nesse período, os meios de comunicação no Brasil receberam concessões e apoio dos setores públicos.

Outro conceito utilizado por Martins foi o de “Aparelho Ideológico de Estado”, criado por Althusser. Isso se deve, segundo o autor, ao tipo de identificação e o vínculo ideológico que a revista manteve com o projeto político e econômico do Estado militar. Foi durante o governo Médici que *Manchete* incorporou integralmente a ideologia do Estado Militar,

¹⁸ SILVA, Silvana Louzada. *Fotojornalismo em Revista: O fotojornalismo em O Cruzeiro e Manchete nos governos Juscelino Kubitschek e João Goulart*. Abril 2004. 197 p. Mestrado em Comunicação – Universidade Federal Fluminense. Instituto de Artes e Comunicação Social.

¹⁹ MARTINS, Ricardo Constante. *Ditadura Militar e Propaganda Política: A revista Manchete durante o governo Médici*. São Paulo 1999.p.195. Dissertação – Universidade Federal de São Carlos – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais.

justificando o autoritarismo político como forma de viabilizar o “desenvolvimento do país”, constituindo-se de fato num Aparelho Ideológico de Estado da Informação, disseminando integralmente a ideologia elaborada pelo grupo castrense que ocupava o poder de Estado.

Dos poucos livros encontrados sobre a *Manchete*, cinco são biografias que tratam da história da revista e de seu idealizador Adolpho Bloch. Por tratar-se de uma revista inserida num grupo empresarial familiar e personalista, para uma melhor compreensão do veículo, percebemos ser de necessidade identificar quem era a personagem que dava as características da revista, enquanto criador, dono e participante de sua produção. Quatro delas foram escritas por jornalistas e uma pelo próprio Adolpho Bloch, sendo esta última uma coletânea de artigos publicados na *Manchete*.

Para o historiador, lidar com biografias é sempre uma problemática, principalmente quando são escritas por jornalistas. Nesse caso especificamente, os relatos trazem certa carga de elogios e positividade, embora em alguns momentos tentem construir uma personalidade do biografado. Longe de contar uma vida, o relato biográfico mostra uma interação que ocorre por intermédio de uma vida. Além disso, existem grandes diferenças entre os conceitos do que seria uma biografia para um historiador e para um jornalista.

Em François Dosse²⁰ a biografia é tratada como um gênero impuro, soma de fabulação e tempo vivido. Gênero próprio com contribuição de diferentes áreas traz a soma das experiências vividas, que ao ser contado, se fabula, agregando ingredientes para dar ilusão e sentido. Para o historiador, que tem como premissa a realidade e a verdade mais próxima, a biografia não histórica é uma questão conflituosa, pois lida com o efeito de real e com a ilusão do efeito de real. O próprio historiador pode mudar de postura quando está fazendo uma biografia porque usa de recursos literários e da imaginação que não são próprias do seu processo de trabalho.

Das obras que tratam da história da comunicação e da imprensa no Brasil, *Manchete* não é citada em várias delas. Merece destaque a obra de Ana Cristina Camargo Moraes Figueiredo²¹, onde a autora analisou a publicidade comercial veiculada através das revistas *Manchete* e *O Cruzeiro*, e que compunham o imaginário das camadas médias urbanas nos dez anos que antecederam o golpe militar de 1964. A autora buscou compreender como certos segmentos das camadas médias urbanas foram cooptados a apoiar o golpe civil-militar. Quais foram as motivações que os arrastaram às ruas e por quais motivos aceitaram a imposição de

²⁰ DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

²¹ FIGUEIREDO, Ana Cristina Camargo Moraes. *Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada*. Publicidade, Cultura de Consumo e Comportamento Político no Brasil (195-1964). São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

uma ditadura à nação, se, havia pouco, defendiam com entusiasmo a “ordem democrática”. A análise do imaginário pode, segundo a autora, apontar pistas para responder a tais questões, já que a manipulação do imaginário desempenhou papel especialmente importante naqueles momentos de mudança política e social.

No livro “*Seu Adolpho: Uma biografia em fractais de Adolpho Bloch, fundador da TV e Revista Manchete*”²², Felipe Pena propõe uma biografia que não tem começo e não tem fim. Trata-se da aplicação metodológica defendida em sua tese de doutorado pela Pontifícia Universidade Católica, no Rio de Janeiro. Nela o leitor pode começar o livro por qualquer página, em qualquer ordem, em qualquer sentido. Caso tenha alguma estória para contar, o leitor pode enviá-la para o site do autor para que seja publicada na próxima edição. A cada página, o autor traz um episódio interessante, um fato curioso ou uma história vivida.

Em “*Aconteceu na Manchete – As histórias que ninguém contou*”²³, vários ex-funcionários e colaboradores lançaram em 2008 essa coletânea de artigos, onde cada um conta sua experiência pessoal com a revista, além de fatos que marcaram época. Percebe-se nesses relatos, a história do veículo mesclada à história de vida de quem por lá passou.

“*O Pilão*”²⁴, lançado em 1978, traz noventa artigos, todos escritos por Adolpho Bloch ao longo dos vinte e seis anos de existência da revista *Manchete* até aquele momento. O livro foi na verdade uma homenagem feita para Adolpho pelos amigos mais próximos. Eles fizeram a seleção dos artigos e os publicaram naquele ano.

Em “*Memórias de um sobrevivente – a verdadeira história da ascensão e queda da Manchete*”²⁵, Arnaldo Niskier traz uma biografia da revista ao mesmo tempo em que fala de toda sua trajetória profissional dentro do grupo Bloch de comunicação. Doutor em Educação e atual membro da Academia Brasileira de Letras, Niskier foi contratado em 1955 por Adolpho Bloch. A partir de então, o escritor começou uma relação de 37 anos com as revistas, rádios e rede de TV sob a chancela da Editora Manchete.

Além do relato de reviravoltas inerentes ao cargo de diretor de jornalismo das empresas Bloch, o autor faz de seu livro uma plataforma para exaltação às qualidades de Adolpho que, segundo ele observa, iam além do tino empresarial. Falou ainda da sequência de fracassos administrativos e econômicos que levou à falência das empresas em 2000. Sobre o

²² PENA, Felipe. *Seu Adolpho: Uma biografia em fractais de Adolpho Bloch, fundador da TV e Revista Manchete*. Rio de Janeiro: Usina de Letras, 2010.

²³ BARROS, J.A.; GONÇALVES, José Esmeraldo (orgs.) *Aconteceu na Manchete: as histórias que ninguém contou*. Rio de Janeiro: Desiderata, 2008.

²⁴ BLOCH, Adolpho. *O Pilão*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1978.

²⁵ NISKIER, Arnaldo. *Memórias de um sobrevivente – A verdadeira história da ascensão e queda da Manchete*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

caráter do amigo que liderava o conglomerado, o escritor tem opinião sólida de quem acompanhou de perto o apogeu e a queda: "*Vi como Adolpho sofreu com a cassação do JK e como ele entendeu que deveria socorrer o Juscelino no exílio, quando este tinha dificuldades para viver lá fora*", salienta Niskier a respeito de uma das passagens do executivo sobre as quais sua obra pretende jogar luz.

Em "*Os irmãos Karamabloch – Ascensão e queda de um império familiar*"²⁶, Arnaldo Bloch traz uma biografia da extensa família ucraniana. A história, a chegada ao Brasil, os negócios e as brigas dos irmãos Arnaldo, Adolpho e Boris são contadas no livro. Neto de Arnaldo Bloch, o autor fala da família com humor, sensibilidade e boa dose de auto ironia, expondo vícios, destemperos, fraquezas e brigas que só irmãos são capazes de viver. Paralelamente a história familiar, o livro fala dos bastidores da imprensa e, também, da relação muitas vezes conflituosa dos irmãos Bloch com os profissionais das empresas do grupo.

Além das biografias consideramos importante entrevistar alguns ex-funcionários da revista, jornalistas que atuavam diretamente na construção das matérias de política, para tentar entender como eles próprios percebiam o veículo e a atuação deles naquele momento histórico. Compreendendo que nenhuma entrevista pode ser usada como prova ou como uma ilustração, o discurso do vivido é passível de críticas e análises feitas pelo historiador, assim como qualquer outro documento histórico.

A história oral é uma metodologia de pesquisa e constituição de fontes para o estudo da história contemporânea. Embora tenha surgido "oficialmente" em meados do século XX, após a invenção do gravador de fita, o ato de ouvir relatos era usado desde a antiguidade, por Heródoto, Tucídides e Políbio. Percebemos, no entanto, que biografias, histórias de vida, entrevistas de história oral, documentos pessoais e outras fontes, mostram o que é potencialmente possível em determinada sociedade ou grupo, sem esgotar, evidentemente, todas as possibilidades.

No primeiro capítulo trataremos toda a trajetória da família Bloch, sua chegada ao Brasil, a transformação do garoto Adolpho em homem de negócios e dono de gráficas, até o lançamento da *Manchete*. Falaremos da linha editorial da revista e sua relação com a política.

No segundo capítulo iremos compreender o que o golpe civil-militar brasileiro significou para os meios de comunicação naquele período. Como se deu a censura e o

²⁶ BLOCH, Arnaldo. *Os irmãos Karamabloch*. Ascensão e queda de um império familiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

controle nos veículos midiáticos. A criação do Ministério das Comunicações e o que ele representou para o país. Falaremos ainda das Agências reguladoras e de como eram feitas as concessões para o surgimento de emissoras de rádio e televisão. Iremos discutir a Ideologia de Segurança Nacional e como a mesma era representada nos meios de comunicação, além da construção de uma extensa rede de propaganda que contribuía decisivamente para a sustentação do regime autoritário. Por fim, apresentaremos as correntes historiográficas que discutem a ditadura e o revisionismo pós-64.

No terceiro capítulo trataremos uma análise sobre as matérias e reportagens que tratavam especificamente das forças armadas e do governo federal, mostrando como a revista trabalhava para a construção de uma imagem positiva do golpe. Falaremos sobre a intimidade dos políticos com a revista e seu proprietário. Quem eram os principais jornalistas de política da época e como eles viram e refletiram o golpe e o primeiro governo ditatorial. Além de trazer o jornal *Ultima Hora* como um contraponto ao que a revista *Manchete* representou naquele período. Também trataremos da contribuição da história oral e dos depoimentos para a realização desse trabalho.

1 OS BLOCH NO BRASIL

Nascido em Jitomir, na Ucrânia, Adolpho Bloch chegou com a família ao Brasil em 1922, fugindo da perseguição à Comunidade Judaica após a Revolução Russa. Dedicou-se desde muito cedo ao ramo das gráficas e, após trinta anos trabalhando nessa área, sempre prestando serviços a terceiros, decidiu em 1952 lançar sua própria revista de variedades. Conseguindo ser um empresário de sucesso, já na década de 50, Bloch acreditava que havia lugar no mercado para mais uma revista de circulação nacional, com condições de concorrer com a forte *O Cruzeiro*.

1.1 A família Bloch

Adolpho veio de uma grande família de imigrantes ucranianos que viviam numa (shteith) aldeia pobre de judeus. Para eles, Jitomir era como uma ilha em meio à zona de exclusão estabelecida pelo czar, já que nessa cidade existiam algumas pequenas empresas que eram permitidas. Dentre as empresas, já existiam algumas gráficas na cidade. Eles imprimiam de tudo, embalagens, etiquetas, brochuras, convites, cartões, programas de teatro, papéis de

embrulho, bíblias, formulários, e o “Tanya”, livro sagrado dos “hassidim”, seita carismática de judeus ortodoxos poloneses. Quando Joseph e a família chegaram a cidade, já havia cinco casas de impressão e quarenta sinagogas.

Uma importante família da cidade, os Shapiro, já estava rica quando migrou para a América. Deixaram em Jitomir equipamentos, tecnologia e operários formados que não tardaram em abrir seus negócios.

Como a demanda por aprendizes era grande, Joseph não demorou a arranjar emprego como entregador de encomendas e leu toda a sorte de manuais de montagem. Foi também cortador de papel, auxiliar de prensa, agrupador de tipos. Em poucos meses, estava apto a operar uma tipografia²⁷.

Ao levar a mãe, Ester-Rivka, para um banho de rio, Joseph conheceu o casal de primos Uger e Ginda. Dias depois, Uger propôs a ele que casasse com Ginda e herdasse os bens da família, o que incluía um grande casarão com empregados. Conforto que a família nunca tinha visto. Depois do casamento, ao anexo da casa, foi criada uma oficina de tipografia. Joseph fez fortuna com o empreendimento e Adolpho foi o nono filho do casal. Seu nome russo era Avram.

Aos nove anos, Adolpho viu a casa ser invadida e saqueada por tropas do governo. Levaram joias, tecidos e alimentos. No dia seguinte a família partiu de trem numa viagem de sete dias para a capital, Kiev. Com a Revolução de 1917, Joseph passou a ser visto como o burguês que deve ser varrido da história, pois já havia construído certo patrimônio²⁸.

Embora se trate de uma biografia jornalística, não comprometida com a historiografia, percebemos o quanto Arnaldo Bloch utiliza-se de um fato isolado, no caso a perseguição milenar aos judeus na história da Rússia e da Europa, para justificar a aversão de Adolpho Bloch aos comunistas, acusando-os de antisemitas. O que sabemos, através de farta bibliografia, que não há nenhuma relação. A revolução de 1917 desapropriou muitos bens com a finalidade de promover a reforma agrária e uma melhor distribuição entre os russos, que viviam em uma situação de miserabilidade naquele momento, não fazendo nenhum tipo de diferenciação entre judeus e não judeus.

A gráfica dos Bloch foi desapropriada e o ouro guardado nos bancos, bloqueado pelo governo. Em 1919 os Bloch são desalojados do apartamento que o pai havia comprado anos

²⁷ BLOCH, Arnaldo. *Os irmãos Karamabloch*. Ascensão e queda de um império familiar. 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 36.

²⁸ BLOCH, Arnaldo. *Os irmãos Karamabloch*. Ascensão e queda de um império familiar. 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 36.

antes na capital, e mudam-se para uma casa modesta no subúrbio. Aos dez anos Adolpho vai trabalhar num escritório em troca de cupons para comprar comida.

1.2 Chegada ao Brasil

Um dos irmãos de Joseph, Lieva, fugiu para o Brasil, para não ser mandado como soldado para a guerra. Joseph escreveu a ele pedindo-lhe passagens, documentos e dinheiro para migrar com toda a família. Lieva, que morava na Bahia, mandou buscar os parentes e comprou as duas primeiras máquinas, de manivela, que seriam as primeiras na nova tipografia. O pilão de ouro foi o único bem que resistiu às patrulhas que durante a viagem recolhia objetos, dinheiro e comida.

Conheci a riqueza miserável em Nápoles, quando lá chegamos em 1921, vindo da Rússia. Éramos 17 pessoas. Morávamos em 2 quartos. Comíamos espaguete e tomávamos a minestra. Estávamos felizes. Seguindo para o Brasil, em 1922, a bordo de um cargueiro, vim conhecer a miséria rica no Rio. A vida era barata. Os jornais publicavam páginas cheias de *oferece-se*. Não se encontrava um anúncio de *precisa-se*. Os armazéns eram os corretores das casas para alugar. Mas não havia trabalho. Muitas vezes, deixei de ir à cidade para procurar emprego por falta de um tostão. Mais tarde, perdi várias namoradas porque não podia pegar o bonde Alto da Boa Vista, que tinha mais duas seções de um tostão cada uma. Gostaria de saber se algum jovem de hoje perderá a namorada por falta de gasolina no seu carro, apesar de o litro estar custando 3 ou 4 cruzeiros²⁹.

Chegando ao Brasil, o judeu Nachmanovitch, velho conhecido de Joseph, que havia chegado numa leva anterior de imigrantes, empregara-se na Casa da Moeda e fez questão de não cobrar nada pelo galpão vazio que possuía na rua Vieira Fazenda, onde Joseph instalou as duas prensas tipográficas alemãs que junto com o irmão comprara em São Paulo. Com o surgimento e popularização do jogo do bicho no Rio de Janeiro, nas redondezas do que é hoje o bairro de Vila Isabel, Joseph conheceu um banqueiro que lhe encomendou semanalmente cem mil folhas e com isso a situação financeira da família melhorou.

Os Bloch vieram ao Brasil com planos de migrar para os Estados Unidos. Mas após a compra do primeiro carro e da primeira máquina elétrica na gráfica, desistiram do sonho americano. Logo compraram uma casa na Rua Cinco de Julho, em Copacabana e começaram

²⁹ BLOCH, Adolpho. *O Pilão*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1978, p. 147.

a trabalhar para aperfeiçoar a gráfica cada vez mais, visitando outras empresas no exterior e contratando engenheiros para a construção da nova sede da empresa.

1.3 Nascimento e ascensão da revista

Em 1951, o presidente Getúlio Vargas baixou um decreto permitindo que as gráficas e as editoras importassem máquinas com subsídios e sem direitos alfandegários. Adolpho aproveitou a oportunidade e importou várias máquinas rotativas Webendorf, vindas da Alemanha, ampliando e modernizando o parque industrial da gráfica. Os Bloch imprimiam revistas, alguns títulos infantis e gibis encomendados pelo empresário Roberto Marinho.

A primeira gráfica dos Bloch no Brasil foi ficava localizada na Rua Frei Caneca, na capital do Rio de Janeiro. Nessa sede funcionava ao mesmo tempo redação, gráfica, depósito, diretoria, todos os departamentos administrativos. Anos depois implantaram o parque gráfico de Parada de Lucas, o maior da América Latina, onde eram impressas revistas e milhares de trabalhos para clientes externos, de rótulos de cerveja e bilhetes de loteria a cartazes de campanha eleitoral.

Adolpho, sua primeira esposa Lucy, o jornalista Henrique Pongeti e o primo Pedro Bloch, que teve a ideia do título, foram os fundadores da revista *Manchete*. O primeiro prédio foi construído na Rua do Russel, no bairro da Glória, projetado por Oscar Niemeyer. Em 26 de abril de 1952, foi lançada a primeira edição da revista *Manchete*.

A revista anunciava um olimpo de repórteres e colaboradores, em que reinavam semideuses das letras como Rubem Braga, Otto Maria Carpeaux, Antônio Callado, Joel Silveira, Orígenes Lessa, Marques Rabelo, Manuel Bandeira, Cyro dos Anjos, Lygia Fagundes e toda a mineirada de primeira linha (Drummond, Sabino, Paulo Mendes Campos e Otto Lara)³⁰.

Assim, baseado na experiência adquirida nas tipografias da família, Adolpho Bloch investiu nas inovações editoriais e em aprimoramento técnico do seu equipamento gráfico, a fim de conquistar o mercado editorial. Embora o investimento inicial tenha sido relativamente baixo, uma vez que ele se aproveitou a princípio de três dias da semana, período em que as máquinas da tipografia da família ficavam ociosas, a revista foi lançada com 200 mil

³⁰ Ibidem, p. 168.

exemplares, custando cinco cruzeiros, o mesmo preço da principal concorrente.

Aos 25 anos da revista, Bloch relembra como foi esse momento inicial:

Em 1952, meus amigos diziam que seria uma loucura lançar uma revista nova. O *Cruzeiro* estava no auge. A sua tiragem chegava aos 750 mil exemplares e se esgotava nas bancas. Conhecia a tenacidade de seu chefe, Assis Chateaubriand. Também acompanhei Roberto Marinho, no prédio do Liceu de Artes e Ofícios, no Largo da Carioca, onde ele comia de marmita na mesa de trabalho, sempre lutando para dar ao Brasil um grande jornal. O esquema estava todo no meu computador pessoal. Comprei uma rotativa off-set de 2 cores e com ela imprimi revistas infantis para a Editora Brasil-América e para O Globo Juvenil. Com os recursos ganhos e aproveitando os dois dias por semana que me sobravam (sábado e domingo), realizei o meu sonho em concreto. No dia 26 de abril de 1952, quando vi sair da máquina os primeiros exemplares de *Manchete*, naquele mesmo instante comecei a pensar em comprar a rotativa de fotogravura que imprimia as grandes revistas do mundo³¹.

O nome da revista surgiu de uma conversa informal com seu primo Pedro Bloch, que sugeriu o nome *Manchete* pela semelhança da palavra com o renomado título francês *Paris Match*³². O complexo onde funcionava toda a confecção da revista situava-se à beira mar da Praia do Flamengo, num prédio de dez andares, com fachada de vidro e de alumínio, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer.

O primeiro número, que chegou às bancas em 26 de Abril de 1952, estampava na capa a bailarina do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, Inês Litowski, e alardeava como exclusividade “Uma grande reportagem de Jean Manzon” e ainda, “A verdadeira vida amorosa de Ingrid Bergman”. O fundo escuro, contrastando com o dourado de uma carruagem que servia de cenário e com as chamadas emolduradas em vermelho desagradou ao próprio Bloch.

Na década de 50, a Revista *O Cruzeiro*, editada pelos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, ocupava praticamente sozinha, a liderança nas vendas. A publicação trazia em média 130 páginas, 70 anúncios, em edições de 400 mil exemplares semanais. A dinâmica de trabalho da Bloch Editores surgiu bem diferente da praticada na antiga líder. A composição manual foi substituída pela composição eletrônica, investiu-se na qualidade gráfica onde as

³¹ BLOCH, Adolpho. *O Pilão*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1978, p.19.

³² Lançada em 19 de março de 1949, a *Paris Match* era uma revista francesa de caráter jornalístico-informativo, que competia com as norte-americanas *Life* e *Time*, tendo como principal característica a qualidade fotojornalística de suas matérias.

cores fortes exerciam uma grande atração sobre o público, e com isso, a partir de 1952, a *Manchete* tornou-se a principal concorrente de *O Cruzeiro*.

Depois de dezessete edições semanais, *Manchete* estava praticamente falida. Eram poucos anúncios e poucos leitores. Além disso, havia o sucesso estrondoso da revista *O Cruzeiro*, do grupo empresarial *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand, que chegava a vender mais de 750 mil exemplares por semana. Bloch procurou Roberto Marinho, das empresas *Globo* e Samuel Wainer, do jornal “*A Última Hora*”, mas não conseguiu vender a revista para nenhum empresário.

Diante da falta de compradores, Adolpho resolveu convidar Hélio Fernandes, ex-diretor de “*O Cruzeiro*”, para tentar salvar o veículo e ele assumiu a direção da revista a partir da vigésima quinta edição.

Mãos à obra, Hélio tratou de esquentar, e muito, as páginas. Inovou, ignorando a regra de ouro do *Cruzeiro* (na capa, só mulheres), e passou a alternar, com as damas da primeira, figuras viris como Eisenhower ou Stálin (um vivo, outro morto). As longas reportagens de até 24 páginas foram substituídas por matérias de duas ou três folhas vibrantes, grandes fotos e textos de alta qualidade discursiva e cunho muitas vezes sensacionalista, muitas assinadas pelo próprio Hélio. Na primeira página, chamadas carregadas de malícia ou de conteúdo explosivo³³.

A passagem de Hélio Fernandes foi muito importante para a revista, tanto no contexto comercial quanto editorial. A partir dele, *Manchete* ganhou impulso e atingiu a primeira centena de milhares. Novos colaboradores e anunciantes começaram a chegar. A condição primordial para que Hélio Fernandes aceitasse o cargo na revista fora a premissa da “total independência na linha editorial”, fato que no futuro gerou discordâncias entre ele e Adolpho. A revista também passou a manter negócios com agências de fotografia internacionais e sucursais em Paris e Nova York.

Mesmo com o crescimento da revista, as reportagens de Hélio Fernandes começaram a incomodar Adolpho Bloch.

A atividade bancária estava intensa, a revista vendia bem e Hélio, com carta branca, continuava a provocar a alta sociedade, o poder constituído, a indústria e a publicidade. Partiu com chumbo grosso para a área de educação privada com a série “Os tubarões do ensino” e alvejou as Forças Armadas: em reportagem, Pedro Gomes

³³ BLOCH, Arnaldo. *Os irmãos Karamabloch*. Ascensão e queda de um império familiar. 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 176.

propunha um tema a ser debatido: É lícito aos militares sair da carreira e fazer política entre paisanos?³⁴.

Uma revista temida entre os poderosos e detestada por muitos não estava nos planos de Adolpho, que passou a frequentar a redação com mais assiduidade. Sentindo-se vigiado, Hélio Fernandes deixou a *Manchete*. Nelson Quadros e Otto Lara Resende assumiram respectivamente a diretoria de redação. A partir daí a revista passou a ser menos “política” e polêmica e passou a dedicar-se mais ao entretenimento, cobrindo cada vez mais espetáculos, entrevistas com artistas, morte de políticos e celebridades, concursos de misses e o carnaval.

A escolha das capas da revista era tema de importância e destaque, tanto que o próprio Adolpho Bloch, fazia questão de dar a decisão final. Normalmente três opções lhe eram dadas e mesmo quando ele não estava ou não podia participar da decisão, a capa obedecia a normas não escritas, quase imutáveis ao longo de quatro décadas.

A revista ainda era pouco atraente: papel de qualidade inferior, diagramação ruim, sendo a matéria de capa, a única colorida. Com a aquisição de novas impressoras em 1956, o padrão gráfico ganhou qualidade. O período de apogeu da *Manchete* coincidiu com o declínio de *O Cruzeiro*. Esse fato causa a transferência de dezessete jornalistas deste periódico para a *Manchete*, em 1958, por divergirem da postura ética do proprietário.

Aos poucos, a revista passou a trazer lucratividade à Editora Bloch, e o parque gráfico foi acrescido de novas máquinas, que possibilitavam a impressão de mais de 800 mil exemplares semanais. O investimento em equipamentos e instalações foi simultâneo à reformulação da política editorial que ocorreu em 1956. A mudança abrangeu todos os setores da publicação, transformando a paginação e atualizando o texto, com o objetivo de fornecer ao leitor elementos necessários à compreensão dos acontecimentos.

Na década de sessenta, a revista cresceu, principalmente devido às coberturas sobre a construção e inauguração de Brasília. *Manchete* possuía várias colunas fixas, como “O Brasil em Manchete”, “O Mundo em Manchete”, “O leitor em Manchete”, “Notícias que valem Manchete” e “Posto de Escuta”. Embora não trouxesse uma coluna fixa de ciência e tecnologia, esses temas foram utilizados em reportagens exclusivas e de grande repercussão. O pioneirismo da revista na questão ecológica motivou sucessivas edições especiais e várias reportagens na Amazônia.

³⁴ Ibidem, p. 180.

A verdade é que na Bloch Editores praticava-se basicamente um jornalismo de entretenimento e variedades, ilustrado por alguns dos melhores fotógrafos do país. Esse é o legado da editora e sua contribuição ao jornalismo brasileiro do século XX³⁵.

Segundo Marília Campos, jornalista e ex-funcionária da *Manchete*, a revista preocupava-se principalmente, em trazer matérias com gente considerada importante, famosos nacionais e internacionais de todas as áreas e épocas, grandes acontecimentos, crítica de filmes, novelas, reportagens especiais sobre a Europa, África, Oriente Médio, China, etc., temas de comportamento, tragédias, inovações da ciência, e uma cobertura esportiva fartamente ilustrada. O grande marco da revista eram as edições comemorativas, como foi o caso quando *Manchete* festejou suas duas mil semanas de publicação, sendo o fato marcado por uma edição especial, recorde na história das revistas no Brasil, com 434 páginas, 120 delas dedicadas a anúncios.

Manchete sempre aparentou um caráter maleável. Noticiou “A noite das reformas” sobre o comício de Jango e na edição seguinte festejou a chegada dos militares ao poder. Em 1964, Adolpho Bloch foi condecorado comendador do mérito aeronáutico, primeira das várias insígnias que receberia. Anos depois, alguns profissionais que voltaram do exílio imposto pela ditadura conseguiram emprego nas diversas publicações que a editora possuía. Sua revista era abertamente a favor do governo militar, entretanto ele matinha pessoalmente grandes amigos comunistas, como o arquiteto Oscar Niemeyer e o político Leonel Brizola. Enquanto Brizola governou o estado do Rio de Janeiro, entre os anos 1983 e 1986, a *Manchete* recebeu boa parte das verbas oficiais para publicidade.

Quando Leonel Brizola volta do exílio e se candidata a governador do Rio, procura Adolpho na *Manchete*. Ele quer ajuda na produção dos cartazes, santinhos, outdoors e outras peças gráficas. Sua campanha enfrenta dificuldades. Seu nome está em penúltimo lugar nas pesquisas. O PDT, partido que fundara após perder a legenda do PTB para Ivete Vargas, não tem dinheiro para fazer propaganda. Bloch tenta fugir de Brizola, pois sabe que ele quer tudo de graça, mas acaba recebendo-o em seu escritório. (...) A *Manchete* acaba financiando boa parte da publicidade, ou melhor, dos reclames do candidato do PDT. Brizola vence a eleição³⁶.

³⁵ Depoimento de Marília Campos. *Apud* BARROS, J.A.; GONÇALVES, José Esmeraldo (orgs.) *Aconteceu na Manchete: as histórias que ninguém contou*. Rio de Janeiro: Desiderata, 2008, p. 210.

³⁶ PENA, Felipe. *Seu Adolpho: Uma biografia em fractais de Adolpho Bloch, fundador da TV e Revista Manchete*. Rio de Janeiro: Usina de Letras, 2010, p.125.

Além da boa relação com os políticos, o sucesso da *Manchete* vinha do quadro de jornalistas, redatores e colaboradores. O time era selecionado entre pessoas de destaque do meio intelectual. O semanário contava com Carlos Drummond de Andrade, Rubem Braga, Joel Silveira, Manuel Bandeira, Fernando Sabino, Nelson Rodrigues, Otto Maria Carpeaux, Lígia Fagundes Telles, entre outros. Jean Manzon, fotógrafo que trabalhou para a *Paris Match* e *O Cruzeiro*, foi o principal fotógrafo da revista, trabalhando ao lado de profissionais como Darwin Brandão, Gil Pinheiro, Gervásio Baptista, Fúlvio Roiter, Jader Neves, entre outros.

Em meados dos anos 1960, Adolpho Bloch resolveu investir no setor de livros, fundando a Editora Bloch. Os primeiros lançamentos traziam premiados autores nacionais e estrangeiros. A dinâmica da comercialização e as baixas tiragens levaram ao fechamento da editora, cuja sede, na Rua do Russel, cedeu lugar ao Museu Manchete que abrigava uma ampla coleção de arte moderna, com valiosos quadros e esculturas. Nos anos 1970 a Editora Bloch já possuía as seguintes revistas: *Manchete Esportiva*, *Jóia*, *Sétimo Céu*, *Fatos e Fotos*, *Enciclopédia Bloch*, *Domingo Ilustrado*, *Amiga*, *Desfile*, *Pais e Filhos*, *Ele e Ela*, *Geográfica Universal*, *Fatos*, *Carinho*, *Mulher de Hoje*, *Tendência*, *Incrível*, *Agricultura de Hoje* e *Medicina de Hoje*.

As fotografias ocupavam em média 70% das páginas. A linguagem dos textos era quase poética e se inspirava na fotografia principal da matéria. Folheando um exemplar da *Manchete*, mesmo os mais leigos eram capazes de apreender informações sobre temas diversos, como o Sputnik, a criação da Petrobrás, a bomba atômica, a morte de Getúlio Vargas, etc. Um dos trunfos da revista eram suas grandes coberturas em cores, numa época em que a televisão ainda era em preto e branco, pelo menos até 1974.

Manchete recebia muitas críticas quanto ao seu produto jornalístico. Em 1977, Justino Martins, que havia sido diretor da revista, redigiu um diagnóstico dos problemas da principal publicação da Bloch. Em cinco laudas, o relatório questionava o excesso de matérias internacionais, onde, do total de matérias, 50% a 70% eram assuntos estrangeiros. Os textos de caráter nacional eram, na maioria das vezes, de interesse exclusivo da publicidade. O relatório ainda colocava a falta do humorismo na revista, as poucas matérias dirigidas ao público feminino e textos desnecessariamente longos.

Justino Martins acreditava que o público deveria ter uma relação mais estreita com os jornalistas que faziam a revista, e os redatores, por seu lado, deveriam escrever com mais graça, objetividade, e simplicidade. Para isso tinham que dispor de mais tempo para escrever. Ele enfatizava a cobertura de reportagens com pessoas comuns. Já Carlos Heitor Cony dizia

que a revista tinha uma postura otimista e positiva ao extremo.

Manchete passou anos consolidada como a revista da família brasileira, dando abertura para que outros títulos também fossem lançados. Como as revistas *Ele e Ela*, *Desfile*, *Sétimo Céu* e *Amiga*, que fizeram sucesso nos anos 70 e 80. Além das revistas, a Editora Bloch adquiriu duas emissoras de rádio. Oscar Bloch utilizou-se do prestígio e amizade entre os militares para concorrer a uma concessão de um canal de televisão. Oscar e Pedro (Jaquito), sobrinhos de Adolpho, convenceram-no a entrar nesse ramo. Em 1981, Adolpho Bloch e Silvio Santos foram os vencedores das concessões. Inicialmente foi feito um investimento de cinquenta milhões de dólares no canal.

Pena ressalta a figura extremamente contraditória de Adolpho. Um empresário que buscava sempre estar ao lado de quem representava o poder, que deu total apoio aos governos militares, mas que ao mesmo tempo foi capaz de financiar boa parte da publicidade na campanha de Leonel Brizola para o governo do Rio de Janeiro, em 1982, pelo PDT (Partido Democrático Trabalhista) quando voltara do exílio. O mesmo conseguiu vencer as eleições nesta ocasião. O autor enfatiza que Adolpho sempre se preocupou em cortejar quem estivesse no comando político. Não importava o partido ou grupo de posição política, embora fosse um declarado anticomunista.

Quando lançou *Manchete*, em 1952, Adolpho buscava uma aproximação imediata com o então presidente Getúlio Vargas, e assim ele faz com todos os líderes seguintes, além de manter relações com outros políticos como prefeitos, governadores, senadores e deputados, comparecendo a cerimônias de posse, encontros políticos, viagens, inaugurações, e almoços que ele mesmo promovia no prédio da *Manchete*, onde recebia parlamentares de todo o país, principalmente do eixo Rio-São Paulo.

O autor relata um episódio onde em uma viagem a Washington, nos Estados Unidos, Adolpho foi convidado a integrar a comitiva oficial do então presidente João Goulart. Quando desceram do avião, todos foram recebidos pelo presidente americano John F. Kennedy. Além disso, João Goulart frequentava a casa de campo de Adolpho em Teresópolis e almoçava frequentemente no restaurante da *Manchete*. A relação não só de Adolpho, como de toda a família Bloch, resulta num benefício de concessão para a extinta rede de televisão Tupi, ao lado do comunicador Sílvio Santos. É essa relação amistosa e quase pessoal com os presidentes, onde ele tem acesso direto aos gabinetes em Brasília, além de constantes empréstimos, financiamentos, propagandas de estatais na revista e perdão de dívidas por impostos, que vão manter o sucesso da revista e do grupo empresarial durante muito tempo.

Segundo Pena, foi a mudança na dinâmica governamental do país, um dos principais motivos da falência. Em seus primeiros encontros com o então presidente Fernando Collor de Melo, em busca de apoio financeiro, Adolpho é praticamente ignorado. Em outra ocasião, também em Brasília, num encontro com o presidente do período José Sarney, ele foi acompanhado de Fernando Barbosa Lima, então diretor geral da revista *Manchete*, em busca de obter o perdão de todas as dívidas da empresa, e o que ele consegue, é apenas uma promessa de renegociação. Nos anos 1990, o grupo Bloch já acumulava dívidas com o INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social), Fundo de Garantia, Embratel, Correios, além de débitos com outros serviços públicos.

1.4 Declínio e falência

Em 05 de Junho de 1983, entrava no ar a TV Manchete, como um desafio para a Bloch Editores, já que seu fundador admitia não entender e nem gostar de televisão, mas que, devido à receita publicitária, que com certeza traria, a empresa entraria neste novo ramo. Assim, todas as atenções e investimentos da empresa passaram a se concentrar na emissora. Em 1984 a TV Manchete foi a primeira rede de televisão a transmitir o desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro. A partir da cobertura do carnaval, a emissora começou a vencer as acirradas disputas pelo Ibope.

Após o período carnavalesco, com a baixa audiência das séries inglesas, Adolpho decidiu fazer novelas e fez investimentos a juros altos. O maior sucesso alcançado veio em 1990 com a novela *Pantanal*, de Benedito Ruy Barbosa. Com uma audiência regular, os dois primeiros anos foram de prejuízo financeiro, apesar do aparente sucesso de público. O plano Cruzado e o Plano Cruzado II trouxeram a inflação e o aumento dos juros. A dívida da *Manchete* já chegava a 30 milhões de dólares. Há um grande consenso entre biógrafos e ex-funcionários de que a rede de televisão, a crise financeira do país, a inflação, os altos juros e a mudança na dinâmica da economia nacional com a modernização, além da desvalorização da moeda, foram os fatores da falência desse grande grupo de comunicação.

Nos anos 1990, com os crescentes investimentos na rede de televisão, começaram a surgir dificuldades de conjuntura interna e econômica. Um dos problemas levantados era que a revista não investia em assinaturas. Sua vendagem devia-se essencialmente à sua colocação nas bancas. Enquanto editoras como a Abril investia em campanhas maciças de assinaturas já na virada dos anos 1960/1970, a Bloch retardava o olhar para esse mercado. Quando resolveu finalmente aderir a essa política, não o fez de forma eficaz. Outro fator que contribuiu para a

queda gradual da revista foi a distribuição centrada apenas nas grandes capitais e realizada quase que exclusivamente por transporte rodoviário, o que retardava a chegada às bancas.

Após a morte de seu fundador, Adolpho Bloch, em 1995, a empresa entrou em decadência, até ser decretada a falência de um dos maiores conglomerados de mídia da América Latina. A revista foi arrematada em leilão em 2000 pelo empresário Marcos Dvoskin, que resolveu relançá-la em 2002 com edições especiais sem periodicidade fixa, como os números que enfocavam o Carnaval.

Em julho do ano 2000, o herdeiro oficial e sobrinho Pedro Bloch (Jaquito) decretou a falência da Bloch Editores. O único título desse período que sobreviveu é a revista *Pais e Filhos*, que é lançada mensalmente pela Manchete Editora.

1.5 Relação com a política

Durante o regime militar, entre os anos de 1964 e 1985, a comunicação governamental sempre esteve presente sob duas formas: a publicidade institucional e a propaganda ideológica. Considera-se publicidade institucional os anúncios, comerciais, filmes e outras peças desenvolvidas e veiculadas com intuítos claros de influenciar as atitudes e as opiniões da população. São os casos de um grande número de peças publicitárias desenvolvidas durante o próprio governo Médici, por exemplo, em que os meios de comunicação eram utilizados para que fossem veiculadas mensagens assinadas pelo governo federal. Eram em geral comunicados sobre questões econômicas e de saúde pública, entre outras. No entanto, no mesmo período, podemos encontrar também a presença de mensagens governamentais sob a forma de propaganda ideológica.

Adolpho Bloch mantinha estreitas relações com todos os presidentes. Estava em todas as cerimônias de posse e frequentava reuniões em Brasília. Além disso, ministros, secretários e políticos de vários segmentos estavam sempre participando de almoços e solenidades na sede da Editora Bloch. O prédio da revista contava com um renomado restaurante que possuía mais de oitocentos lugares.

Como editor, Adolpho preocupa-se em cortejar o poder. A Manchete tem como regra evitar críticas ao governo e aos poderosos. Repórteres e colunistas conhecem a linha editorial da revista e submetem-se a ela³⁷.

³⁷ PENA, Felipe. *Seu Adolpho: Uma biografia em fractais de Adolpho Bloch, fundador da TV e Revista Manchete*. Rio de Janeiro: Usina de Letras, 2010, p. 77.

Além do editorial, Adolpho escrevia uma coluna semanal chamada “Adolpho Bloch escreve”. Nesse espaço ele expunha sua opinião sobre diversos assuntos, principalmente sobre a causa dos judeus, a economia brasileira e onde fazia duras críticas ao comunismo. Parte de sua aversão ao regime foi fruto de todo sofrimento vivido por ele e sua família durante a Revolução Russa de 1917.

As matérias e editoriais da revista criticavam constantemente a União Soviética. No entanto Adolpho era citado por não delatar funcionários comunistas. Politicamente, a revista se identificava com a corrente desenvolvimentista, antiliberal e industrializante do pensamento econômico. No entanto personalidades da época, como o arquiteto Oscar Niemeyer, acreditavam que Adolpho Bloch mantinha uma posição política de esquerda, já que sua tipografia ajudava mensalmente o Partido Comunista Brasileiro. Segundo Lenira Alcure, ex-funcionária da revista, muitos jornalistas de esquerda e ex-presos políticos eram “abrigados” na Editora Bloch. Já Dayse Prétola, também ex-funcionária, relata que os jornalistas deveriam manter suas posições políticas de esquerda longe das páginas da revista.

Outro ponto que chama a atenção em suas biografias é a amizade e o apoio a Juscelino Kubitschek. Relação que parecia estar acima de qualquer governo e situação política. Incluía almoços em família, passeios diários no calçadão de Copacabana, e ajuda financeira durante o exílio.

A 20 de janeiro de 1961, dez dias antes do término do governo de JK, Manchete ofereceu-lhe um almoço com 300 convidados. O convite dizia: Ao candango nº 1, Juscelino Kubitschek, homenagem de Manchete pelas suas 31 metas + Democracia. Murilo Melo Filho, meu diretor, perguntou-me a razão daquele sinal (+). Respondi que conhecia bem a vida. E acrescentei: “O tempo vai dizer por quê”. Nesse dia, JK chegou a Lucas de helicóptero e depois foi inaugurar a Refinaria Duque de Caxias. À noite convidou-nos, a Lucy e a mim, para jantarmos no Palácio Laranjeiras. Lá estavam o Governador Juracy Magalhães e senhora. A conversa foi otimista: o país estava democratizado e crescera 50 anos em 5. Tornamo-nos amigos para sempre. Hoje, no Edifício Manchete, está o seu último escritório, tal como JK o deixou. Tudo ali pertence à História do Brasil. Durante anos, lutei com o presidente para convencê-lo a ser o cronista de sua própria vida. Hoje, tenho a felicidade de ter editado seus quatro livros de memórias³⁸.

Em 1969 ele chegou a ser “advertido” pelo ministro Delfim Neto sobre os frequentes

³⁸ BLOCH, Adolpho. *O Pilão*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1978, p. 23.

elogios a J.K. (cassado) e a Brasília. Na ocasião da morte do ex-presidente, Adolpho ficou muito abalado e precisou de atendimento médico.

Durante os 12 anos de seu ostracismo político, em que é perseguido pela ditadura militar, JK conta com o apoio e a amizade de Adolpho Bloch. Não só no exílio, mas também no retorno ao Brasil. O empresário se encarrega de dar-lhe suporte moral e financeiro. Monta um apartamento para ele no último andar do prédio da *Manchete*, é o responsável pela publicação dos três volumes de sua autobiografia e ainda o contrata como articulista da *Manchete*. Adolpho não cede às pressões dos militares para que abandone o amigo e quase perde suas empresas. As ameaças de devassa fiscal na *Manchete* são ignoradas, assim como os manifestos de políticos e empresários ligados à ditadura³⁹.

Desde o início, Adolpho fez de *Manchete* uma espécie de órgão oficial das obras. (...) JK tinha um escritório no prédio da *Manchete* onde despachava seus papéis, preparava sua biografia e colaborava eventualmente com pequenos artigos para a revista⁴⁰.

É importante verificarmos a relação da imprensa, observando que não forma um grupo homogêneo, mas que engloba diversos grupos empresariais e familiares, com diferentes interesses, em relação à ditadura. Segundo José Esmeraldo Gonçalves, jornalista da Revista *Manchete* nos anos 1970, muitos jornais divulgavam a lista completa com nomes, números de documentos e endereços de vários cidadãos. Involuntariamente ou não, contribuíram com a formação de fichas de elementos considerados “subversivos”. O clipping com dados pessoais dos detidos alimentava as fichas dos órgãos de segurança. Pelo que percebemos durante a análise da revista no período delimitado, a *Manchete* não tomou esse tipo de atitude. Embora, assim como outros grupos proprietários de jornais e revistas, a Bloch tivesse interesses econômicos e ideológicos em comum com os governos militares.

A história da imprensa no Brasil confunde-se com a história do poder. Os empresários de comunicação estão sempre ao lado dos governos. E mesmo quando vão para a oposição têm o claro objetivo de defender interesses próprios, ligados, na maioria das vezes, ao acesso às verbas públicas de propaganda. (...) Quando lança a

³⁹ PENA, Felipe. *Seu Adolpho: Uma biografia em fractais de Adolpho Bloch, fundador da TV e Revista Manchete*. Rio de Janeiro: Usina de Letras, 2010, p. 107.

⁴⁰ Depoimento de Roberto Muggiati. *Apud* BARROS, J.A.; GONÇALVES, José Esmeraldo (orgs.) *Aconteceu na Manchete: as histórias que ninguém contou*. Rio de Janeiro: Desiderata, 2008, p.21.

revista Manchete, em 1952, a preocupação de Adolpho é aproximar-se de Getúlio Vargas. E assim continua com todos os presidentes seguintes. Mesmo durante o regime militar, quando sofre pressões por causa de seu relacionamento com JK, a Manchete publica matérias elogiando os presidentes⁴¹.

Muitas vezes a revista esquivou-se de publicar assuntos polêmicos ou que entrassem em confronto com o governo. Um exemplo disso é que às vésperas do AI-5, na edição de 02 de Novembro de 1968, a revista dedicou vinte de suas páginas a uma reportagem sobre o casamento de Jacqueline Kennedy com o bilionário grego Onassis. Essa atitude mostra que, num período de efervescência social, que deu margem a “um golpe dentro do golpe”, a revista fez questão de desviar a atenção do leitor para fora do que estava acontecendo, trazendo temas voltados ao entretenimento e ao esvaziamento político.

⁴¹ PENA, Felipe. *Seu Adolpho: Uma biografia em fractais de Adolpho Bloch, fundador da TV e Revista Manchete*. Rio de Janeiro: Usina de Letras, 2010, p. 123.

2 O IMPACTO DO GOLPE PARA OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

2.1 As agências reguladoras

Recentemente temos observado várias indagações acerca do papel dos civis na trama do golpe e na consolidação da ditadura. Pesquisas convergem para o entendimento da natureza do regime como ditadura civil-militar, mas é preciso especificar quais civis foram esses. Do ponto de vista da crise político-institucional, identificou-se como um movimento político civil-militar conservador em oposição às reformas de base, ao nacionalismo de cunho popular e à ampliação da participação política de setores populares. Defendendo os interesses das classes dirigentes com o respaldo da classe média e garantindo o atrelamento do empresariado nacional ao capitalismo internacional.

O golpe teve a conivência e o apoio de parcelas importantes da sociedade. Essa adesão configura-se como fator determinante para a consolidação e legitimação do golpe. Além de fatores mais imediatos, como a Revolta dos Marinheiros e a respectiva anistia que receberam, e o discurso considerado radical do presidente João Goulart no Automóvel Clube, no dia 30 de março de 1964, para um público de sargentos e suboficiais.

Para a maioria dos militares, o governo de Goulart estava subvertendo os pilares básicos da instituição: a hierarquia e a disciplina. Para que houvesse uma ruptura com o governo eleito apoiaram-se num movimento que contava com parte das forças armadas, um número considerável dos parlamentares no Congresso Nacional, além de empresários, amplos setores da classe média, alguns importantes veículos de comunicação e do governo norte-americano. Além da participação dos governadores dos estados da Guanabara, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, juntamente com suas polícias civis e militares.

Para alguns autores, os líderes civis golpistas, Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, ambos presidenciáveis nas eleições de 1965, não previam os vinte e um anos de ditadura que se seguiriam. Alguns jornais que defenderam a deposição de João Goulart, como foi o caso do “*Correio da Manhã*”, também não apoiavam a instituição de um governo militar. O plano imediato era retirar do cenário político os comunistas, os trabalhistas e os sindicatos identificados com o presidente.

Desde a posse de João Goulart na presidência em 1961, matérias, manchetes e editoriais vinculados por parte da imprensa nesse período, como os jornais paulistanos “*Folha de São Paulo*” e “*O Estado de São Paulo*” já faziam duras críticas ao presidente e as suas propostas de reformas de base. Além de colocar as forças armadas como protetora da pátria e

dos poderes constitucionais, esses e outros impressos foram fundamentais na desestabilização do governo.

Nesse período o jornalismo era dominado por grupos/famílias tradicionais, fato que ainda ocorre na atualidade. Esses grupos interferiam na economia e na política do país e mantinham estreitas relações com os governos, empresários e políticos influentes. Para Daniel Aarão Reis, o apoio da sociedade civil foi fundamental para a longa vida da ditadura militar no Brasil. As “Marchas da família com Deus pela liberdade” que começaram em São Paulo e no Rio de Janeiro e depois alcançaram todas as capitais dos estados e outras cidades médias e pequenas, configuraram-se num movimento de massas de apoio ao golpe. Esses grupos temiam as reformas de base que poderiam acarretar no fim do latifúndio, do capital estrangeiro, e permitir o voto dos analfabetos e dos soldados, entre outras medidas. Temiam que o Brasil fosse “transformado numa nova Cuba”, tomada pelo Comunismo.

Nesse momento, o mundo vivia a Guerra Fria. Os Estados Unidos representavam o capitalismo e o chamado mundo livre ocidental e cristão. A União Soviética representava o comunismo e o socialismo. Nas décadas de 1950 e 1960 eclodiram golpes militares que interromperam projetos de reformas nacional-estatistas em vários países da América Latina como Argentina, Bolívia e Brasil. Com o apoio norte-americano esses governos visavam conter a expansão do “perigo comunista”. No Brasil, a Doutrina de Segurança Nacional alertava aos cidadãos no combate e na caça aos inimigos internos. Sua elaboração e divulgação como discurso ideológico ficaram sob o comando da Escola Superior de Guerra (ESG), que surgiu a partir do contato entre militares brasileiros e norte-americanos e foi a que mais formou militares para os principais postos de comando da ditadura.

A Escola Superior de Guerra foi criada em agosto de 1949 através da Lei nº 785 pelo presidente General Eurico Gaspar Dutra, no Rio de Janeiro⁴². Centro de estudos militares e civis de nível universitário com ênfase na temática da Segurança Nacional, tinha como objetivo desenvolver projetos e traçar planos e diretrizes de políticas governamentais, desenvolvendo, para isso, ações políticas, econômicas, psicossociais e militares. Uma das premissas era inculcar na população a ideia de que a segurança não é responsabilidade exclusiva do estado, mas também de toda a nação. De acordo com essa doutrina a mídia exercia papel fundamental nesse contexto, onde democracia era entendida como disciplina e ordem.

⁴² OLIVA, Oswaldo Muniz. *A Escola Superior de Guerra*. Revista da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, v. 5, n. 12, p. 11-12, 1989.

A Escola Superior de Guerra consolidou uma rede militar e civil que institucionalizou e disseminou a Doutrina de Segurança Nacional e desenvolvimento, que prescrevia um posicionamento político mantido para indicar como o Estado deveria ser gerido, ou seja, a doutrina propunha o modelo segundo o qual se devia governar. Sendo utilizada também para justificar a imposição de um sistema de controle e dominação.

Vimos que logo após o golpe, houve um cerceamento das liberdades de organização, opinião e expressão. Além disso, civis e militares que estavam em consonância com o governo foram colocados em cargos estratégicos, nas áreas da saúde, educação, indústria, comunicações e sistema bancário.

Segundo Pieranti, a preocupação do Estado brasileiro com os meios de comunicação, de uma forma geral, não teve seu início a partir da implantação do regime militar. O departamento de imprensa e propaganda criado em 1939 no governo Vargas foi o órgão com maior capacidade de controle da comunicação de massa na história do país, não podendo ser igualado nem mesmo pela estrutura com finalidade semelhante montada pelo regime militar.

A sua estrutura relativamente simples, definida no artigo 3º do decreto-lei nº 1.949 de 1939, permitia uma fiscalização eficiente, orientada por serviços ou mídias: havia seis divisões no órgão a saber, de divulgação; radiodifusão; cinema e teatro; turismo; imprensa e serviços auxiliares. Não bastasse a possibilidade de exercer o poder de polícia, o DIP dispunha de competências afeitas ao controle seja a priori, por meio do fomento direto a determinadas obras, seja a posteriori, por meio da concessão de benesses a quem atendesse a expectativa de seus diretores⁴³.

A partir da década de 1930, observamos uma série de leis e departamentos do governo que passaram a ser criados para regular, orientar e controlar o trabalho da imprensa em nosso país.

No que se referia à regulamentação da comunicação de massa, a abertura para a ação coercitiva do Estado iniciava-se na Constituição Federal. O documento de 1937 admitia a censura (art.122), prevista em lei, com a finalidade de garantir a paz, a ordem e a segurança pública. A ampliação do poder de polícia encontrava-se respaldada, também nos documentos legais diretamente relacionados à comunicação de massa e estendia-se à regulamentação da profissão de jornalista⁴⁴.

⁴³PIERANTI, Octavio Penna. *O Estado e as comunicações no Brasil: construção e reconstrução da administração pública* – 1ª edição. Brasília – DF: Abras/Lecotec, 2011, p. 12.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 14.

Percebemos que antes do golpe a relação entre o Estado e os meios de comunicação já era forte, e a extinção do Departamento de Imprensa (DIP) em 1945, não rompeu definitivamente com esse modelo de subvenção e concessão de benefícios, do qual dependiam, em parte, as empresas jornalísticas. O que observamos foi uma reordenação dos mecanismos de controle para práticas menos explícitas. Empréstimos, verbas publicitárias, isenções fiscais⁴⁵.

A partir dos anos 1950, verificamos a concessão de grandes empréstimos nos estabelecimentos oficiais de crédito. Entre eles, as empresas do grupo Roberto Marinho e as organizações comandadas por Assis Chateaubriand. Juntos eles deviam mais de 162 milhões ao Banco do Brasil, à Caixa Econômica Federal e aos Institutos de Previdência.

É preciso lembrar ainda, a esse respeito, que as empresas jornalísticas usavam três caminhos para conseguir recursos: a tomada a particulares, por processos os mais variados, a tomada a cofres públicos, em empréstimos de concessão e privilégio; e a recebida pela publicidade. Das três, esta era a pior, conquanto “legal” isenta de constituir-se em alvo de campanhas pretensamente moralistas, visto como não infringia e nem mesmo arranhava qualquer lei. Isso não retira, entretanto, o seu traço essencial, quanto ao processo de desenvolvimento da imprensa burguesa em nosso país. [...] As empresas jornalísticas, apesar de fazerem cerrada oposição, continuavam a receber favores dos estabelecimentos oficiais de crédito e a receber concessões de toda ordem, facilidades para o desenvolvimento dos negócios dos monopólios em nosso país. As empresas jornalísticas, nesse comportamento aparentemente contraditório, não defendiam os seus interesses, mas os interesses dos referidos monopólios, visto que eram as distribuidoras de sua propaganda, quando menos⁴⁶.

Uma das ferramentas de regulação e controle foi o CBT - Código Brasileiro de Telecomunicações. Esse conjunto de normas foi complementado e modificado em grande medida, pelo decreto-lei n° 236 de 1967, que já alinhava grande parte do texto original às ideias autoritárias do novo regime instalado em 1964. Um primeiro bloco de alterações reunia a revisão de proibições e das sanções passíveis de serem impostas às empresas pelo Estado. As novas proibições previstas no decreto-lei n° 236 (art. 2°) incluíam a incitação à violência, o ultraje à honra nacional, a divulgação de segredos de Estado, a propaganda de guerra, ofensas à moral e aos bons costumes, a veiculação de notícias falsas, a calúnia, a injúria e a

⁴⁵ Ver código brasileiro de telecomunicações decreto-lei n° 236/67. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0236.htm>

⁴⁶SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: INTERCOM; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011, p. 590.

difamação dos três poderes e de seus membros. As empresas de comunicação poderiam ser punidas com multas, suspensão das atividades e cassação de permissões, concessões e autorizações. Em caso de descumprimento de uma determinada punição, a empresa poderia ser cassada. A partir de 1964, técnicos militares passaram a ocupar postos-chave da administração pública em diversas áreas, incluindo as comunicações.

Outra importante iniciativa foi a criação do CONTEL (Conselho Nacional de Telecomunicações). Aprovado pelo decreto nº 55.625 de 1965, estabelecia como competências do órgão “regular, orientar, dirigir, executar, dinamizar e fiscalizar a política nacional de telecomunicações”.

2.2 O Ministério das Comunicações

O Ministério das Comunicações nasceu com a competência para cuidar dos serviços postais e das telecomunicações e era compartilhado entre as esferas federal, estadual e municipal. Em 1962, surgiu a lei nº 4.117, conhecida como Código Brasileiro de Telecomunicações. O código implantou um sistema nacional de telecomunicações para assegurar a integração desse tipo de serviço no país. Além disso, instituiu entidades de destaque no cenário brasileiro da época: o Conselho Nacional de Telecomunicações (Contel) e a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel). A ideia era planejar a política de telecomunicações para o país⁴⁷.

Em 25 de fevereiro de 1967, o decreto-lei nº 200 criou o Ministério das Comunicações. A intenção foi de substituir o CONTEL e dar mais autoridade ao setor. As linhas de atuação da nova pasta foram fixadas por meio de programas que tinham como alvo a integração operacional das empresas telefônicas, a expansão da indústria de telecomunicações, a consolidação da legislação específica e o crescimento da participação internacional do Brasil. Também havia projetos para os setores postais e de radiodifusão. Durante o governo militar, até 1985, a estrutura do Ministério das Comunicações foi mantida.

Foi durante o regime militar de 1964 que o Estado adotou um modelo de desenvolvimento econômico que interferiu diretamente no crescimento da indústria cultural. Dentre as incontáveis ações governamentais que influenciaram o crescimento dos meios de comunicação, um exerceu papel especialmente relevante: a escolha das políticas de desenvolvimento econômico, as quais se baseavam num processo de industrialização rápido e

⁴⁷ MEIRELES, Gabrielle Lins. *A Legislação Nacional de Telecomunicação nos anos 60 e 70 e a Rede Globo como estudo de caso*. XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH – RIO, 2012.

centrado nas grandes cidades brasileiras. Esse processo de industrialização tem sido associado com o crescimento dos meios de comunicação, porque os centros ou distritos industriais influíram para uma maior concentração urbana. A construção de novas rodovias, aeroportos, modernização dos serviços de correios e telégrafos e dos sistemas de telecomunicações (todos dentro do plano de desenvolvimento do Sistema Nacional de Transporte e Comunicações), contribuíram para o crescimento dos veículos pela abertura de novos canais de distribuição, tanto para a mídia impressa quanto para a eletrônica.

O Ministério das Comunicações dispunha de uma divisão de segurança e informações, tida como unidade “complementar” ao Conselho de Segurança Nacional e colaboradora do Serviço Nacional de Informações, o SNI. Nesse momento político, observamos a inexistência de movimentos sociais significativos que atuassem no campo das políticas de comunicação. CONTEL E MC seguiam a mesma linha pouco democrática, que refletia o histórico do setor, e o ambiente político.

O Estado agiu em relação a jornais e revistas através de financiamentos empréstimos em bancos públicos. Isso porque todo tipo de comunicado oficial, deveria por lei, ser publicado em jornais de grande circulação, por esta razão a retirada de publicidade oficial era usada como forma de pressionar e inviabilizar diversos meios. A ação estatal foi fundamental para jornais e revistas também por outros aspectos. A modernização de tais empresas dependeu fortemente de fornecedores estrangeiros. Em relação a esse ponto, o regime militar agiu de duas formas distintas. A primeira diz respeito à autorização de importações. Os veículos precisavam da autorização do governo federal para realizar a importação de diversos produtos, como por exemplo, computadores e equipamentos de edição. Sem essa licença, a compra poderia ser caracterizada como contrabando. A outra forma de ação esteve ligada à concessão de subsídios e empréstimos facilitados às empresas que detivessem meios de comunicação favoráveis ao regime. Nesse caso, a inflação crescente do período dificultava ainda mais a conversão da moeda e a compra no exterior de bens essenciais à produção dos periódicos. Esse era o caso, por exemplo, do papel imprensa, cuja produção nacional sempre foi inferior ao necessário⁴⁸.

Visando diminuir a necessidade de importação desse bem, o governo federal garantiu, de acordo com a lei nº 4.950 de 1966, a isenção fiscal sobre a importação de equipamentos para a montagem de fábricas de papel imprensa e similares para livros (art. 1º)

⁴⁸ Ver quadro da página 128 de PIERANTI, Octavio Penna. O Estado e as comunicações no Brasil: construção e reconstrução da administração pública – 1ª edição. Brasília – DF: Abras/Lecotec, 2011, p. 14.

Para subsidiar empresas responsáveis por meios impressos, o governo federal chegou a manter, a partir da segunda metade da década de 1960, o Grupo-Executivo das Indústrias do Papel e das Artes Gráficas (Geipag), depois transformado em Grupo Executivo das Indústrias de Papel, Celuloses e Artes Gráficas, vinculado ao Ministério da Indústria e Comércio. Esse grupo era responsável por apoiar projetos de modernização nas áreas em que atuava e facilitar a instalação de novas empresas, recebiam isenções fiscais ou outros benefícios específicos quando seus projetos eram aprovados. Até 1970, o Geipag distribuiu US\$ 85,6 milhões, dos quais US\$ 22,5 milhões foram gastos diretamente por jornais e revistas em sistemas de impressão offset e sistemas computadorizados de composição a frio, dentre outros⁴⁹.

A partir de 1967, a expressão “subversão da ordem” tornou-se expressão comum na Constituição Federal e passou a ser usada como motivação para decretação de estado de sítio e para a censura à imprensa.

Ao configurar-se como instrumento de radicalização do regime militar, a Emenda Constitucional nº 1 de 1969 – considerada por alguns como uma nova constituição federal – vedou a publicação de pronunciamentos que motivassem a subversão da ordem, propaganda de guerra e preconceitos (art. 30 b) e estabeleceu a pena de cassação de direitos individuais e políticos de dois a dez anos em caso de descumprimento a esse dispositivo (art. 154)⁵⁰.

Críticas simples poderiam ser enquadradas nessa categoria, além disso, os atos institucionais que se sucederam criaram um ambiente de múltiplas restrições que recaíram sobre emissoras e periódicos. A lei de imprensa nº 5.250 de 1967 propunha-se a regular a liberdade de manifestação do pensamento e de informação, sendo aplicável, portanto, a qualquer meio de comunicação de massa. A imprensa era avaliada pelo governo a partir de critérios imprecisos e subjetivos como “subversão da ordem”, “propaganda de guerra” e “moral e bons costumes”. Por meio de instrumentos normativos vimos a criação de vários e crescentes controles dos meios de comunicação de massa no país.

A esses marcos somaram-se decretos, portarias e outros instrumentos normativos, como pelo menos um decreto “secreto” (não publicado pelas vias oficiais), o 165-B de 1971, contendo temas de tratamento proibido pela imprensa. A partir desse documento, Kushnir (2004) conclui que a censura jamais foi caótica, preocupando-se ao máximo com o seu desenrolar. O emaranhado de normas e os pruridos para

⁴⁹ Ibidem, p. 128.

⁵⁰ Ibidem, p.129.

tratar de um tema – a censura – tão evidente em um cenário autoritário como o da década de 1970 revelam, ainda, outra faceta do regime observada em outros momentos de autoritarismo, como durante o Estado Novo⁵¹.

Nesse contexto, o Serviço de Informação do Gabinete (Sigab), órgão não mencionado nos organogramas oficiais da administração federal, absorveu a censura da imprensa e os censores responsáveis por essa atividade. De acordo com Kushnir, ao Sigab cabia o telefonema diário às redações de todo o país em que se informava o que era proibido publicar, assim como a visita aos jornais sob censura prévia para checar o cumprimento das ordens.

O Sigab tem uma origem que muito se assemelha à da Oban, que foi uma iniciativa conjunta do II Exército e da Secretaria de Segurança Pública do governo Abreu Sodré, como uma tentativa de centralizar as atividades de combate às crescentes ações de guerrilha urbana em São Paulo. Criada em 29/6/1969, a Oban permaneceu até setembro de 1970 em caráter extralegal (não era considerada no organograma do serviço público). Isso demonstra que esse tipo de expediente era usado no governo ditatorial para manter em sigilo operações mais incisivas⁵².

De acordo com Kushnir, as preocupações com o conteúdo dos meios de comunicação de massa eram próprias, também, de outros órgãos e entidades, como o Serviço Nacional de Informações, que sempre estava atento a temas polêmicos como a relação entre estado e igreja, a repressão política e a política indigenista.

A censura oficial, porém, diferia do comportamento adotado por órgãos de inteligência ou grupos extremistas. Por mais que houvesse parceria entre censores e policiais, a atividade daqueles ainda guardava laços com a intelectualidade dos seus executores, notadamente nas décadas anteriores. Oficialmente, jornalistas e artistas, por exemplo, atuaram como censores ao longo dos anos; oficiosamente, outros jornalistas atuaram em redações em permanente parceria com censores e órgãos de repressão, colaborando com o regime instalado. Em outros casos, ex-quadros do DPF eram contratados pelas próprias empresas, como forma de intermediar contatos entre a iniciativa privada e o governo. Esse “caldo cultural”, que dificultava a separação entre colaboradores, algozes e vítimas, ao qual alude Kushnir (2004), era, segundo a autora, marca registrada da censura: no início da década de 1960, o chefe do Serviço de Censura na Guanabara, nomeado pelo governador e jornalista Carlos

⁵¹ Ibidem, p.134.

⁵² KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda – Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. 1.ed.rev. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 123.

Lacerda, era jornalista há mais de trinta anos; menos de dez anos depois, ao menos sete de 34 integrantes do SCDP eram jornalistas⁵³.

O golpe de 1964 afetou os meios de comunicação de massa diretamente porque o sistema político e a situação socioeconômica do país foram totalmente modificados pela definição de um modelo econômico para o desenvolvimento nacional. O crescimento econômico do país foi centrado na rápida industrialização, baseada em tecnologia importada e capital externo, enquanto os veículos de comunicação de massa, principalmente a televisão, passaram a exercer o papel de difusores da produção de bens duráveis e não-duráveis.

Os governantes pós-64 estimularam a promoção de um desenvolvimento econômico rápido, baseado num tripé formado pelas empresas estatais, empresas nacionais e corporações multinacionais. Promovendo reformas bancárias e estabelecendo leis e regulamentações específicas, o Estado, além de aumentar sua participação na economia como investidor direto de uma série de empresas públicas, passou a ter à sua disposição, além do controle legal, todas as condições para influenciar os meios de comunicação através das pressões econômicas.

2.3 Os processo de concessão na grande imprensa

No Brasil o financiamento dos veículos de imprensa foi uma poderosa ferramenta de controle estatal, em razão da vinculação entre os bancos e o governo. A concessão de licenças para a importação de materiais e equipamentos e o provisionamento, por parte do governo, de subsídios para cada importação teve forte influência a ponto de levarem os meios de comunicação de massa a adotarem uma posição de sustentação às medidas governamentais.

Exemplos de como o governo controla, política e economicamente, os meios de comunicação de massa podem ser encontrados tanto na mídia impressa como na eletrônica. No caso da mídia eletrônica este controle foi mais direto e evidente, porque, tanto as estações de rádio como as de televisão, operam canais concedidos pela administração federal, os quais podem ser cassados, enquanto os veículos da mídia impressa necessitam apenas de um simples registro. De 1964 a 1988, a concessão de licenças para exploração de frequências reforçou o controle exercido pelo Estado, pelo simples fato de que tais permissões só eram concedidas a grupos que originalmente apoiaram as ações adotadas pelo mesmo.

⁵³PIERANTI, Octavio Penna. *O Estado e as comunicações no Brasil: construção e reconstrução da administração pública* – 1ª edição. Brasília – DF: Abras/Lecotec, 2011, p. 139.

É o artigo 21 da Constituição federal que dá, ao Estado brasileiro, o direito de autorizar a concessão pública para emissoras de rádio e televisão. No entanto, mesmo sendo pública, essa concessão tem sido utilizada ao longo dos anos para atender a fins particulares e privados. Até o início dos anos 1960 não havia uma política clara de comunicação no país.

2.4 A censura após o golpe

A censura, então, atua em função da imagem que se quer construir em torno das instituições e das relações de poder de determinada sociedade em determinada época, mas sempre procura se embasar em valores já presentes na consciência coletiva⁵⁴.

A censura agiu enquanto um dispositivo de manipulação ideológica orquestrado pelas forças armadas e por setores dominantes da sociedade civil. O exército precisava do apoio das elites da sociedade civil para governar, estas, precisavam da força das armas para manter seus interesses. Enquanto instrumento, agiu para a produção de um consentimento à dominação. A ditadura militar brasileira utilizou-se da propaganda e da censura para construir uma imagem do país.

Entre 1950 e 1980 gerou-se um conjunto de representações simbólicas de Brasil e do povo brasileiro que até hoje atua em nossas consciências. Na cultura, as representações simbólicas do popular se adequaram às manipulações ideológicas por parte das elites brasileiras na construção de um tipo popular ideal conformado e nunca subversivo. Nesse sentido, vemos como a censura contribuiu para a formação cultural da população naquele determinado período. Observamos a existência de três tipos de atuação para a censura. A preventiva, a coercitiva, e a punitiva.

A censura prévia ou preventiva era utilizada para filtrar a produção artística, os meios de comunicação e as diversões públicas. Geralmente baseava-se em regras de moral já estabelecidas na sociedade. Nesse caso, o material era submetido a análise antes de ser liberado. Os técnicos censores recebiam uma cópia da obra a ser “filtrada” e emitiam seu parecer. No caso do rádio e da televisão, a programação era enviada com três dias de antecedência.

⁵⁴ BERG, Creuza de Oliveira. *Mecanismos do silêncio: expressões artísticas e censura no regime militar (1964-1984)*. São Paulo: EdUFSCar, 2002. p. 79.

A censura coercitiva tem um caráter extralegal e pretendia eliminar, destruir o mecanismo, neutralizar os dirigentes e até mesmo torturar. Visava ainda tomar alguns exemplos para amedrontar, mostrando o que poderia acontecer aos subversivos, como desaparecimento e morte. Já a censura punitiva culminava numa atitude repressiva, gerando muitas vezes, processos-crime, impedimento ou veto do conteúdo, e prisão.

Não é apenas sob a força das armas que os regimes autoritários tem se mantido e, não raro, com grande aceitação popular. Há que se atentar para a importância dada por esses regimes às questões psicossociais, à produção, por intermédio da censura e da propaganda, de uma imagem que “seduz” as massas. O apelo à matéria simbólica da qual se reveste a ditadura, a própria figura do ditador e, por outro lado, uma censura cuidadosamente articulada, talvez seja o ponto estratégico comum entre regimes desse tipo. O discurso, os cartazes, as festas e toda uma alegoria enaltecendo as maravilhas do regime, combinados com o mais absoluto silêncio acerca das misérias que este carrega, vêm compor um quadro que se apresenta às massas carregado de funções simbólicas que vão ao encontro de seus mais contidos anseios e aspirações⁵⁵.

A censura da imprensa não era regulamentada por normas ostensivas. Frequentemente visava os temas políticos e atuava através da presença dos censores nas redações dos veículos. Já o controle da propaganda política era antigo e legalizado. Existia desde 1945, era dirigido aos produtores de teatro, cinema, músicos e outros artistas e também contava com censores específicos que agiam em defesa da moral e dos bons costumes.

O controle aos meios de comunicação atuou principalmente nos finais dos anos 1960 e início dos anos 1970. Já a censura de diversões públicas agiu principalmente no final dos anos 1970. Em janeiro de 1968 foi criada a Assessoria Especial de Relações Públicas – AERP, tornando-se a agência oficial de propaganda política do governo.

Assim, a farsa que as máquinas ditatoriais constroem, por intermédio da propaganda, de uma sociedade ideal traz como consequência a necessidade de criação de uma censura capaz de detectar e eliminar tudo o que possa abalar a imagem cuidadosamente engendrada para a legitimação do poder⁵⁶.

⁵⁵ BERG, Creuza de Oliveira. *Mecanismos do silêncio: expressões artísticas e censura no regime militar (1964-1984)*. São Paulo: EdUFSCar, 2002.p. 52

⁵⁶ *Ibidem*, p. 60

Dentro do contexto da censura, uma importante ferramenta foi “A doutrina de Segurança Nacional”. Esses preceitos constituíam um conjunto de considerações geopolíticas que perseguiam o objetivo do “Brasil potência”. Formavam uma rede de atuação e contavam com a polícia política, a espionagem, a censura da imprensa e o julgamento de supostos corruptos, além da caça aos comunistas e subversivos.

Legalmente foi a partir de 20 de maio de 1970, através do Decreto-lei nº 1.077 de 1970, que a censura foi oficialmente instalada no Brasil. A partir daí a censura prévia passou a ter substrato legal para atuar em todo o território nacional. No entanto, nem sempre o governo agiu através de canais burocráticos, muitas vezes fez uso ostensivo de aparelhos repressores de policiais e militares.

Muitas autoridades fizeram pressões para que os jornais e as revistas publicassem notícias de seu interesse. Não afetando apenas as relações entre censores e censurados, mas interferindo também nas relações entre jornalistas, proprietários e administradores. Com o impacto da censura, vários veículos fecharam, seja por iniciativa própria, por proibição, ou devido aos prejuízos econômicos. Atingindo principalmente os periódicos essencialmente políticos, radicalmente opostos ao regime. A autocensura também influenciou o mercado e a escrita dos jornalistas, que mudaram algumas práticas do seu ofício, seja por receio da prisão, pelo fechamento do jornal ou por temer o fim dos empréstimos e financiamentos.

Apesar de termos que considerar que a censura política em momentos de autoritarismo age de forma intermitente, não constante e de maneira diferenciada em relação aos veículos de comunicação, desde o Golpe de 1964 instauram-se mecanismos diversos para controlar as informações veiculadas. O argumento frequentemente apresentado para a instituição da censura em todas as dimensões da vida cultural do país coloca em evidência o papel que se atribuía aos meios de comunicação: além de informar, deveriam orientar a população, tutelados pelo Estado. Os conteúdos que poderiam servir de estímulo à oposição dos militares deveriam ser alijados das publicações. O argumento que se vivia um período de “guerra” (promovida pelos estudantes e pelos “terroristas”) servia para justificar as ações de exceção⁵⁷.

No rádio e na televisão, a censura atingiu sistematicamente vários artistas cuja oposição à ditadura era conhecida publicamente, entre eles, Chico Buarque de Holanda,

⁵⁷ BARBOSA, Marialva. *História da Comunicação no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 296.

Geraldo Vandré, entre outros. A ditadura também procurava obter dos brasileiros informações sigilosas através de telefones grampeados de pessoas e instituições. A censura artística e literária afetou predominantemente a produção nacional e, dentro dela, a de cunho político. Filmes, peças de teatro, músicas, novelas e livros também foram censurados.

Durante os vinte e um anos de duração do regime militar brasileiro, verificamos uma alternância de momentos de “avanços” e “recuos”, “aberturas” e “endurecimentos”. A cena política brasileira foi marcada por algumas características essenciais. O Governo Militar se consolidou e venceu algumas de suas contradições internas, libertando-se de forças políticas tradicionais que haviam participado do golpe de estado.

2.5 O Revisionismo historiográfico pós-64

Para discutir a memória da ditadura é preciso pensar os diferentes modelos de memória, seus contextos históricos, necessidades culturais e padrões interpretativos. Cada período teve seus sistemas materiais dominantes de anotação e suas tecnologias de armazenamento. Dentro dos depoimentos orais, nos deparamos com a memória e a recordação. Nesse sentido, memória e recordação estariam em oposição conceitual, no entanto, elas devem ser definidas com um par conceitual, como aspectos complementares de uma correlação, memória e recordação não podem ser concebidas sem a dimensão temporal. A memória é o armazenador de onde a recordação se serve, seleciona, atualiza. A recordação também se torna uma força política.

Segundo Arlete Farge⁵⁸, o acontecimento em história também está no minúsculo, no singular, no quase imperceptível, na relação estreita entre a palavra dita e a vontade de criar o verossímil. As palavras estão mergulhadas num universo ao mesmo tempo pessoal e coletivo e a linguagem pode exprimir a complexidade das relações sociais e as maneiras de fazer boa figura. O testemunho é um fragmento onde o indivíduo trava relações pacíficas ou tumultuadas com outros grupos sociais revelando fenômenos às vezes coletivos, às vezes de singularidade.

Na história, o tempo tem múltiplos significados, é abstrato e concreto, e pode traduzir processos como movimento/estagnação, continuidade/ruptura, inovação/manutenção, passagem/permanência, velocidade/lentidão, etc. As concepções sobre o tempo são múltiplas, tempo longo ou impacto imediato. Longos ou curtos, os tempos são substratos da dinâmica

⁵⁸ FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009.

histórica. Para o trabalho do historiador, é necessário analisar dois tempos específicos, o tempo em que as coisas aconteceram e o tempo de produção do historiador sobre os acontecimentos.

Segundo Dreiffus, a mobilização popular em prol de reformas sociais levou à articulação de uma conspiração internacional direitista ligada às elites orgânicas empresariais e aos militares, visando conter a organização nacional da classe trabalhadora. O ano de 1964, representou, assim, o rompimento do bloco populista e objetivou conter os novos níveis de organização da classe trabalhadora.

Além das causas que culminaram no golpe, outra temática que vem sendo discutida nos últimos anos, é a denominação “civil-militar”. Essa discussão vem sendo levantada desde o ano 2000, e traz questionamentos acerca da importante participação de setores não fardados. Carlos Fico⁵⁹ defende o termo “golpe civil-militar” para denominar especificamente o momento de tomada de poder. Em sua concepção, o governo teria se constituído num regime militar, e não numa ditadura “civil-militar”.

Segundo Fico, o golpe contou com o apoio de parte da sociedade civil brasileira, através da ação efetiva de elites civis, da Igreja Católica (através das Marchas com Deus, pela pátria e pela família, em várias capitais do país) e de parte da imprensa. A denominação “golpe civil-militar” não se explica apenas pelo apoio superficial dos civis, mas da participação direta na preparação e execução do golpe.

René Armand Dreiffus, desde 1981, ano da publicação de sua tese de doutorado, já argumentava que a queda do governo ocorreu com a culminância de um movimento civil-militar, e não como um golpe executado apenas pelas forças armadas, contra o então presidente João Goulart. Para Dreiffus, durante a ditadura, essa participação civil permaneceu. É o que ele demonstra em sua tese, quando estudou o trabalho do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), constituído, já no final de 1961, por setores empresariais, executivos de empresas e oficiais das Forças Armadas (alguns já na reserva, como foi o caso do general Golbery do Couto e Silva). Essa entidade desenvolveu uma intensa campanha de desestabilização do governo, juntamente com o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), o Movimento Anti-Comunista (MAC) a Escola Superior de Guerra (ESG), setores importantes da imprensa, além das entidades patronais, como a Associação Comercial do Rio

⁵⁹ Ver artigo: FICO, Carlos. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. UFRJ. Revista Brasileira de História. São Paulo, V. 24, n° 47, p. 29-60 – 2004.

de Janeiro, a Federação Brasileira de Bancos/Febraban e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), entre outros.

Segundo Dreiffus, os quadros do *IPES* conseguiram implementar grande parte de seu programa para o capitalismo brasileiro através de uma série de ações empreendidas durante o governo militar. A pesquisa identifica socialmente os “civis” envolvidos tanto no golpe, quanto no decorrer da própria ditadura. É preciso identificar de quais civis ele está falando e não simplesmente dividir a sociedade entre civis e militares. Ao invés de “a sociedade brasileira apoiou o golpe”, o mais correto, seria afirmar que, “parte da sociedade brasileira” apoiou uma ditadura feita contra a outra parte da sociedade. Para ele, o *IBAD* e o *IPES* formaram o estado maior da burguesia multinacional e associada, que desenvolveu uma ação medida, planejada e calculada que conduziu os militares ao poder, articulando uma ampla rede conspiratória em todo o país e formulando um projeto de governo que se implantou no estado brasileiro após o golpe.

Para o professor Renato Lemos⁶⁰, falar de “apoio civil” ao golpe e a ditadura é uma informação muito utilizada por segmentos militares para legitimar tanto o golpe quanto a ditadura. Não se pode negligenciar o projeto de classe que tomou o aparelho de estado em 1964, resultando no processo de aceleração da acumulação capitalista, do crescimento da indústria de bens duráveis, do crescimento do empresariado ligado à construção civil, da indústria pesada, do sistema bancário. O período denominado de “milagre” econômico é justamente o momento em que a política permanente de arrocho salarial aprofundou-se, garantindo lucros extraordinários para o capital monopolista e certa euforia do consumo entre as classes médias. Além da constituição, sob a ditadura, dos grandes grupos do setor de comunicação de massa e de imprensa. A participação e opinião da imprensa naquele período não significa que essa seja a opinião de toda a sociedade brasileira, mas que a imprensa fazia uso de sua visibilidade para influenciar a opinião pública.

Todos esses debates atuais sobre as interpretações do golpe e da ditadura militar brasileira compreendem o que os historiadores chamam de revisionismo. O termo é utilizado

⁶⁰ Conferir os artigos: LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. A “ditadura civil-militar” e a reinvenção da roda historiográfica. Caderno Prosa & Verso. 31 de março de 2012; LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. *Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964*. (mimeo) Disponível em http://www.ifcs.ufrj.br/~lemp/imagens/textos/Contrarrevolucao_e_ditadura_no_Brasil.pdf; LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. *A anatomia da transição é a chave da anatomia da ditadura: o governo Geisel e a contrarrevolução no Cone Sul da América*. Colóquio internacional “O colapso das ditaduras”. Out. 2012. UFRJ; LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. *Rever ou não rever. Eis a questão? O debate atual sobre a lei de anistia de 1979*. Comunicação apresentada no I Seminário Nacional Práticas Sociais, Narrativas Visuais e Relações de Poder, Universidade Federal de Viçosa (MG), março de 2010; LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. *Anistia e crise política no Brasil pós-1964*. Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 287-313.

em vários contextos em debates historiográficos. Após a II Guerra Mundial, os historiadores passaram a empregá-lo, em alguns casos, para afirmar o caráter renovador de certas abordagens. No caso da ditadura militar brasileira, o termo vem sendo utilizado para caracterizar criticamente certa historiografia. Uma das correntes, que surgiu nos anos 1990, diz que iria ter um golpe do próprio presidente João Goulart, com apoio dos comunistas e da própria União Soviética, embora nunca tenham sido encontradas provas que corroborassem essa teoria.

Nos anos 1990, ganharam força no Brasil, visões relativizadoras do golpe e da ditadura. Uma delas ignora a problemática capitalista, outra desqualifica as esquerdas e coloca a resistência em dúvida. Para Jorge Ferreira⁶¹, que reproduz as teses revisionistas de Argelina Figueiredo⁶², a explicação do golpe de estado está num suposto “déficit democrático”, resultado do processo de radicalização das esquerdas. Para Ferreira, a direita política brasileira e o empresariado estariam “assustados” com os discursos radicais de Leonel Brizola e outros parlamentares. Ele acusa as esquerdas ,daquele período, de golpismo, e afirma que a frente de mobilização popular manifestou desprezo pelas instituições liberais democráticas.

O golpe de 1964, segundo Demian Bezerra de Melo⁶³, tem sido alvo de um levante revisionista, onde as esquerdas são acusadas de golpistas por tais historiadores. Argelina Figueiredo, Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis seriam os representantes desse revisionismo, contrapondo ao trabalho clássico de René Dreifuss. Intelectuais marxistas têm se oposto a essas falas, como o próprio Demian Bezerra Melo, além de Caio Navarro de Toledo, Jacob Gorender e Marcelo Ridenti.

Para Melo não há uma separação absoluta entre militares e civis, mas a parcela dominante da sociedade implementou um projeto de classe no, e através, do aparelho de estado. Ele acusa esses historiadores revisionistas de passarem de uma postura esquerdista a uma postura marcadamente liberal. Nesse tipo de análise que esses historiadores fazem, desaparecem as classes sociais e suas lutas, e a sociedade aparece como um bloco monolítico e harmonioso. Há uma grande confluência entre as teses revisionistas e os interesses das classes dominantes brasileiras, interessadas em reconstruir uma memória sobre o golpe e o regime de que foram os principais beneficiários.

⁶¹ GOMES, Angela de Castro. FERREIRA, Jorge. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

⁶² FIGUEIREDO, Argelina Cheibub, *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-196*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

⁶³ Ver: MELO, Demian Bezerra. *Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas*. UFRJ. Revista Marx e o Marxismo v.1, n.1, jul/dez 2013.

Para Daniel Aarão Reis⁶⁴, o golpe e o regime militar são uma construção histórico-social de toda a sociedade brasileira, ou seja, os que “deram” e “receberam” o golpe são igualmente “culpados”, torturadores e torturados, todos são responsáveis. Segundo Reis, as esquerdas eram radicais e agressivas, e proferiam palavras de ordem como: “reforma agrária na lei ou na marra”, sendo então corresponsáveis pelo golpe civil-militar de 1964.

Para Caio Navarro de Toledo⁶⁵ os quarenta anos do golpe de estado brasileiro deram vazão a duas posturas ou posições ideológicas. De um lado, os setores militares; de outro, alguns acadêmicos de orientação progressista ou de esquerda. Para ele, no terreno das ideias, os golpistas foram derrotados. Por isso, as teses revisionistas foram bem acolhidas pelos setores conservadores.

Um exemplo desta derrota no plano ideológico talvez possa ser sintetizado pela resolução de uma questão de ordem simbólica. Golpe ou Revolução? Por ocasião dos 40 anos, o conjunto da grande imprensa brasileira – que na sua extensa maioria apoiou a derrubada de Goulart e teve um comportamento ambíguo e complacente face à ditadura militar – não deixou de empregar a noção adequada para designar abril de 1964: golpe de Estado ou golpe político-militar. Assim, a prestigiosa designação de “Revolução de 1964”, cunhada pelos protagonistas do regime militar, vai gradativamente encerrando sua (inglória) carreira ideológica⁶⁶.

Segundo Toledo, as teses de que “direita” e “esquerdas”, se equivaliam, não têm fundamento nem comprovações. Além disso, as interpretações oferecidas pelos revisionistas são teoricamente frágeis. Um exemplo disso é a teoria que, João Goulart, Leonel Brizola, As Ligas Camponesas, e parte do Exército e da Marinha, acusados de radicalizar em seus discursos na defesa das reformas, fariam parte de um suposto plano golpista.

Um golpe de Estado se impõe com palavras, mas não apenas com elas. Frequentemente, tropas nas ruas e armas pesadas de combate também são requeridas para que ações golpistas sejam bem-sucedidas. Podemos ainda acrescentar: recursos financeiros, extensa contrapropaganda pela mídia, apoio político internacional etc. também podem ser decisivos para a derrubada de regimes constitucionais. Afora as palavras, quais outros recursos – não apenas simbólicos, mas materiais – detinham as esquerdas? Não seria o caso de observar que, em certa medida, os equívocos e o

⁶⁴ REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

⁶⁵ TOLEDO, Caio Navarro de. *1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo*. Crítica Marxista, São Paulo, n.19, p. 27- 48, 2004

⁶⁶ *Ibidem*, p. 31.

fracasso das esquerdas residiram exatamente no excesso de palavras e nos abusos retóricos dos discursos de suas lideranças?⁶⁷

Para Toledo, o golpe de 1964 pode ser explicado a partir das iniciativas de setores políticos e militares que, desde 1950, se opunham, de forma sistemática, à consolidação e ao alargamento da democracia política no Brasil; à crescente mobilização política e ao avanço da consciência ideológica dos setores populares e dos trabalhadores; à polarização do cenário político; à ausência de acordos políticos e alianças sociais com setores progressistas e não golpistas, e principalmente à falta de organização e preparação dos setores populares e trabalhadores na luta pela resistência ao golpe que, desde fins de 1963, se vislumbrava no horizonte. A fragilidade encontrada pelos golpistas na deposição do presidente João Goulart revelou a fragilidade política das esquerdas. Mesmo assim, não se pode atribuir às esquerdas as responsabilidades políticas pelo golpe de 1964, apenas com base nos discursos, isso seria dar razão aos ideólogos da direita que veem a “Revolução de 1964” como um contragolpe, ou seja, os militares agiram em defesa da democracia ameaçada. A afirmação do golpismo das esquerdas retoma as versões dos que defendem o golpe e contribuem para legitimar a ação golpista atenuando as responsabilidades dos militares e da direita civil pela supressão da democracia política em 1964.

Já para Carlos Fico⁶⁸, a partir dos quarenta anos do golpe cresceu o interesse pelos eventos que marcam a data, com a realização de seminários e debates, além do crescente número de pesquisas e do interesse da imprensa em cobrir tais eventos. Para Fico, isso se deve ao fato de que velhos mitos e estereótipos estão sendo superados, além do distanciamento histórico, marcando uma nova fase da produção histórica sobre o período. Nesse sentido, tem se falado sobre a relação dos atores sociais envolvidos com a democracia.

Segundo o historiador, dois importantes gêneros marcaram a literatura sobre o golpe de 1964. O primeiro é inspirado pela vertente norte-americana da ciência política sobre o Brasil. O segundo gênero tem a característica de ser memorialista e foi uma das primeiras tentativas de construção de uma narrativa histórica sobre o período, entretanto é permeado por mitos e estereótipos. A própria concepção do setor conhecido com “linha dura” tem sido contestada por pesquisas profissionalmente conduzidas. Para Fico, o projeto repressivo e violento estava presente desde os primeiros momentos do golpe. Assim o ato institucional

⁶⁷ Ibidem, p. 41.

⁶⁸ Ver artigo: FICO, Carlos. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. UFRJ. Revista Brasileira de História. São Paulo, V. 24, n° 47, p. 29-60 – 2004.

número 5 é considerado o reflexo do amadurecimento de um processo que se iniciara muito antes, e não uma decorrência dos episódios de 1968.

Como se sabe, a ditadura militar implantou uma polícia política bastante complexa no país que mesclava polícia civil, polícia militar, militares das três forças e até mesmo bombeiros e polícia feminina, todos responsáveis pelos principais episódios de tortura e extermínio. Atuando com grande liberdade de ação e com a conivência dos comandantes e governos militares, a tortura e o extermínio foram oficializados como práticas autorizadas de repressão pelos oficiais generais e até mesmo pelos generais presidentes. A partir de 1964, vimos o surgimento de um projeto repressivo fundamentado na perspectiva da “utopia autoritária” segundo a qual seria possível eliminar o comunismo, a subversão, a corrupção, etc. O Sistema Nacional de Informações (SNI) foi criado ainda em 1964, comandando uma ampla rede de espionagem e atuando a serviço dos setores mais radicais, divulgando os relatórios, que segundo este órgão, justificava a escalada e a manutenção da repressão.

Três principais correntes marcaram os quarenta anos do golpe. As tentativas de teorização da ciência política, as análises marxistas e a valorização do papel dos militares. Dentro desse contexto, há uma discussão que os militares não devem ser analisados enquanto categorias de “linha dura” ou “moderados”, mas devemos considerar tanto suas interações com a sociedade quanto suas características específicas de grupo especializado. Para Fico, o golpe de 1964 foi essencialmente político, resultante da soma da desestabilização, propaganda ideológica, mobilização da classe média e iniciativa militar.

Para o historiador Renato Lemos a expressão “ditadura militar” deve ser encarada não apenas como produto da memória, mas também como um conhecimento construído de acordo com premissas teórico-ideológicas sistemáticas, observando o conteúdo classista do golpe e da ditadura. O apoio civil ao golpe e à ditadura tem sido utilizado como um argumento por segmentos militares para legitimá-los. Para ele, é preciso deixar claro que esse apoio não se tratou de algo momentâneo, mas de uma operação política de uma parte da sociedade, sem deixar de fazer as devidas conexões com classes e categorias sociais portadoras de projetos classistas.

3 MANCHETE E ULTIMA HORA, VISÕES ACERCA DO GOLPE E DO GOVERNO CASTELO BRANCO

3.1 “*Ultima Hora*”, um contraponto à *Manchete*

O jornal *Ultima Hora* foi escolhido para compor este trabalho por ser um veículo que se encontra na mesma categoria da revista *Manchete*, enquadrando-se no conceito de grande imprensa de Maria Aparecida Aquino⁶⁹, além de ter sua circulação no período desta referida pesquisa. Sua relevância consiste não somente por tratar-se de um importante documento histórico, mas também pela plenitude das transformações que empreendeu e sua importância para a imprensa nacional, inaugurando um novo perfil para o jornalismo nacional trazendo cores, diagramação, composição das matérias, fotografia e estabelecendo novos padrões de concorrência no mercado. *Ultima Hora* e *Manchete* tem trajetórias muito parecidas. Ambos os jornais foram fundados por judeus que vieram com suas famílias refugiarem-se no Brasil.

Já discutimos o quanto a imprensa contribuiu para a formação de uma mentalidade de guerra que visava combater o comunismo que ameaçava o ideal de liberdade sob o qual se desenvolveu a moderna civilização ocidental. *Manchete* se enquadrava nesse perfil, pois sempre se mostrou uma representante de uma vertente que aparece ligada aos interesses da direita e das elites. Já *Ultima Hora* sempre se definiu por uma linha editorial nacionalista, antifascista e em favor de maior justiça social. Consequentemente, apoiou o governo de Goulart considerado legítimo e herdeiro da tradição getulista⁷⁰.

Até a década de quarenta, em geral, os meios de comunicação de massa no Brasil eram marcados por deficiências tanto estéticas quanto editoriais. Produzia-se um jornal de leitura monótona e diagramação pobre, tratando de assuntos que nem sempre interessavam ao grande público. Além disso, o controle desses órgãos de imprensa era monopolizado por um restrito grupo de pessoas, constituído por famílias tradicionais e influentes na sociedade brasileira. O que ainda não é muito diferente nos dias atuais⁷¹.

Desde a sua criação o jornal pretendeu ser um canal de aproximação entre o presidente Getúlio Vargas e os setores populares, mais especificamente as camadas médias e os

⁶⁹ Ver, AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): O exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.

⁷⁰ CARVALHO, Aloysio Castelo de. *O caso Última Hora e o cerco da imprensa ao Governo Vargas*. Niterói, RJ: Editora Nitpress, Editora da UFF, 2012.p.28.

⁷¹ MEDEIROS, Benicio. *A rotativa parou! Os últimos dias da Última Hora de Samuel Wainer*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.p.16.

operários. Atuando como um divulgador do trabalhismo e da democracia, utilizou-se da criação da Petrobrás como uma das suas mais importantes bandeiras. Ao longo de sua trajetória o veículo desenvolveu um discurso de apoio político ao governo varguista, ajudando a construir uma imagem positiva do presidente e dos governos subsequentes, até a decretação do golpe civil-militar, em 1964⁷².

3.2 Uma breve biografia de Samuel Wainer

O perfil de Samuel Wainer traz em si uma grande controversa, razão pela qual o jornalista passou por uma Comissão Parlamentar de Inquérito. A questão do seu nascimento foi motivo para uma guerra declarada contra ele e seu jornal. Nem mesmo em suas memórias, o jornalista admitiu que não houvesse nascido no Brasil, embora se considerasse de fato, um brasileiro.

Nos anos 1940, Samuel e Lacerda moraram juntos, quando trabalhavam para os Diários Associados. Nessa ocasião, Samuel fez uma confissão a seu futuro inimigo. Ele, Wainer, não tinha certidão de nascimento, não nascera no Brasil. Uma confissão que lhe traria muita dor de cabeça por ocasião do processo de falsidade ideológica, pelo qual seria preso em 1955, por não ser brasileiro nato e ser dono de um meio de comunicação, o que era proibido pela Constituição brasileira da época⁷³.

Em julho de 1953 o *Diário de São Paulo*, um dos jornais da cadeia de Assis Chateaubriand, publicou uma Manchete que agitou o país: “Wainer não nasceu no Brasil”. A notícia gerou uma grande polêmica. Wainer e membros de sua família foram chamados a prestar depoimento. No final do processo, por não ter conseguido provar sua nacionalidade, o jornalista foi condenado a um ano de prisão. Teve sua liberdade julgada pelos ministros do Superior Tribunal Federal e foi solto em menos de um mês.

Samuel Wainer nasceu na Bessarábia em 19 de dezembro de 1910. Sua família emigrara por conta da miséria, das perseguições étnicas e religiosas e dos pogroms que invadiam as comunidades judaicas matando e saqueando na virada do século XIX para o XX. No início do século XIX, várias famílias oriundas da Alemanha e da Polônia fundaram vilas de colonos católicos e luteranos no território da Bessarábia, que esteve sob o controle de

⁷² CARVALHO, Aloysio Castelo de. *O caso Última Hora e o cerco da imprensa ao Governo Vargas*. Niterói, RJ: Editora Nitpress, Editora da UFF, 2012.p.243.

⁷³ MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tania Regina. (organizadoras). *História da imprensa no Brasil*. 2. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012. P. 193.

diversos países do Leste Europeu. No século XX, período em que muitas famílias migraram para o Brasil, entre 1918 e 1940 a região pertencia à Romênia e por esta razão muitos desses imigrantes foram registrados como romenos. Em 1912, aos dois anos de idade, Samuel veio com a família para o Brasil⁷⁴.

A casa de Samuel Wainer recebia constantemente imigrantes judeus recém-chegados. Mesmo com nove filhos e instalados numa modesta residência, no bairro do Bom Retiro, em São Paulo, a matriarca Dora Wainer faziam questão de receber os compatriotas e de falar a língua de origem (íídiche) em casa. No Brasil, o seu pai, Jaime Wainer, trabalhou praticamente a vida toda como mascate. Samuel teve uma infância pobre, marcada pelas humilhações reservadas aos meninos de origem judaica. Aos doze anos foi para o Rio de Janeiro morar com o irmão Artur. Meses depois voltou para São Paulo. Aos dezesseis anos voltou ao Rio de Janeiro e foi morar numa pensão, no bairro do Flamengo, onde já estavam dois de seus irmãos. Trabalhou como leiloeiro e vendedor, antes de construir sua carreira de jornalista e empresário do ramo das comunicações⁷⁵.

Durante a adolescência trabalhou nos seguintes veículos, *Jornal da Associação de Estudantes Israelitas*, *Diário de Notícias*, *Almanaque Israelita*, *Gazeta de Notícias*, *Diretrizes*, *Revista Brasileira* e *Revista Contemporânea*. Em 1938 fundou a revista *Diretrizes*. Fascinado pelos líderes do Partido Comunista, a influência política sempre foi muito forte no seu trabalho e na construção da revista. *Diretrizes* durou seis anos, de abril de 1938 a julho de 1944.

3.3 *Diretrizes*, o embrião do jornal *Última Hora*

A revista *Diretrizes* era submetida à censura prévia do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), encarregado de forjar e preservar uma imagem positiva do Estado Novo de Getúlio Vargas. A revista contava com nomes importantes como Astrogildo Pereira um dos fundadores do PCB (Partido Comunista Brasileiro), Graciliano Ramos, Jorge Amado, José

⁷⁴ MEDEIROS, Benicio. *A rotativa parou!* Os últimos dias da Última Hora de Samuel Wainer. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.p.52.

⁷⁵ *Ibidem*.p.36.

Lins do Rego, Raquel de Queiroz, Adalgisa Neri e Aníbal Madrado. O semanário adentrava no mundo do que poderia ser chamado de clube de intelectuais de esquerda da época⁷⁶.

Por manter uma linha antifascista e antinazista, a revista era vista com simpatia pelo povo, que não considerava o veículo comunista, mas comprometido com causas justas e democráticas. *Diretrizes* tinha uma disposição para a denúncia, além da linha nacionalista, no entanto, sobrevivia com grandes dificuldades financeiras. No final dos anos 1940, era considerada uma revista moderna, influente, e já vendia mais de 20.000 exemplares semanalmente. Número bastante alto para os padrões de circulação da época⁷⁷.

A revista *Diretrizes*, de Samuel, primeiro uma publicação mensal, e semanal num segundo momento, representava uma novidade em meio àquele quadro vicioso. Samuel não desprezava as matérias de impacto que pudessem render manchetes bombásticas, mas, movido mais pela intuição e pela inteligência do que por um projeto intelectualmente concebido, queria também uma publicação cujos colaboradores refletissem sobre a realidade política e social brasileira num momento especialmente confuso da vida nacional. *Diretrizes* publicou reportagens que marcaram época e lançaram mesmo as bases de um novo jornalismo no Brasil⁷⁸.

Durante o governo ditatorial de Getúlio Vargas, a revista denunciou um importante caso de corrupção envolvendo as ações da recém-criada Companhia Siderúrgica Nacional em 1941. Com o envolvimento de generais e almirantes ligados ao governo, que era conivente com a fraude, a ditadura do Estado Novo baixou, através do DIP, uma ordem proibindo que a imprensa tratasse do assunto. Em outra ocasião, Samuel Wainer foi chamado ao Ministério da Guerra por causa de uma reportagem sobre a relação entre os Estados Unidos e o Brasil.

Diretrizes adotou uma linha de oposição ao regime ditatorial liderado por Getúlio Vargas, tendo diversas edições apreendidas. O jornalista chegou a ser preso após a publicação de uma entrevista com Fernando Lacerda. O tio de Carlos Lacerda era um legendário dirigente comunista. O que para Vargas significou uma afronta. O texto foi “escondido” para não ser submetido à censura do DIP. Após a publicação da entrevista, Wainer passou vinte e

⁷⁶ WAINER, Samuel. *Minha razão de viver*. Memórias de um repórter. Rio de Janeiro: Record, 1991, 14ª edição.p.53.

⁷⁷ *Ibidem*.p.58.

⁷⁸ MEDEIROS, Benício. *A rotativa parou!* Os últimos dias da Última Hora de Samuel Wainer. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.p.38.

oito dias preso, e na mesma cela do entrevistado. A repercussão do episódio ampliou ainda mais a notoriedade de *Diretrizes*. A liberdade veio graças a sua amizade com o chefe de polícia Alcides Etchegoyen. Em 1944, devido a outra reportagem polêmica, desta vez sobre o general Miguel Costa, que dividira com Luiz Carlos Prestes, o comando da célebre coluna Prestes, a revista perdeu o direito à cota de papel. *Diretrizes* foi fechada e Samuel teve de deixar o país⁷⁹.

Wainer partiu para o exílio, primeiro no Chile e depois nos Estados Unidos, onde trabalhou como correspondente de *O Globo*. Através de amigos comuns, o jornalista Roberto Marinho propôs enviar-lhe duzentos dólares por mês, contudo, Wainer não podia assinar suas reportagens. O jornalista chegou em 12 de Outubro de 1944 a Nova York. Em março de 1945 passou uma temporada no México fazendo reportagens e depois voltou ao Brasil.

A volta ao país trouxe na bagagem a intenção de retomar *Diretrizes* e transformá-la num jornal diário. O que não seria uma tarefa fácil. Além de passar por sérias dificuldades financeiras, Wainer não contava mais com o apoio do Partido Comunista Brasileiro. O jornalista passou a ser hostilizado devido a uma reportagem sobre a filha de Luiz Carlos Prestes, Anita Leocádia⁸⁰.

Ainda em 1945 Samuel Wainer foi viver na Europa e lá trabalhou como correspondente internacional. Atuou na França, Alemanha, Londres, Portugal e Espanha. Voltou ao Brasil em 1947, na condição de repórter famoso e conceituado. Nesse momento ele foi convidado a trabalhar nos Diários Associados de Assis Chateaubriand, assumindo a direção do periódico “*O Jornal*”. Pouco tempo depois, por conta de ajustes financeiros na empresa, passou a exercer a função de repórter especial. Em 1949 Assis Chateaubriand pediu que Wainer fosse para o Sul escrever uma reportagem sobre a questão do trigo no Brasil, e ele teve a ideia de tentar uma entrevista com Getúlio Vargas. Nessa ocasião, Samuel Wainer e Getúlio Vargas foram apresentados e o ex-presidente deu a famosa declaração de que voltaria a cena política nacional. Depois da grande repercussão da reportagem, Wainer passou a ser ainda mais cortejado e admirado no meio jornalístico⁸¹.

⁷⁹ Ibidem.p.39.

⁸⁰ WAINER, Samuel. *Minha razão de viver*. Memórias de um repórter. Rio de Janeiro: Record, 1991, 14ª edição.p.81.

⁸¹ Ibidem.p.85.

3.4 Samuel Weiner, Getúlio Vargas e *Última Hora*

“No Brasil dos anos quarenta, o clube da imprensa era extremamente restrito (...) Minha entrada ao clube afinal, representava a quebra de vários tabus – a começar pela minha origem de menino pobre do Bom Retiro. Outro tabu era que, no Brasil, ao contrário do que ocorre em países civilizados, o jornal era a voz do seu dono, (...) evidentemente, eu influenciava a meus interesses (...)”⁸²

O encontro de Wainer e Vargas resultou numa entrevista sobre as eleições que ocorreriam em 3 de Outubro de 1950. Nesse momento Getúlio vivia uma espécie de reclusão pública, no entanto, o movimento queremista já estava em marcha⁸³. Desde 1947 o ex-presidente estava morando em São Borja, no Rio Grande do Sul, fronteira com o Uruguai. Desde então estava em silêncio recusando-se a receber jornalistas, embora mantivesse articulações políticas nos bastidores.

Quatro anos de isolamento nas pradarias gaúchas não apagaram a figura popular do ex-presidente. Naquele dia, o retrato do político estampado em *O Jornal* vendeu 180 mil exemplares contra os 9 mil da média diária habitual. Todos os jornais da rede Associados repercutiram as palavras de Getúlio que confirmara sua volta: “Não como líder político, mas como líder de massas⁸⁴”.

Em 19 de abril de 1949, dia do aniversário de Vargas, Samuel voltou ao Rio Grande do Sul. Naquele dia João Goulart faz um discurso lançando a candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República. A partir desse momento Samuel Wainer transformou-se num repórter cortejado por políticos interessados em obter maior repercussão para suas declarações. Além disso, tornaram-se grandes amigos, tendo o ex-presidente hospedado o repórter em sua Estância quando ele esteve com tuberculose⁸⁵.

Em sua campanha presidencial Vargas percorreu as principais cidades do país, entretanto, a grande imprensa silenciava diante dos passos do ex-ditador. Não havia cobertura

⁸² Ibidem.p.120.

⁸³ O queremismo foi um movimento popular, que surgiu como um protesto dos trabalhadores, receosos de perderem a cidadania social conquistada na década anterior. Inicialmente, eles projetaram na pessoa de Getúlio Vargas a única garantia de preservar as leis sociais e trabalhistas e por isso, pediam a volta do ex-presidente.

⁸⁴ MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tania Regina. (organizadoras). *História da imprensa no Brasil*. 2. ed.,1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.p. 184.

⁸⁵ MARTINS, Luiz Carlos dos Passos. *Os caminhos do profeta: a autobiografia de Samuel Wainer em Minha razão de viver*. Anos 90, Porto Alegre, v. 14, n. 26, p.112, dez. 2007.

jornalística, e Samuel Wainer lançou-se no desafio de ser o único repórter a cobrir todos os eventos ligados ao ex-presidente. Fato que os aproximou ainda mais⁸⁶.

Getúlio tomou posse em 31 de janeiro de 1951, em meio a uma imensa celebração popular. A aproximação entre o político e o jornalista era cada vez mais intensa. Wainer passou a ser presença constante em jantares e almoços com o presidente e sua família. Diante do quadro de hostilidade e silenciamento por parte da grande imprensa, Getúlio sugeriu que Wainer tivesse seu próprio jornal. Assim começou a trajetória do *Ultima Hora*⁸⁷.

Com empréstimos feitos ao banqueiro Walter Moreira Sales, Euvaldo Lodi, poderoso empresário paulista ligado à cúpula da Federação das Indústrias, e Ricardo Jafet, então presidente do Banco do Brasil, Wainer fechou negócio com o jornal “*Diário Carioca*” onde adquiriu o parque gráfico da empresa Érica e o prédio onde ele estava instalado. Oferecendo esses bens ao Banco do Brasil como garantia, conseguiu um empréstimo para constituir a Empresa Editora Última Hora S.A. O nome *Ultima Hora* já existia e por essa razão, precisou ser comprado.

Aos poucos Wainer foi montando sua equipe entre amigos comunistas e renomados jornalistas da época, além de vários colunistas. Em meados de junho o quadro já estava completo. Octávio Malta, João Etcheverry, Augusto Rodrigues, André Guevara, Nabor Caires de Brito, Paulo Silveira, Mário Rodrigues, entre outros. Na relação dos acionistas da empresa figuravam vários parentes de Vargas. O presidente da Érica (nome da empresa dona do jornal *Diário Carioca*) era o embaixador do Brasil em Washington, Carlos Martins Pereira de Souza.

Em vez do previsível editorial de apresentação, a primeira página trouxe uma carta de Getúlio Vargas para Samuel Wainer. O destaque com uma foto grande na primeira página, a seção “Na Hora H” e “O dia do presidente”, que foi publicada diariamente até o dia do suicídio de Getúlio Vargas, tornaram-se marcas registradas. O jornalista Luís Costa era responsável por passar o dia no Palácio do Catete acompanhando tudo o que acontecia no expediente da presidência⁸⁸.

⁸⁶ WAINER, Samuel. *Minha razão de viver*. Memórias de um repórter. Rio de Janeiro: Record, 1991, 14ª edição.p.35.

⁸⁷ Ibidem,126.

⁸⁸ WAINER, Samuel. *Minha razão de viver*. Memórias de um repórter. Rio de Janeiro: Record, 1991, 14ª edição.p.157.

Poucas semanas após o lançamento, em 12 de junho de 1951, *UH* já vendia mais de 18 mil exemplares. Ainda em 1951, João Etcheverry sugeriu que *UH* passasse a ser publicado em dois cadernos com oito páginas cada um. O primeiro caderno, rodado pela manhã, trazia as seções de política, economia, internacional e assuntos nacionais. Já o segundo caderno, que circulava a tarde, traria assuntos mais leves como esportes, diversão e reivindicações populares. Esta última seção faria do segundo caderno um sucesso de popularidade.

Ele abriu espaço às causas populares, deu voz à Zona Norte e aos subúrbios do Rio. Uma das primeiras reportagens da *UH* versou sobre o estabelecimento de um júri popular, organizado na sede do Social Ramos Clube pelo próprio jornal, para julgar um açougueiro local acusado de roubar no peso. (...). Em termos de forma, o jornal inovou já no logotipo, impresso em azul, reabilitando a cor, que havia caído em desuso nas publicações diárias. A oferta de imagens coloridas, quando do surgimento da *UH*, estava mais ou menos restrita às revistas, por conseguirem uma impressão melhor que a dos jornais. Nesse ponto Samuel antecipou-se à concorrência, usando a cor nas ilustrações e vinhetas como elemento de composição característico e um atrativo a mais para os leitores⁸⁹.

Ultima Hora, segundo seu fundador, tinha como principal objetivo ser o “porta voz” do getulismo. Foi por meio dele que Vargas estabeleceu um canal de comunicação direto com o povo, sendo uma importante base de apoio e legitimação do populismo, e combatendo a campanha deflagrada por seus adversários, também proprietários de meios de comunicação de massas, como foram os casos de Assis Chateaubriand – proprietário dos Diários Associados – e, Carlos Lacerda, proprietário do jornal *Tribuna da Imprensa*.

Com o sucesso do *UH* a imprensa que fazia oposição ao presidente desfechou uma campanha contra Wainer, acusando-o de favoritismo nas transações que efetuara com o Banco do Brasil. Liderada pela *Tribuna da Imprensa*, de Carlos Lacerda, a campanha assumia cada vez mais agressividade. Lacerda chegou a afirmar que Wainer era estrangeiro, o que o

⁸⁹ MEDEIROS, Benício. *A rotativa parou!* Os últimos dias da Última Hora de Samuel Wainer. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.p.15.

impediria de possuir ou dirigir qualquer órgão de imprensa no país, e que ele teria forjado uma certidão de nascimento, tendo incorrido assim em crime de falsidade ideológica⁹⁰.

Com um empréstimo obtido no Banco do Brasil em 1951 (22 mil cruzeiros) Wainer comprou uma nova rotativa, linotipos e adquiriu um laboratório fotográfico. *UH* passou a pagar salários aos jornalistas acima dos padrões da época despertando ainda mais a ira da concorrência. Nos anos 60 o jornal já havia chegado a sete cidades. Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Niterói, Belo Horizonte e Recife. Sempre mantendo fortes ligações políticas. *UH* do Recife, por exemplo, nasceu para sustentar a candidatura ao Senado, pelo PTB pernambucano, do empresário José Ermírio de Moraes, dono do grupo Votorantim, principal investidor do novo jornal, que também ajudou na campanha de Miguel Arraes ao governo do estado. Em quase todos os estados a *UH* mantinha fortes vínculos com a política.

Em abril de 1953, foi instituída uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar as denúncias. Em junho, depondo perante a CPI, Wainer recusou-se a mencionar os nomes de seus financiadores. Em setembro as conclusões da CPI foram desfavoráveis a Wainer, mas a situação não evoluiu. A controvérsia entre Wainer e Lacerda foi muito mais do que um conflito entre esquerda e direita protagonizado por dois jornalistas⁹¹.

A Comissão Parlamentar de Inquérito investigava a origem dos financiamentos que tornaram viável o surgimento da *UH*. Enquanto isso, os anunciantes sofriam pressões para deixar o jornal. Segundo Wainer, ele estava sendo usado para atingir o presidente e por isso decidiu afastar-se do Catete. No auge da crise, no começo de 1954, Getúlio determinou que a dívida do *UH*, fosse executada pelo Banco do Brasil e o jornal tinha oito dias para quitá-la. Com isso, o presidente procurava responder aos adversários e a opinião pública. Donos de jornais da época chegaram a assinar um manifesto, afirmando que, por representar uma ameaça à liberdade de imprensa, o *UH* deveria ser fechado.

Escreviam no jornal grandes nomes da literatura nacional, o que atraía a leitura da alta sociedade que gostava dos colunistas. O jornal também era admirado pelo povo principalmente por causa das colunas que traziam as reclamações da comunidade. A seção “Muro das lamentações” era feita por uma equipe de repórteres que visitava a cada fim de semana uma das praças do Rio de Janeiro e recolhia as queixas da população, como falta de

⁹⁰ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: INTERCOM; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.p.590.

⁹¹ WAINER, Samuel. *Minha razão de viver*. Memórias de um repórter. Rio de Janeiro: Record, 1991, 14ª edição.p.151

água, energia, saneamento, etc. *UH* também passou a explorar a vida social da zona norte do Rio, dos subúrbios, e a lançar promoções, fenômeno raro no período. “A vida como ela é”, famosa coluna de Nelson Rodrigues surgiu no *UH* a partir de crônicas baseadas em fatos policiais, renovando assim, a linguagem da reportagem policial e alcançando grande sucesso entre os leitores⁹².

Samuel Wainer também escrevia editoriais, visitava a oficina diariamente, interferia nos textos do jornal, e na sua sala recebia ministros, embaixadores, políticos e empresários, assim como Adolpho Bloch fazia na *Manchete*. Em 1952 começaram os planos para expandir o jornal para São Paulo, outra ideia de Getúlio Vargas. Através do irmão do presidente Benjamim Vargas, Samuel chegou ao conde Francisco Matarazzo que financiou o nascimento do novo jornal que foi lançado em 18 de março de 1952, alcançando sucesso imediato⁹³.

O motivo do êxito do jornal foi ser, desde o começo, essencialmente paulista. O repórter Ricardo Amaral cobria a Assembleia Legislativa e a Câmara dos Vereadores. Outras reportagens mostravam o interior do estado, além dos problemas da capital. *UH* paulista também lançou nomes como o humorista Arapuã, que se tornaria uma celebridade local, e o concorrido prêmio “Homem do Ano”. Em pouco tempo *UH* São Paulo chegou a tiragem diária de 150.000 exemplares, o que era considerado uma façanha já que a São Paulo dos anos 1950 tinha cerca de dois milhões de habitantes. Samuel Wainer ainda lançou o semanário *Flan*, que durou pouco mais de um ano, e posteriormente tornou-se dono de cinco jornais e uma emissora de rádio.

Em 23 de agosto de 1954, no auge da crise que culminaria com o suicídio de Vargas, Wainer recebeu um pedido do presidente para que no dia seguinte a manchete da *Ultima Hora* fosse "Só morto sairei do Catete" e foi com este título que o jornal circulou em 24 de agosto⁹⁴.

Ao noticiar a morte de Getúlio, *UH* vendeu quase 800.000 exemplares. Para Wainer os militares que deram o golpe em 1964 foram os mesmos que haviam conspirado contra Getúlio, impedidos nessa ocasião, pelo suicídio do presidente. Wainer também esteve próximo a Juscelino Kubistchek. Embora tenha sido uma convivência muito rica, sólida e cordial, como o próprio Wainer diz, não chegou a ser uma amizade íntima e verdadeira como

⁹² Ibidem.p.187.

⁹³ WAINER, Samuel. *Minha razão de viver*. Memórias de um repórter. Rio de Janeiro: Record, 1991, 14ª edição.p.156.

⁹⁴ Ibidem.p.203

a que tivera com Getúlio. Posteriormente Wainer não apoiou Jânio Quadros já que ele estava estreitamente ligado a seu inimigo Carlos Lacerda, que acabara de eleger-se governador do Estado da Guanabara.

3.5 *Ultima Hora* e o Golpe

Após o suicídio de Vargas em 24 de agosto de 1954, Wainer se aliou a outros políticos de grande expressividade no cenário nacional. Com a renúncia de Jânio Quadros e a atribulada posse de João Goulart, Wainer colocou-se ao lado de Jango desde o primeiro momento. Após a posse do novo presidente, em seu primeiro encontro com ele, em São Paulo, Wainer sugeriu alguns nomes para a equipe presidencial. Algumas de suas sugestões foram prontamente aceitas. Wainer considerava Jango um velho amigo, no entanto, o tinha como um político apático e conformista⁹⁵.

Entre 1962 e 1964 *UH* ainda tinha forças políticas e econômicas para sustentar-se como um dos principais jornais do país. No entanto, o período Goulart não foi um momento tranquilo.

A força dos grupos radicais no interior do governo tornou-se tão aguda que passou a influenciar a própria linha da Última Hora, levando o jornal a defender teses que não eram as minhas. Nos bastidores, eu fazia o possível para evitar que Jango fosse longe demais. Mas não convinha transformar o jornal em porta voz das minhas próprias ideias, uma vez que ele se incorporara ao esquema de sustentação do governo. Assim, houve momentos em que a Última Hora pareceu favorável à execução de reformas perigosamente ousadas, ou até mesmo à consumação de um golpe de esquerda. Eu não podia atacar o comportamento de Goulart e seus aliados, ou supostos aliados, no meu jornal⁹⁶.

Segundo Wainer, em 12 de Março de 1964, Miguel Arraes esteve em sua casa e lhe alertou sobre a queda do presidente, pois, segundo o governador, Jango não levaria até o fim as reformas que estava prometendo à população. Para Wainer, Arraes e Brizola estavam

⁹⁵ WAINER, Samuel. *Minha razão de viver*. Memórias de um repórter. Rio de Janeiro: Record, 1991, 14ª edição.p.235.

⁹⁶ *Ibidem*, p. 249.

dispostos a “radicalizar” o tom da manifestação, e sem o apoio do presidente o caminho estaria aberto para um golpe da direita, como de fato aconteceu. Para o jornalista, o presidente hesitava em tomar uma posição, e por isso preferiu não comparecer ao comício da sexta-feira, dia 13 de março. No entanto a *UH* deu total cobertura ao evento.

Logo nos primeiros dias, começou a destruição de qualquer resistência na imprensa: Última Hora foi invadida e depredada; os jornais e revistas nacionalistas ou esquerdistas foram fechados; instaurou-se rigorosíssima censura no rádio e na televisão; numerosos jornalistas foram presos, torturados, exilados, e alguns tiveram seus direitos políticos cassados⁹⁷.

Após a queda de Jango, Wainer pediu asilo político na embaixada do Chile, logo depois embarcou para a França onde ficou até 1968. Durante o exílio fechou negócio com o jornal *Le Monde* e *UH* passou a publicar reportagens compradas ao periódico francês. Em 1967 Wainer passou três semanas no Rio e em 1968 voltou definitivamente ao Brasil para reassumir o comando do *UH*.

Naquele momento faltava dinheiro, papel, o quadro de funcionários fora reduzido e o país vivia o período mais repressivo de sua história. Os jornais dos outros estados haviam sido transferidos para outras empresas ou simplesmente haviam fechados. O *UH* carioca foi o único sobrevivente ao golpe. Com o AI-5 dois coronéis e um major assumiram o controle da redação do jornal, além disso, Samuel Wainer constava numa lista de pessoas que deveriam ser presas imediatamente. Devido a sua amizade com figuras importantes dentro e fora do exército, o jornalista prestou depoimento e logo em seguida foi liberado⁹⁸.

Com o golpe, *UH* viveu seus piores momentos, sendo obrigado a se adaptar as novas circunstâncias para continuar a sobreviver. Assim, os jornalistas que passaram a dirigir o periódico como: Jorge Cunha Lima, Sérgio Lima e Silva, Rubem Paiva e Fernando Gasparian colocaram em prática um jornalismo de conteúdo popularesco, exagerando na qualidade de matérias relacionadas a assuntos policiais e amenidades. Em Abril de 1971 o periódico foi

⁹⁷SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: INTERCOM; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.p.636.

⁹⁸ WAINER, Samuel. *Minha razão de viver*. Memórias de um repórter. Rio de Janeiro: Record, 1991, 14ª edição.p.275.

vendido para um grupo de empreiteiros liderados pelo jornalista Maurício Alencar do *Correio da Manhã* e logo depois foi fechado.

Até sua morte em 2 de Setembro de 1980, em São Paulo, Wainer continuou trabalhando como jornalista. Fundou a revista *Domingo Ilustrado*, editada pela Bloch. Entre maio de 1973 e janeiro de 1975, foi redator chefe da *UH* paulista, na qualidade de funcionário, então sob o controle do grupo Folhas. De novembro de 1975 a outubro de 1977 trabalhou no semanário *Aqui São Paulo* e entre 1978 e 1980 foi editor assistente da *Carta Editorial* e da *Editora Três*. Além da coluna diária na *Folha de São Paulo*, que ele assinou de junho de 1977 até o seu falecimento.

3.6 O cenário político pré-golpe de 1964.

Iniciamos as análises da revista *Manchete* a partir da primeira reportagem do ano de 1964. As matérias nos dão uma ideia do clima de tensão que já predominava no panorama político brasileiro. Como podemos ver na matéria a seguir:

O novo ano de Jango

Murilo Melo Filho traça a perspectiva política de 1964. O presidente da República está confiando mais na sua própria estrela do que na possibilidade de resolvê-los satisfatoriamente. É que de tal maneira se acumulam e se agravam que somente muita sorte ou muita conjugação de fatores favoráveis evitará que atinjam o ponto de fusão. Agora mesmo, neste final de ano, o Sr. João Goulart teve de encarar e resolver, em poucas horas, a crise aberta pela renúncia do Sr. Carvalho Pinto (então ministro da Fazenda). O repórter traça para 1964 uma série de problemas em áreas como: inflação móvel, a reforma agrária, as candidaturas à sucessão, a reforma ministerial, a dívida externa, congresso de pé atrás, Brizola ministro ou não, esquerdas existentes e divididas, anistia dos sargentos, aviação embarcada⁹⁹.

A primeira edição da revista *Manchete* de 1964, trouxe um suplemento especial, com o título “*O que Jango já fez*”. O encarte foi uma publicação patrocinada pelas empresas Siderúrgica Nacional, Vale do Rio Doce, Petrobrás e Eletrobrás. O então presidente havia

⁹⁹ *Manchete*. Rio de Janeiro. Editora Bloch, nº 611. 04/01/1964, p. 12-16.

tomado posse em 07 de Setembro de 1961, e segundo o texto, havia encontrado o país dividido e à beira de uma guerra civil. A revista, embora estivesse publicando um conteúdo dito “matéria paga”, totalmente governamental e que também trazia números e dados positivos sobre a ação do governo federal nas áreas da saúde, planejamento, indústria, educação, economia, transporte e abastecimento, não deixava de dar um tom negativo àquele momento. O Brasil era representado como uma nação dividida e com grande disparidade econômica entre as regiões norte e sul. Notamos uma grande disparidade entre as falas das reportagens da revista, e do encarte que havia sido preparado pela assessoria da presidência.

O primeiro número de 1964 não trazia boas perspectivas para o presidente João Goulart. Na ocasião, o Sr. Carvalho Pinto havia renunciado ao cargo de ministro da Fazenda. Segundo Murilo Melo Filho, o principal jornalista dos textos de política, essa crise poderia abrir para as esquerdas, principalmente para Leonel Brizola, o largo caminho de ascensão ao ministério da fazenda, no entanto, foi empossado no cargo, o Sr. Nei Galvão, um político gaúcho e conservador. O texto ainda dizia que o período subsequente não seria nada fácil para o então presidente João Goulart, trazendo um clima de pessimismo e de temor sobre como seriam os próximos meses.

A reportagem “*O novo ano de Jango*” alarmava a população para uma série de problemas que o presidente viria a enfrentar naquele ano. Como inflação, reforma agrária, as candidaturas à sucessão, reforma ministerial, dívida externa, o congresso, Brizola, esquerdas exigentes e dívidas, anistia dos sargentos e a aviação. O repórter apontava para uma guinada para o lado da esquerda em função do caráter pré-eleitoral de 1964 e das escolhas que ele vinha fazendo nos setores políticos e sociais, como o caminho das reformas e o plano de desenvolvimento econômico e social comandado pelo então ministro Celso Furtado.

Há três anos no poder, a posse de Jango havia sido bastante tumultuada. Com a renúncia do então presidente Jânio Quadros, o vice-presidente João Goulart, que estava em missão oficial na China, havia sido impedido pelos ministros militares, o brigadeiro Gabriel Grum Moss (Aeronáutica), o general Odílio Denis (Guerra) e o almirante Sílvio Heck (Marinha), de voltar ao país e tomar posse imediatamente, como previa a Constituição. O plano militar, que também contava com participação civil, como o governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, previa uma eleição indireta para levar um general ao poder. Para isso o senador Jeferson Aguiar enviou ao Senado uma emenda constitucional, propondo eleições indiretas e impedindo a posse de Jango. A Câmara dos Deputados negou-se a receber

a emenda, no entanto, a vinda de Goulart para o Brasil se revelava incerta e perigosa. Liderado por Leonel Brizola uma intensa campanha pela “Legalidade” da posse do presidente tomou conta o país. Goulart finalmente pode assumir, mas sob um regime parlamentarista¹⁰⁰.

Depois de fazer escala em vários países, ainda sob a incerteza de sua posse e volta ao Brasil, João Goulart finalmente desembarcou no aeroporto de Porto Alegre. Foi saudado entusiasmamente durante todo o trajeto até o palácio. Lá chegando, dirigiu-se de imediato à sacada para discursar. A multidão vibrou. Mas, segundo Chiavenato, ele não correspondeu ao entusiasmo popular. João Goulart aceitou a proposta de um regime parlamentarista, mesmo quando alguns políticos e parte da população que apoiaram a campanha de legalidade esperavam que ele manifestasse a firme decisão de não abrir mão de seus direitos constitucionais¹⁰¹.

As reformas que pretendiam ser implantadas pelo presidente João Goulart foram temas de diversas reportagens na revista *Manchete*. Vejamos uma das mais importantes:

Um brinde às reformas

Falando aos brasileiros na noite de São Silvestre, o Sr João Goulart traçou um quadro realista da situação nacional. Levantando o brinde a seus ministros e pedindo-lhes planos de trabalho para os próximos meses, o presidente da república dava naquele jantar de fim de ano, no palácio da Alvorada, a impressão de que pelo menos por alguns dias ou semanas a tão anunciada reforma ministerial entrará em compasso de espera. A renúncia do Sr. Carvalho Pinto e sua imediata substituição pelo Sr. Nei Galvão teve o condão de transferir o problema para mais adiante, a fim de barrar a sofreguidão das esquerdas. Falando em seguida para toda a Nação, na passagem do ano, o Sr. João Goulart deve ter olhado para o calendário e visto que faltam apenas 24 meses para o término do mandato. Essa marcha do tempo levou-o a precipitar a decisão de fazer as reformas de base, sem mais esperar pela relutante e problemática colaboração do Congresso. Vai executá-las apenas com os recursos legais de que já dispõe e na medida que eles permitem, bem longe da amplitude antes sonhada. Exatamente no dia 6 de janeiro completa-se o de seu governo presidencialista, iniciado depois que recebeu no plebiscito um crédito de confiança de 6 milhões de votos. Olhando estes 12 meses, deve ele ter percebido que nada de concreto e de positivo foi feito para transformar em realidade o seu reformismo. Tem agora dois anos pela frente para fazer jus ao título de o “Presidente das Reformas”. (...) Demonstrou que suas preocupações reformistas não constituem

¹⁰⁰ CHIAVENATO, Júlio Jose. *O golpe de 64 e a ditadura militar*. Editora Moderna: 1994. p.12.

¹⁰¹ *Ibidem*, p.14.

capricho pessoal, mas um anseio longamente acalentado pelo país. Para ele, se essas reformas não forem executadas pacificamente, como é de seu desejo, ocorrerão certamente pela violência. Convenceu-se primeiro ano de que o Brasil já amadureceu suficientemente para reformar-se democrática e cristãmente. Acha que é inútil qualquer esforço para obter a concretização dessas reformas, porque a Nação atravessa uma fase de transformações sociais e econômicas, que não poderão mais ser interrompidas¹⁰².

A imprensa em geral deu uma grande cobertura a tudo o que estivesse relacionado ao plano de reformas anunciado pelo presidente. Segundo Carlos Fico Jango pretendia reformar as instituições e com isso melhorar a vida de certas camadas da população e viabilizar alguns processos de emancipação da economia brasileira. Não estava previsto em seus projetos a intenção de quebrar a hierarquia de classes. Era um governo com um projeto reformista via caminho democrático que visava à aprovação do congresso. Entretanto, as reformas passaram a ser vistas e divulgadas como uma ameaça às instituições e aos ditos valores tradicionais. Num trecho da reportagem o texto diz o seguinte: “*Para ele, se essas reformas não forem executadas pacificamente, como é de seu desejo, ocorrerão certamente pela violência*”. Colocando assim, um clima de tensão e de temor¹⁰³.

Devido sua herança política, ligada diretamente ao ex-presidente Getúlio Vargas e sua relação com os sindicatos, Jango acabou sendo considerado um esquerdista por boa parte dos parlamentares brasileiros, principalmente os políticos conservadores. Durante o seu governo, houve um importante período de crescimento dos movimentos sociais e amadurecimento da mobilização popular em torno de projetos políticos, no entanto, ocorreu também, por parte da grande imprensa, uma intensa campanha de mobilização da opinião pública pela desestruturação de sua gestão¹⁰⁴.

O presidente era considerado um político nacionalista com aspirações comunistas, e que estava sendo acusado de contribuir com a destruição dos valores religiosos, patrióticos, e morais da sociedade. Essas falas originavam-se não só da Igreja Católica como também de adeptos de outras religiões.

A reportagem “*Um brinde as reformas*” alerta a população de que o presidente João Goulart havia decidido fazer as reformas de base, começando pela reforma agrária sem

¹⁰² Manchete. Rio de Janeiro. Editora Bloch, nº 612. 11/01/1964. p.12.

¹⁰³ FICO, Carlos. *O golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. p.75.

¹⁰⁴ Ibidem, p.90.

esperar pela problemática e relutante colaboração do Congresso. Ao mesmo tempo ressalta que as esquerdas estão em combate aberto contra o presidente, pois ele havia afastado líderes comunistas de seu governo e preparava-se para reabrir o diálogo com os Estados Unidos. A edição ainda trazia dezoito páginas (um número bastante alto para o padrão de reportagens da época) de uma matéria sobre obras que estavam sendo feitas no estado da Guanabara, governado por Carlos Lacerda, um dos civis que participaram da conspiração do golpe.

O exército estava frequentemente nas páginas da *Manchete*. Eram sempre colocados de forma positiva e elogiosa. Nessa matéria a revista destaca o suposto apoio que as Forças Armadas dariam às reformas de Jango.

13 generais à mesa

O objetivo da reunião era comemorar a ascensão ao generalato de dois coronéis paraibanos: Edwaldo de Luna Pedrosa, que vai comandar a Divisão Blindada da Vila Militar, e João Costa, sucessor dos Generais Santa Rosa e Alfredo Pinheiro no comando dos paraquedistas. São dois generais moços e capazes, que estão agora à frente de postos-chaves do dispositivo militar de que dispõe o presidente da República para a segurança de seu governo. (...) A conversa predominante girou em torno das reformas, que em tese foram por todos os presentes consideradas como urgentes, inadiáveis e inevitáveis. O tom dos pronunciamentos de cada general variou apenas quanto à fórmula prática de executá-las. Alguns chegavam mesmo a admitir como perfeitamente viável a alteração do capítulo constitucional relativo às indenizações. Um deles perguntava: “Se tudo na vida pode ser mudado, porque só a Constituição é intocável?”. Mas outros admitiam e receavam a hipótese de o movimento reformista ser envolvido numa onda de agitação, susceptível de convulsionar o país.

De qualquer maneira, porém, na opinião unânime daqueles chefes militares, a legalidade será mantida e garantida a todo preço. Afinal de contas, os homens que assim falavam tem sob seu controle tropas e tanques suficientes para assegurar na prática as garantias verbais que ali davam. O ambiente, portanto, era reformista e legalista, isto é, reformas dentro da legalidade.

(...) Os 13 generais à mesa e os três candidatos à sucessão de Jango davam assim, cada um a seu modo, o testemunho da continuidade democrática e a certeza de eleições livres em outubro do próximo ano¹⁰⁵.

¹⁰⁵ Manchete. Rio de Janeiro. Editora Bloch, nº 613. 18/01/1964. p.12.

Na reportagem “*13 generais à mesa*”, parte da elite do exército aproveitou o almoço oferecido por um casal da elite carioca para discutir as reformas propostas pelo presidente. Aparentemente, segundo o texto, os generais consideravam as mudanças como urgentes, inadiáveis e inevitáveis, quando sabemos, de acordo com a historiografia, que as reformas foram um dos principais alvos, para a conspiração do golpe civil-militar dado naquele mesmo ano. Embora o discurso fosse de que a legalidade seria mantida a todo preço e era certa a continuidade democrática e as eleições livres em outubro de 1965, o que vimos acontecer foi completamente o oposto. O que o texto pretendia era mostrar uma imagem de um exército comprometido com a democracia e disposto a colaborar com o governo federal para o bem estar dos brasileiros.

Como vimos em diversas reportagens Juscelino Kubitschek era o candidato “ideal” para a *Manchete*. Semanalmente a revista trazia textos que destacavam as qualidades do ex-presidente, como veremos a seguir:

JK mensagem de esperança

Numa entrevista a Murilo Melo Filho, o candidato do PSD se define

-- Entre os candidatos, já declarados, à presidência da República em 65, sou eu o único que, por já ter exercido esse cargo e nele realizado um vasto programa de governo em plena vigência do regime democrático, não precisa definir-se ideologicamente. Toda a minha vida foi consagrada à democracia, no plano das ideias políticas. Como democrata exerci todos os mandatos que o povo me conferiu: deputado federal, governador de Minas e presidente da República. A democracia representativa está de tal modo consolidada na consciência do povo brasileiro, que ninguém tem o direito de condená-la, sem condenar o povo que nela encontrou a expressão mais perfeita de seu amadurecimento político. Governei o Brasil sem ódios, realizando o mais vasto programa de metas de toda a sua história, sem que um só brasileiro tivesse de ir à Justiça contra atos meus. E considero como a mais expressiva das manifestações que recebi, ao terminar meu mandato, a homenagem que os jornalistas me prestaram, dias antes de passar a faixa presidencial ao meu sucessor, e na qual reconheceram, pela palavra do presente Herbert Moses, que a liberdade de imprensa havia sido perfeita durante o meu governo.

Admite a hipótese da vitória de uma candidatura extremista?

Nesta altura, o que de mais trágico poderia ocorrer para o país seria a vitória de uma candidatura comprometida com os extremos das doutrinas políticas: a extrema direita ou a extrema esquerda. Qualquer das duas traria em si tão alta força polêmica que levaria o Brasil a uma inevitável convulsão, cujas consequências me parecem imprevisíveis.

Crê nos rumores sobre um possível golpe de estado?

Esses rumores tem chegado ao meu conhecimento. Mas não lhes dou maior importância. Tenho confiança na lucidez, no patriotismo e na inteligência esclarecida de nossas forças armadas. Sei que, a esta altura de nossa evolução histórica, elas jamais se prestariam a interromper o processo democrático em nosso país. A consciência jurídica da nação se contrapõe a qualquer alteração desse processo, que constitui um dos esteios do alto conceito do Brasil na comunhão americana. Indaguemos, apenas para argumentar, a quem aproveitaria um movimento armado, destinado a impedir as eleições de 65. Dois grupos, segundo suponho, poderiam interessar-se por uma violência à ordem constituída: 1) o grupo dos que somente tem esperança de galgar o poder através de uma insurreição; 2) o grupo dos que, não concordando com as ideias renovadoras, apegam-se à reação e nela se apoiam para interromper o processo democrático e pretexto de resguardar as instituições. Qualquer dos dois grupos é contraditado pela consciência jurídica do país e por sua vocação democrática. O povo brasileiro está suficientemente amadurecido para não aceitar o sacrifício do regime e da ordem constituída. Por onde tenho andado ultimamente e continuo viajando muito por este país, sinto que o povo tem esperanças nas eleições de 65. Elas se realizarão na data prevista, sem um dia a mais, nem um dia a menos. Como ex-presidente, tenho a vantagem de poder conversar com todo mundo. Nas conversas com chefes militares, encontrei unânime convicção legalista. No ambiente civil e na opinião pública não encontrei uma só pessoa contrária à realização de eleições livres em 65. Tenho todos os motivos, portanto, para confiar na realização dessas eleições. E tenho até dúvidas sobre a existência de golpistas no país, pelo menos por enquanto, pois todos estão jogando na parada das urnas. Quem conspira, no momento, conspira justamente para que haja pleito presidencial¹⁰⁶.

Conforme já salientada, a construção de Brasília, cujo projeto foi inicialmente desacreditado pela maioria dos políticos e pela grande imprensa brasileira, Juscelino Kubistchek, através da amizade que passou a ter com Adolpho Bloch, naturalmente a revista

¹⁰⁶ Manchete. Rio de Janeiro. Editora Bloch, nº 614. 25/01/1964. p.12-13.

passou a ser também uma porta-voz de seus anseios. Desde a total cobertura da construção de Brasília, até o seu exílio, a volta ao Brasil e até a sua morte, a revista *Manchete* sempre esteve ao lado de JK. O político mineiro escreveu durante muitos anos uma coluna na revista e manteve no principal prédio da Bloch um escritório, onde pode trabalhar em seus períodos mais difíceis. Era esperado que a *Manchete* tivesse em JK seu principal candidato e trabalhasse para isso, trazendo todas as semanas, reportagens falando positivamente da sua pessoa e de todo o seu legado enquanto político. Nesse texto, JK parecia mesmo acreditar nas eleições que ocorreriam no ano posterior, e na sua provável candidatura.

Outro assunto bastante comentado era a Reforma Agrária, pois gerava grande expectativa. Nessa reportagem, mais uma vez *Manchete* procura ressaltar o papel do Exército no contexto das decisões políticas do país.

Reforma Agrária Verde Oliva

Aproveitando a trégua proporcionada pela aproximação do carnaval, o Sr. João Goulart resolveu lançar-se afoitamente a algumas decisões importantes, consumadas de surpresa.

(...) Agora, a reforma agrária tem o endosso e o aval das forças armadas, através não só do pronunciamento dos seus três ministros como também por intermédio da colaboração que o Serviço Geográfico do Exército, a Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha e o Setor de Aerofotogrametria da FAB irão prestar no levantamento das áreas a serem desapropriadas. Justamente por causa desses três sucessos é que o Sr. João Goulart se queixa da oposição, acusando-a de fomentar um clima de intranquilidade no exato instante em que ele parte para medidas de alto alcance. Irritado com a atitude dos adversários, ele censurou o Sr. Bilac Pinto, presidente da UDN, por ter feito acusações não provadas. Mas a oposição não está disposta a deixar cair no vácuo a sua ofensiva. Os líderes udenistas insistem e dizem possuir provas da entrega de armas a sindicatos e grupos revolucionários. (...) A ofensiva oposicionista pode ter o objetivo de criar clima semelhante ao que levou o Sr. Getúlio Vargas ao suicídio. Mas a contraofensiva do presidente da República também não deve ser violenta ao ponto de fomentar as condições propícias a um golpe de estado, da direita ou da esquerda¹⁰⁷.

¹⁰⁷ *Manchete*. Rio de Janeiro. Editora Bloch, nº 616. 08/02/1964. p.12.

Escrita por Murilo Melo Filho, a reportagem mais uma vez procurou endossar o papel positivo das Forças Armadas, através não somente do pronunciamento dos seus três ministros, como também por intermédio da colaboração que o Serviço Geográfico do Exército, a Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha, e o Setor de Aerofotogrametria da FAB (Força Aérea Brasileira) iriam prestar no levantamento das áreas a serem desapropriadas. Para o leitor, o exército realmente apoiaria e daria a estrutura necessária para a concretização da reforma agrária no país. O texto ainda diz que líderes udenistas diziam possuir provas da entrega de armas a sindicatos e grupos revolucionários. Essas falas faziam parte de todo o discurso de combate ao inimigo interno e de um suposto golpe comunista que o país estava prestes a sofrer. Discurso que vimos em vários momentos ao longo da pesquisa com a revista *Manchete*.

No geral, a série de reformas propostas por Jango, caso fossem concretizadas poderiam promover uma radical distribuição de renda na população, além da ampliação da cidadania. No entanto, o que vimos foi uma articulação de líderes políticos, religiosos e empresariais, parlamentares conservadores de diversos partidos, organizações femininas, representantes de capitais nacionais e estrangeiros e proprietários de meios de comunicação, uma intensa campanha, não somente contra as reformas anunciadas, mas advertindo a população para uma possível subversão da ordem e do caos político e social, caso as reformas fossem realmente postas em prática.

Ao mesmo tempo em que estava ao lado de Exército, elogiando os seus discursos, *Manchete* colocava Juscelino Kubitschek como seu principal candidato à presidência da república e não deixava de prestigiar os feitos do político. Em um almoço oferecido no parque gráfico da *Manchete*, e posando para fotos ao lado de Adolpho Bloch, João Goulart recebeu a medalha de grande benemérito da Engenharia de Saneamento e anunciou ao país um investimento de 120 bilhões de cruzeiros. Durante o evento o presidente recebeu os cumprimentos de governadores de estado, ministros da república, parlamentares e inúmeras personalidades da época, *Manchete* trazia um clima de aparente normalidade na política brasileira.

De acordo com o jornalista Murilo Melo Filho, nesse período algumas medidas importantes foram tomadas pelo presidente Jango. Houve a decretação do novo salário mínimo, uma reforma nas taxas cambiais, o reescalonamento da dívida externa, uma aliança

com a frente única formada pelas esquerdas, inclusive com a participação de Leonel Brizola e o setor (denominado pela revista) ultraradical. Além do decreto da SUPRA – Superintendência da Política Agrária, que com o aval do exército, marinha e aeronáutica, pretendia, segundo a revista, acelerar a reforma agrária usando como advertência ao congresso, a ideia de plebiscito. *“Com o endosso do exército para a sua campanha reformista Jango poderá chegar até mesmo à ideia de um novo plebiscito, para fazer através de consulta popular as reformas que considera inexequíveis através do congresso. (...) Além disso, toda a área conservadora se revela desafogada e tranquila em face do último discurso do Sr. João Goulart”*. (O repórter diz que o exército considera indispensáveis e urgentes as reformas de base). De acordo com a sua fala, o congresso também estava sendo advertido para que aprovasse as leis indispensáveis para a implantação das anunciadas reformas. Vemos, portanto, uma postura dúbia e oportunista da revista, na medida em que prezava unicamente pelos seus interesses enquanto empresa de comunicação, e que por ocupar esta posição estava disposta a cortejar quem estivesse no poder.

O dia marcado para o comício pelas reformas, ocorrido no Rio de Janeiro, foi esperado com grande expectativa, como vemos a seguir:

Sexta-feira 13 - Na semana do mínimo a ofensiva máxima de Jango
 A recente ofensiva presidencial tonteou meio mundo. Seus próprios adversários reconhecem que hoje, na arena política, só existe uma entidade: João Goulart. Passando da inércia ao ataque, ele abriu tantas frentes de luta que a oposição entrou momentaneamente em defensiva, para refazer seus dispositivos ou talvez deixa-lo avançar em demasia, e cortar-lhe a retaguarda. Já se diz dele que, imitando as táticas do presidente da França, está fazendo um de-gaullismo sem De Gaulle. Acuou os opositoristas, confundiu as esquerdas, tranquilizou os conservadores e partiu, fazendo o que bem quer e entende, para colher, sozinho, os frutos e os louros de uma agressiva e ousada ação pessoal. Nessa reportagem foi colocado em xeque alguns temas como, as relações com a China Comunista, a legalidade do Partido Comunista, a decretação do novo salário mínimo, reforma e realidade cambiais, reescalamento da dívida externa, frente única para somar forças união das esquerdas, decreto da SUPRA com o aval do exército, Superintendência da reforma agrária, vai advertir o congresso sobre a necessidade das reformas, com o endosso do

exército para a sua campanha reformista, Jango poderá chegar até mesmo a ideia de um novo plebiscito, para fazer através de consulta popular as reformas que considera inexequíveis através do congresso¹⁰⁸.

Segundo a reportagem de Murilo Melo Filho, à medida em que vão se consolidando as candidaturas, decrescem de intensidade os rumores golpistas. O jornalista traça um panorama partidário para as próximas eleições, a partir dos principais partidos naquele momento, PSP, PSD, UDN e PTB. Para ele, as esquerdas querem candidato próprio, o que se configura improvável na sua opinião, mas caso acontecesse, o candidato ideal seria Brizola, isto é, se ele pudesse se candidatar. Devido a sua impossibilidade constitucional, pois ele era cunhado do então presidente João Goulart, as possibilidades voltaram-se para outros nomes, como Miguel Arraes, Carvalho Pinto e Magalhães Pinto. Juscelino Kubistchek e Carlos Lacerda seriam os principais candidatos, mas em todas as pesquisas JK obtinha resultado superior.

Manchete insistia em tranquilizar a população, repetindo em várias edições, que embora o país estivesse passando por uma crise política, um golpe seria algo inimaginável naquele momento. Murilo Melo Filho analisa o panorama dos partidos e candidaturas e conclui que não há clima para golpes.

O desafio de Jango

Murilo Melo Filho analisa o panorama dos partidos e candidaturas, concluindo: não há clima para golpes.

À medida que se vão consolidando as candidaturas, decrescem de intensidade os rumores golpistas. Com os candidatos fixados pelas convenções nacionais dos partidos em peregrinação eleitoral por todo o país, diminuirá sobremodo a possibilidade de marginalização do processo legalista e de adoção das fórmulas insólitas. O panorama partidário apresenta-se definido da forma que se segue: Como estão configurados o PSP, PSD, UDN, PTB. Existe um trabalho para construir uma frente que uma PSD e PTB. As esquerdas querem candidato próprio, as prévias

¹⁰⁸ Manchete. Rio de Janeiro. Editora Bloch, nº 620. 14/03/1964. p.8-9.

revelam o dilema: JK ou Lacerda, governadores e reforma ministerial, o dia da reforma agrária: sexta-feira, 13.

Todas as especulações eleitorais ficarão em suspenso durante as duas próximas semanas, na expectativa do comício do dia 13, quando o presidente da República desafiando o azar, assinará em praça pública a reforma agrária, com a desapropriação de terras ao longo dos eixos rodoviários, ferroviários e dos açudes. Várias dificuldades ameaçam a realização do comício. E não foram poucos os assessores presidenciais que chegaram a aconselhar o seu cancelamento. Embora o secretário de Segurança da Guanabara comunicasse oficialmente que o local era proibido para manifestações dessa natureza, juristas do governo federal sustentaram logo que uma autoridade estadual não tinha poderes para impedir que o presidente da república se dirigisse ao povo em qualquer ponto do território brasileiro. O ministro da guerra assumiu a responsabilidade pela ordem do comício e pela segurança presidencial. Um palanque com altura especial e coberturas excepcionais no espaço que medeia entre a Central do Brasil e o Quartel-General do I Exército, garantirão a palavra e a integridade física do Sr. João Goulart. Nesse dia D teremos o início da reforma agrária como um fato consumado. Veremos, a partir desse momento, se ela se consumará pacificamente, através de sua aceitação tranquila por fazendeiros e camponeses, ou se será o sinal para as invasões e a convulsão nos campos¹⁰⁹.

A reportagem traz um texto extremamente contraditório. Num primeiro momento busca tranquilizar o leitor que não há clima para golpes, já que os partidos estão organizados e com candidatos a postos para as próximas eleições. Ao mesmo tempo, traz uma grande expectativa e temor em torno do comício do dia 13 de março, pois é a partir desta data, e da decretação ou não da Reforma Agrária que o país pode entrar num clima de tensão e de violência.

No texto a seguir *Manchete* especula sobre as atitudes que as esquerdas poderiam tomar naquele momento.

Os três caminhos das esquerdas

Com o Congresso em recesso por 7 dias (enquanto se processam as eleições das novas mesas da Câmara e do Senado) e com a oposição apavorada diante desse breve hiato, o presidente da República dispôs-se mesmo a comparecer ao comício do

¹⁰⁹ Manchete. Rio de Janeiro. Editora Bloch, nº 621. 14/03/1964. p.22-23.

dia 13, na Praça Cristiano Ottoni, ao lado do quartel-general do Ministério da Guerra. Muitos foram os apelos e conselhos para que fizesse adiar o comício ou lá não fosse. Jango entendeu, porém, que tanto o adiamento como a sua ausência dariam uma impressão de recuo. E ficaria muito mal com as esquerdas, precisamente quando necessita consolidar sobre elas sua liderança absoluta. Para as esquerdas, ele será o candidato ideal na eventualidade de ser aberto o caminho (constitucionalmente fechado) para a sua reeleição. Caso isso não seja possível, o governador Miguel Arraes, de Pernambuco, permanecerá como a solução eleitoral esquerdista para 1965, enquanto Brizola ficará reservado para a hipótese extrema do recurso às armas. Este, porém, aspira também à remoção do impedimento constitucional que o torna igualmente inelegível.

I - O esquema continuísta Jango para a reeleição isso só seria possível através de reforma da constituição no capítulo das inelegibilidades.

II – Brizola para o apelo as armas, devido ao impedimento constitucional dele ser candidato ele pode apelar para as armas.

III – O governador de Pernambuco Arraes para as urnas prepara-se para erigir-se candidato e para empolgar com exclusividade a bandeira das esquerdas¹¹⁰.

Em mais um texto alarmante de Murilo Melo Filho, o repórter aponta para três caminhos para as esquerdas do país. Num primeiro momento, é abordado um esquema continuísta, onde o presidente é “acusado” de ter planos para mudar a constituição e assim tentar a reeleição em 1965. Ele diz que milhares de cartazes para a campanha da reeleição já foram confeccionados, mas o fato só seria possível com a mudança na lei das inelegibilidades. Existem diversas possibilidades que são colocadas como cabíveis ao presidente. Uma constituinte, um plebiscito, as reformas de base, ou ainda uma ofensiva militar popular sindical. Houve um certo pânico na população, com base principalmente nos textos publicados na grande imprensa, inclusive na revista *Manchete*, e o presidente precisou antes do comício, falar ao país algumas palavras tranquilizadoras.

Em relação a Brizola, o mesmo é denominado como um político ultraradical (adjetivo dado pelo jornalista) e que ele estaria disposto a pegar em armas para atingir seus objetivos políticos. De acordo com Murilo Melo Filho, o governador não se conformava com o impedimento constitucional erigido como uma barreira para impedir sua ascensão ao poder. Esse fato poderia levá-lo para o apelo as armas, já que construiu em torno de si uma lenda de

¹¹⁰ Manchete. Rio de Janeiro. Editora Bloch, nº 622. 21/03/1964. p.4-5.

intransigência, radicalismo e solução revolucionária, não aceitando nem mesmo participar da frente das esquerdas, proposta pelo presidente.

Já o governador de Pernambuco naquele momento, Miguel Arraes, mostrava-se, segundo o repórter, cada vez mais conciliador e legalista. Preparado para erigir-se como candidato e empolgar com exclusividade a bandeira das esquerdas.

Jango e o Congresso

Decidido a conservar a liderança das massas, recuperada no comício da Guanabara, Jango vai tomar por decreto uma série de outras medidas que desorientarão seus adversários.

A atmosfera reinante em Brasília, por ocasião da instalação dos trabalhos do Congresso, serviu para desanuviar as tensões reinantes em consequência do comício. O encontro de Jango com Mazili e Moura Andrade dava a impressão de que se selava a reaproximação do presidente da República com o Congresso.

Chegou até mesmo a ser lembrada a hipótese de um processo de impeachment contra o presidente, acusado de romper a harmonia, o equilíbrio e o respeito entre os três poderes. A bancada ademarista era a mais entusiasmada com a ideia do “impedimento” presidencial.

Tudo partira, porém, de um pressuposto falso. O conhecimento integral do texto demonstrou, posteriormente, que não havia razão para tal pânico: o apelo presidencial era veemente e reformista, mas muito cordial e atencioso para com o legislativo.

Tem sido muito enfatizado um detalhe: Jango falou realmente nos “sucessores”, mas não disse quando, nem como haverá tal sucessão. Acredita-se que ele chegará a um impasse muito sério: tendo capitalizado tanta força popular, não conseguirá (nem desejará) transferi-la para Arraes ou Brizola¹¹¹.

Nesse momento *Manchete* enfatiza a relação entre o congresso e o presidente e acredita haver um clima de tensão entre as duas partes. Além disso, Jango é acusado mais uma vez de ter um plano continuísta, e por isso, seriam incertos os planos eleitorais para 1965.

¹¹¹ Manchete. Rio de Janeiro. Editora Bloch, nº 623. 28/03/1964. p.4-7.

Na ocasião em que esse texto foi escrito, houve certa correria em Brasília. Segundo o texto da reportagem, o presidente teria enviado ao congresso ofensas e acusações. Deputados de todos os partidos foram então ao apartamento do presidente da Câmara tomar satisfações. Contatos telefônicos foram feitos para convocar os principais candidatos à presidência em 1965, Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e Ademar de Barros, para formarem uma frente única em favor da legalidade e contra o presidente, sob o qual chegou a ser cogitado um pedido de impeachment. Na verdade tudo não passou de um grande boato. O presidente havia enviado uma mensagem ao congresso, no entanto, ela era cordial e atenciosa. Mesmo assim, a oposição resolveu criticar o documento. Jango era acusado de estar “forte” politicamente, tanto no campo militar, quanto nos campos sindical e popular.

Temido pelos setores conservadores, o comício realizado na sexta-feira 13 de março de 1964 é tema de mais uma reportagem:

A noite das reformas

Milhares de braços saudaram o presidente quando ele surgiu no palanque oficial acompanhado de dona Maria Teresa Goulart.

Pela primeira vez, em nosso país, decretos firmados pelo presidente da república tiveram o seu contexto comunicado diretamente ao povo, num comício de grande repercussão. Foi o que aconteceu na sexta-feira, 13, quando o Sr. João Goulart, cercado pelos líderes das correntes trabalhistas e esquerdistas, em geral, divulgou o já esperado decreto que dava à SUPRA o direito de desapropriar áreas de mais de 500 hectares, e outro, imprevisto, que encampou as refinarias particulares de petróleo, entregues à Petrobrás.

Ministros de estado, militares, parlamentares e vários governadores tomaram parte no comício em que Jango pregou as reformas.

Receavam-se perturbações da ordem, mas o comício decorreu em perfeita calma, policiado por contingentes militares das três armas, sob o comando geral do Coronel Domingos Ventura¹¹²

¹¹² Manchete. Rio de Janeiro. Editora Bloch, nº 623. 28/03/1964.p.12-18.

Manchete fez uma grande cobertura do comício do dia 13 de março. A reportagem sobre o evento trouxe sete páginas, com muitas fotos e falou da grande repercussão do comício. O presidente anunciou a reforma agrária, o encanamento das refinarias particulares de petróleo entregues à Petrobrás. A SUPRA passou a ter poderes de desapropriar latifúndios. Cercado pelos líderes das correntes trabalhistas e esquerdistas. Brizola e Arraes discursaram.

O governo de Goulart já enfrentava uma crise econômica com a inflação a 52,3% índice extraordinário para a época, além de sucessivas rebeliões na Aeronáutica, no Exército e na Marinha, desgastando ainda mais a relação com as forças armadas. O governo trazia em si uma personalidade política dúbia, pois não estava totalmente alinhado nem com as forças conservadoras nem com a esquerda buscando atuar entre os dois lados num perigoso jogo de equilíbrio. O que se viu na prática, foi a união dos conservadores e a divisão das esquerdas. Além disso, perdeu seu único apoio real naquele momento, representado por Leonel Brizola. Ao perder sua sustentação popular e a confiança dos políticos que o apoiavam Goulart não pode criar um dispositivo próprio de segurança e teve seu governo formado pelos militares de forma rápida e praticamente sem resistência. No momento do golpe, os poucos que tentaram resistir foram rapidamente eliminados.

A grande ofensiva civil contra o governo começou com o uso da imprensa, em uma campanha publicitária de dimensões pouco vistas no Brasil¹¹³. Inclusive com o trabalho de organizações criadas especificamente para esse fim. O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) divulgava material ideológico anticomunista e contra o governo Goulart, além de aliciar políticos, artistas e intelectuais. Posteriormente, em CPI que investigou esse instituto, foram identificadas 297 empresas e entidades norte-americanas que enviaram milhões de dólares para a campanha anticomunista contra João Goulart e a eleição de políticos de direita. Vários editores, redatores chefe, repórteres e articulistas da grande imprensa estavam ligados ao IBAD-IPES produzindo artigos e matérias pagas que atendiam aos interesses desses órgãos¹¹⁴.

A ação conjunta das duas entidades, IPES E IBAD, que mantinham algum nível de cooperação, estimulou a proliferação de organizações anticomunistas na conjuntura 1961-1964. Além do suporte ideológico e político, o apoio passava pela ajuda

¹¹³ FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.p. 75.

¹¹⁴ CHIAVENATO, Julio José. *O golpe de 1964 e a ditadura militar*. São Paulo: Moderna, 1994.p.33.

financeira aos grupos menores. Sua atuação fomentou o surgimento de grupos anticomunistas em diversos setores sociais, notadamente entre as mulheres, estudantes e trabalhadores. Esta característica permitiu a alguns autores chamá-los “Estado Maior” da campanha antiGoulart, ou holding, de acordo com uma versão mais irônica. Apesar de existirem polêmicas sobre o real papel desempenhado pelo “complexo IPES/IBAD” na deflagração do golpe, não há como negar sua importância ao desencadeamento da onda anticomunista que levou a derrubada de Goulart¹¹⁵.

Além disso, o IBAD financiou entre 1961 a 1964 mais de trezentos programas radiofônicos diários alguns transmitidos em rede de dezenas de emissoras além de financiar, via Departamento de Estado dos Estados Unidos, cerca de 250 candidatos a deputado federal, seiscentos a deputado estadual e oito ao governo de estado, além de vários senadores, prefeitos e vereadores. Já o IPES, entre os anos de 1962 e 1964 produziu catorze filmes de duração aproximada de oito a dez minutos, todos eles criados pelo repórter fotográfico e cineasta Jean Manzon, (ex-funcionário da Manchete e antigo colaborador do Departamento de Imprensa e Propaganda durante a ditadura Vargas). Os temas geralmente tratavam dos perigos que rondavam a democracia e a liberdade no Brasil¹¹⁶.

Além das articulações nos meios civis, membros das forças armadas também conspiravam contra o presidente. Em carta distribuída em 20 de março de 1964 reservada aos oficiais do exército, o então general Castelo Branco indicava as posições que os militares precisariam tomar, denunciando o “perigo vermelho” e a necessidade do exército tomar as rédeas do poder¹¹⁷. O golpe também contou com participação externa. Os Estados Unidos enviaram ao Brasil embaixadores, agentes da CIA, empresários, intelectuais e personalidades que mantinham relações de amizade com importantes generais. O embaixador Lincoln Gordon teve participação decisiva no golpe. Seu papel fica claro nos relatórios que enviou ao

¹¹⁵ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.p. 243.

¹¹⁶ ROLLEMBERG, Denise. QUADRAT, Samantha Viz (Orgs). *A construção social dos regimes autoritários*. P.78 *A Construção Social dos Regimes Autoritários: Legitimidade, Consenso e Consentimento no Século XX - Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.3v. p.78.

¹¹⁷ SKIDMORE, Tomas. *Brasil: De Getúlio Vargas a Castelo Branco*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.p.357.

governo norte-americano, no período da crise que culminou com a queda de Goulart, além de manter frequentes encontros com políticos e generais brasileiros¹¹⁸.

3.7 O golpe em forma de notícia

A “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” foi noticiada com grande entusiasmo pela revista. O fato foi noticiado repleto de adjetivos e exageros, como vemos a seguir:

Deus família e liberdade

A “Marcha da Família com Deus pela liberdade” transformou-se, no Rio, numa verdadeira homenagem às forças armadas, ao ser anunciada a presença do General Olímpio Mourão Filho, de destacada atuação nos recentes acontecimentos. Também compareceram os Marechais Dutra, Magessi, Mendes de Moraes e Segadas Viana. A incalculável multidão concentrou-se ao lado da Candelária, com imagens, terços, bandeiras e cartazes anticomunistas. E dali deslocou-se para a Esplanada do Castelo, onde renovou a impressionante demonstração de fé católica e de confiança no Brasil.

O mais impressionante espetáculo cívico até hoje registrado no Brasil foi totalmente organizado pela Campanha da Mulher Pela Democracia.

Nem o tempo chuvoso impediu que os cariocas dessem o testemunho público de seu amor às liberdades públicas e de seu espírito sinceramente cristão¹¹⁹.

O Povo voltou a sorrir

O Brasil jamais assistiu, em toda a sua história, a tão colossal demonstração coletiva de fé na democracia como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada em São Paulo, na última semana. Cerca de 500 mil pessoas, irmanadas em defesa da legalidade, ocuparam as ruas centrais da capital do estado, num cortejo impressionante, que se estendeu desde a Praça da Sé, ponto do palanque oficial, até a Praça da República. Diversos oradores foram ovacionados pela multidão, enquanto uma proclamação dirigida ao povo brasileiro dizia: “Fieis às nossas religiões, fieis à

¹¹⁸ FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.p.75.

¹¹⁹ Manchete. Rio de Janeiro. Editora Bloch, nº 611. 04/01/1964. p. 4 a 13.

nossa Constituição, fieis à nossa pátria, construiremos o Brasil autêntico, livre, forte e feliz”¹²⁰.

A histórica edição da revista *Manchete* de abril de 1964 sobre o golpe civil-militar trouxe um especial composto de vinte e duas páginas e contou com uma equipe de vinte e nove repórteres na elaboração de todo o conteúdo. Foi nessa edição que vieram várias páginas dedicadas especialmente as “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”, sinônimo de adesão as Forças Armadas e de um forte sentimento anti-comunista. Além disso, em várias reportagens, a publicação mostrou como foi a repercussão do golpe nas principais capitais do país. O clima das fotos e dos textos era de euforia e entusiasmo. Na capa, a revista trouxe Carlos Lacerda, governador da Guanabara e um dos líderes do que eles chamavam “revolução vitoriosa”.

A primeira marcha ocorreu no Rio de Janeiro e foi organizada para atuar como uma resposta, ao comício realizado na sexta-feira 13 de abril, onde o presidente João Goulart falou a população sobre as reformas de base que ele pretendia implantar no país. Em São Paulo, a passeata ocorreu no dia 19 de março de 1964, no dia de São José, padroeiro da família, e contou com importante participação de grupos católicos. O principal articulador foi o deputado Antônio Sílvio da Cunha Bueno, apoiado pelo governador paulista Ademar de Barros e por sua mulher, Leonor de Barros. O evento ainda contou com a participação da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), da União Cívica Feminina, da Fraterna Amizade Urbana e Rural, entre outras entidades femininas, além do apoio da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo¹²¹.

A manifestação realizada na capital carioca obteve maior destaque na imprensa e posteriormente tornou-se um marco na historiografia sobre o golpe. Segundo os organizadores, o evento contou com a participação de cerca de quinhentas mil pessoas, embora a revista falasse em um milhão de participantes. Entre as quais, Auro de Moura Andrade, presidente do Senado, e Carlos Lacerda, governador do Estado da Guanabara. O trajeto começou na Praça da República e terminou na Praça da Sé, com a celebração da missa "pela salvação da democracia". Na ocasião, foi distribuído um Manifesto ao povo do Brasil, convocando a população a reagir contra o governo. A iniciativa do evento repetiu-se em

¹²⁰ Manchete Edição Especial do golpe. s/n. Rio de Janeiro. Abril de 1964. p. 12.

¹²¹ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castelo*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.361

outras capitais, mesmo depois do golpe, tornando-as conhecidas como "marchas da vitória". Dentre essas passeatas destacamos a que ocorreu no Rio de Janeiro. O evento foi articulado pela CAMDE e levou às ruas cerca de um milhão de pessoas no dia 2 de abril de 1964.

Manchete deu ampla cobertura as marchas realizadas pelo país. Além disso, utilizou de sua retórica para impactar a população e buscar a adesão do povo naquele movimento. “O mais impressionante espetáculo cívico até hoje registrado no Brasil foi totalmente organizado pela Campanha da Mulher Pela Democracia”, é uma das frases de efeito utilizadas pela revista. O subtítulo “Nem o tempo chuvoso impediu que os cariocas dessem o testemunho público de seu amor às liberdades públicas e de seu espírito sinceramente cristão” demonstra a amplitude que a revista deu ao evento e ao golpe que seria executado posteriormente.

Mesmo dando cobertura aos fatos políticos que perpassavam por vários governos, a revista sempre procurou exaltar os feitos das Forças Armadas. Prestigiava os eventos do Exército, constantemente fazia longas reportagens sobre o generalato brasileiro, e se colocava sempre ao lado dos militares nos momentos de crise.

Ultima Hora, diferente da revista *Manchete*, procura não adjetivar os acontecimentos, mas limita-se a descrever os fatos, como vemos a seguir:

Oradores saudaram o fim do Comunismo

MILHARES DE PESSOAS NA MARCHA DA FAMÍLIA

Com faixas, bandeiras e cartazes, centenas de milhares de pessoas de vários pontos da Guanabara – a maioria da Zona Sul – fizeram, ontem, pelas Avenidas Rio Branco e Almirante Barroso, até a Praça Rio Branco, onde estava armado um palanque, a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, tendo à frente um batalhão da cavalaria do Regimento Caetano Faria.

(...) Os oradores que se sucederam no palanque – um representante da Família Espírita, o Reverendo Micaelsen, o representante da Igreja Ortodoxa, o Sr. Fernando Levisquim, representante da religião judaica, o Padre Caio Alvim e Monsenhor Bessa “que leu a mensagem do Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, que se encontra doente e a Sra. Amélia Bastos, pela família e disseram, na maioria, “que a democracia estava salva e que o comunismo havia sido banido”. A multidão

aplaudiu um helicóptero da FAB, que conduzia um fotógrafo da Aeronáutica. Entre os presentes à manifestação, achava-se o ex-Presidente Dutra¹²².

O jornal *UH* também noticiou a realização da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. O que percebemos é que o veículo limita-se a descrever os fatos e atribui a presença no evento, principalmente, aos moradores da Zona Sul do Rio de Janeiro. Caracterizando o movimento como algo pertencente a uma pequena e particular parcela da população. Uma minoria, inclusive, “privilegiada”, em todos os sentidos. Diferentemente da *Manchete*, que busca atribuir a realização da marcha ao “povo carioca”. Sem a mínima preocupação em distinguir quem era esse “povo” e quais seus interesses naquele momento. Compreendemos que apenas uma pequena da população participou do evento, o que não refletia diretamente os anseios do povo carioca ou do povo brasileiro em geral. O texto do *UH* não afirma somente a participação dos cariocas, mas define a que classe pertence esses cariocas. O texto também enfatizou a participação de vários segmentos religiosos, não somente a Igreja Católica e que o foco dos discursos naquele momento, era o combate ao comunismo.

Sobre a deposição de Goulart, assim falou a *Manchete*:

A noite em que o governo mudou

Murilo Melo Filho analisa a nova conjuntura política

Os chefes e líderes do movimento armado que depôs o Sr. João Goulart mostram-se, agora, preocupados em ganhar a segunda, etapa da rebelião: a instalação de um governo com autoridade político-militar e dotado de cobertura parlamentar a fim de sobreviver aos próximos meses, decertos os mais difíceis. A ascensão do Sr. Ranieri Mazzili, para quem presenciou os dramáticos lances desenrolados na madrugada da quarta-feira em Brasília, teve a marca nítida do fato consumado. A posse do novo presidente foi o resultado de uma sucessão de atitudes decididas do grupo político que se dispusera a entregar-lhe o poder o mais depressa possível. Até o último instante da posse pairavam no terceiro andar do Palácio do Planalto os receios de que uma derradeira resistência dos remanescentes do governo de Jango, presentes em Brasília, ainda pudesse modificar o rumo da solução adotada pelo Congresso.

¹²² Última Hora. Rio de Janeiro. Editora Última Hora S. A. nº 1.270. 03/04/1964. p.8.

Partindo rapidamente para a desmobilização dos espíritos, para a instauração de uma atmosfera mais tranquila e para a votação de alguns projetos reformistas, o novo governo visa a diluir a imagem do presidente deposto. Está receoso de que o imobilismo ou uma posição conservadora possam fazer crescer perigosamente uma imagem de saudosismo. A sombra que se projeta no Sul leva o novo governo a empenhar-se na sua rápida dissipação¹²³.

Ao tratar da deposição de João Goulart, a revista não procurou descrever os fatos, mas buscou transmitir uma imagem de tranquilidade à população, além de expor ideias, preocupações e receios sobre a atmosfera política daquele momento. O texto ainda ressaltou a necessidade de um governo forte, mas ao mesmo tempo comprometido com as reformas e disposto a votá-las e colocá-las em prática. A revista não denigre diretamente a imagem do então presidente, mas não deixa dúvidas quanto ao seu apoio aos militares.

Embora houvesse parlamentares dispostos a protestar diante da vacância da presidência da república, como os deputados Tancredo Neves e Doutel de Almeida, pouco pôde ser feito naquele momento. A maioria do Congresso aceitou a posse do Presidente Ranieri Mazzili como um fato consumado, embora sob protestos dos setores esquerdistas. Contrariando o que vinha noticiando ao longo do ano, *Manchete* comemorou a vitória da Revolução. Acontecimento este, que ela propagava ser improvável naquele momento da política brasileira. No entanto, em reportagens e entrevistas feitas posteriormente, os generais declararam que a conspiração para o golpe já vinha sendo arquitetada há quase dois anos.

Segundo esclareceu Skidmore, já conspiravam um golpe, não somente as forças armadas, mas também elementos civis que dirigiam oposição a Jango e compreendiam diversos grupos, como a extrema-direita, os centristas, boa parte da imprensa nacional, liderada pelo jornal “*A Tribuna da Imprensa*”, grupos católicos, e políticos importantes em todos os estados, dentre os principais, os governadores dos estados de São Paulo, da Guanabara e do Rio Grande do Sul¹²⁴.

Nessa matéria, vemos como *UH* descreve os fatos com objetividade:

¹²³ Manchete Edição especial. s/n. Editora Bloch. Rio de Janeiro. Abril de 1964.p. 14-19.

¹²⁴ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castelo*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.361

MAZZILLI EMPOSSADO

O Senador Auro de Moura Andrade convocou o Congresso e declarou vaga a Presidência da República, sem qualquer discussão ou debate. Em seguida o Sr. Ranieri Mazzilli, acompanhado de Auro de Moura Andrade, dirigiu-se ao Palácio do Planalto, onde foi considerado empossado na Presidência da República às 3:30 da madrugada de hoje. Considerou-se no Congresso que a Presidência da República estava vaga, depois que o Presidente João Goulart deixou Brasília, às 22:30 de ontem, com destino a Porto Alegre, onde deve ter chegado por volta das 3 horas de hoje. (...) As bancadas do PTB, os agressivos pessedistas e dezenas de outros parlamentares não comprometidos com o golpe manifestaram-se em altos brados contra a ilegalidade do ato¹²⁵.

UH transmitiu o golpe como um acontecimento inesperado e ainda confuso. Por vários momentos vemos os jornalistas lidarem com os fatos como se tratasse de uma crise e, portanto, esperava-se que esta, fosse passageira. Isso se justifica pelo fato do presidente João Goulart ainda estar no Brasil, e haver uma expectativa de que o governante retomasse as rédeas da política nacional. O jornal ainda enfatizou a presença de uma oposição, que protestou diante de tantas atitudes ilegais e arbitrárias naquele momento.

Já *Manchete* se apressa em justificar o golpe:

Como se originou a rebelião

O General Peri Constant Beviláqua, quando comandante do II Exército, em São Paulo, discordou da orientação do Presidente João Goulart quanto à política sindical. Foi, entre todos os chefes militares, o primeiro a se insurgir contra o prestígio dado, pelo Ministério do Trabalho, a líderes sindicais de tendência comunista. Sua figura, assim, se converteu em foco de interesse. Agora não há quem não reconheça que, se tivesse sido sensível às suas advertências, o Sr. João Goulart possivelmente ainda estaria no poder¹²⁶.

No texto, percebemos que o próprio presidente é apontado como responsável pelo decorrer dos acontecimentos, já que não “dera ouvidos” aos principais nomes das Forças

¹²⁵ Última Hora. Rio de Janeiro. Editora Última Hora S. A. n° 1.269. 02/04/1964. p.3

¹²⁶ Edição da revista *Manchete* especial de abril de 1964. s/n. Editora Bloch. Rio de Janeiro. p. 26

Armadas do país, e que sua ligação com sindicalistas e militantes comunistas teria alertado os líderes militares para um suposto “perigo comunista”. A revista em muitos momentos tentar “culpar” o presidente pela situação em que o país se encontrava naquele momento. O golpe é visto como uma atitude ao mesmo tempo preventiva e resoluto, pois evitaria um suposto levante comunista e traria o país de volta aos rumos do desenvolvimento capitalista, sem as reformas que poderiam dar as classes menos favorecidas, privilégios até então restritos a uma pequena parcela da população.

Thomas Skidmore também “culpa” o presidente pelos rumos que a política tomou naquele momento. Segundo o autor, Jango ouviu o conselho de “*dois ambiciosos políticos amadores*” Raul Riff, chefe do Serviço de Imprensa do gabinete presidencial e Darci Ribeiro, Chefe da Casa Civil, anteriormente antropólogo e Reitor da Universidade de Brasília. Para ele, o presidente se deixou influenciar por uma esquerda radical e por isso não se precaveu diante de um possível golpe militar¹²⁷.

“Desde 8 de setembro de 1962. Tudo foi planejado durante dezessete meses”

“A princípio, com o governador do Rio Grande do Sul. Depois, prossegui as articulações em São Paulo, onde fui comandante da 2ª Região Militar, durante cinco meses. Em seguida, indo comandar em Juiz de Fora, ali planejei a arrancada. Mas tivemos de esperar cinco meses até desencadear o movimento”.

“Porque notei, nos quartéis, infiltração comunista. É verdade que o número de sargentos comunistas é reduzido, mas eles sempre fizeram tudo para contagiar a tropa. O Sargento Borges, agora preso, estava preparado para eliminar-me, em São Paulo. Tinha um plano coordenado com a rebelião de Brasília, mas falhou. Em Santa Maria, descobri uma conspiração no III Exército: quarenta sargentos faziam pregação sistemática, liderados pelo hoje Deputado Garcia Filho”.

“O nosso interesse único e sincero é que se faça no Brasil o melhor clima democrático, para que tenhamos paz e possamos ir para a frente, sem o perigo vermelho. Para mim, quem não está com a democracia e admira os vermelhos é positivamente comunista. É verdade que, entre esses, existem os comunistas, os criptocomunistas e os inocentes úteis”.

“A operação limpeza, que tem de ser absoluta. Não se faz um movimento como esse para destruir um homem e sim para erradicar um sistema viciado e perigoso, que começou em 1930 e vem se agravando até hoje”.

¹²⁷ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: De Getúlio a Castelo*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.347

“Duvido que o povo as reclame. Não considero povo um ajuntamento de pelegos, comandados por minorias comunistas. Não nego a necessidade de reformas. Mas o povo não pensa nelas. Foi, apenas, sugestionado. Isso, porém, não é função das formas armadas¹²⁸”.

Contrariando o que vinha publicando nos últimos meses, após o golpe, *Manchete* passou a trazer várias entrevistas com militares e civis, que haviam conspirado para o golpe. Estes passaram a falar dos planos que já vinham sendo desenvolvidos há meses, no intuito de preparar todo o cenário para a derrubada de João Goulart. É nesse momento que o Exército começa a revelar os planos que tinha para o país.

O general Olímpio Mourão Filho declarou em entrevista concedida à *Manchete* que desde 1962 militares e civis estavam empenhados em trabalhar pela derrubada do presidente João Goulart. Segundo o oficial, era inadmissível compactuar com a infiltração comunista nos quartéis, fato levado ao ministério da guerra. Como o governo federal não agiu como eles esperavam, decidiram pelo golpe. O presidente é acusado de estar ao lado de comunistas e é chamado de “*pior gente*”, pelo general.

Já assim se posicionava o *Ultima Hora*:

Jango: Não queremos o Congresso Fechado

Falando, ontem, ante milhares de sargentos que o aclamavam no Automóvel Clube, afirmou o Presidente que não admitirá “que a desordem seja promovida em nome da ordem e que o anti-reformismo impatriótico conclame forças da reação para se armar contra o povo e os trabalhadores”.

CONGRESSO ABERTO

Assegurou que seu desejo, como o de tantos brasileiros que lutam pela emancipação econômica do país e o progresso da Nação, é ver o Congresso “aberto, com deputados também de coração aberto e sensíveis às reivindicações do povo”. Não queremos o Congresso fechado – disse.

IBAD E FÉ

¹²⁸ *Manchete*. Rio de Janeiro. Edição Especial. s/n. Rio de Janeiro. Abril de 1964. p. 26-27

Depois de assinalar que não permitirá jamais que o dinheiro do IBAD venha macular a fé cristã de nossa gente, fé que é a de seus pais, sua mulher e seus filhos, lembrou que os que agora dizem defender a Constituição são os mesmos que em 1961 tentaram rasgá-la contra ele e contra o Brasil.

GRITO DO POVO

Finalizando, acentuou o Presidente que o “grito pelas reformas vem das ruas” e que “ninguém mais pode iludir-se com golpes contra o governo e o povo”, cujos anseios reformistas tem a mesma tonalidade da túnica verde-oliva dos sargentos – fieis, com ele, aos ideais de Vargas¹²⁹.

A capa do jornal *UH* do dia 31 de março de 1964 trouxe várias manchetes acerca do que estava acontecendo no país. As pequenas chamadas já diziam claramente o tom que seria dado ao todo o conteúdo naquele dia. Os textos, que trazem várias falas do presidente Jango, sugerem que haverá uma reação por parte do governo. Vimos, no entanto, que essas expectativas, que eram próprias de Samuel Wainer, como ele declarou em suas memórias, não foram correspondidas e o governo foi entregue nas mãos dos militares praticamente sem reação.

UH reproduziu nessa edição a fala do presidente, diante de aproximadamente mil sargentos e suboficiais das Forças Armadas e Corporações Auxiliares, reunidos no Automóvel Clube do Brasil. Nesse evento o líder afirmou que “*não permitirá, a qualquer custo, que, em nome da ordem, se implante a desordem no País, e, em nome da disciplina, se cometa a maior das indisciplinas*”. Percebemos que a reprodução desse discurso demonstra também uma expectativa de que essa fala se concretizasse.

Jango Abre Luta Contra a Desordem em Nome da Ordem: - Não Queremos Congresso Fechado

“Não admitirei que a desordem seja promovida em nome da ordem. Não admitirei que o conflito entre irmãos seja pregado e que em nome de um anti-reformismo impatriótico, se chegue a conchamar forças da reação para se armar contra o povo e contra os trabalhadores. Não permitirei que a religião dos meus pais, que é a minha,

¹²⁹ Última Hora. Rio de Janeiro. Editora Última Hora S. A. n° 1.267. 31/03/1964.p.4.

à de minha mulher e de meus filhos, seja usada, como instrumento político de ocasião”.

(...)

A crise que nesta hora se manifesta no País – observou o Sr. João Goulart – foi provocada pela minoria de privilegiados que vive de olhos voltados para o passado e teme enfrentar o luminoso futuro que se há de abrir para a nossa democracia, pela integração de milhões de brasileiros. Eles deverão ser integrados na sociedade e libertados da penúria e da ignorância.

Acrescentou que “o momento exige de cada brasileiro o máximo de calma, mas também o máximo de determinação, pois somente assim poderemos fazer face ao clima de intrigas e de envenenamento que grupos poderosos estão procurando criar contra o governo contra os mais altos interesses da nossa Pátria e contra a unidade das nossas Forças Armadas”.

Durante a reportagem o presidente declarou que os mesmos grupos que tentam impedir o progresso do país são os mesmo inimigos da democracia, que provocaram o suicídio do presidente Vargas e que tentaram impedir a posse de três presidentes eleitos, em 1920, 1942, 1961.

“A Nação é testemunha – declarou – de meu empenho em falar sempre ao povo brasileiro com a maior lealdade e franqueza. Fiz toda sorte de esforços na busca de soluções conciliatórias, no encaminhamento pacífico das reformas reclamadas pela Nação. Convoquei, como auxiliares do meu Governo, expressivos representantes das classes dirigentes tradicionais deste País. No entanto, todos esses esforços encontraram a resistência do preconceito, a frieza da intransigência e o hábito do insulto pessoal ao Presidente, que comete o crime de defender o povo. O veto desta minoria reacionária ao meu Governo – recordou – impôs-se quando tornei claro que não reprimiria e jamais permitiria fossem reprimidas pela violência as legítimas reivindicações das classes populares e, mais ainda, quando afirmei que as reformas de base eram um imperativo da hora em que vivíamos. Vimos, de repente, aqueles que mais pregavam o ódio e a divisão neste País se somarem aos maiores corruptores da história nacional para, em conjunto terem o cinismo de falar em nome do sentimento cristão do povo brasileiro”¹³⁰.

Observamos que o jornal *UH* deu voz ao presidente, enquanto que na *Manchete* não houve espaço para ouvi-lo. O discurso de Jango, embora não corresponda ao que aconteceu

¹³⁰ Última Hora. Rio de Janeiro. Editora Última Hora S. A. n° 1.267. 31/03/1964. p.2

posteriormente, passou uma postura de resistência e de um posicionamento firme. Nessa ocasião o presidente mencionou as fontes reais da campanha contra ele movida, identificando-as com os grupos nacionais e internacionais atingidos, nos diferentes setores, por sua política de defesa dos interesses populares. No entanto, Jango não se preparou na prática para o golpe que ele sofreria poucos dias depois daquele evento.

Pela própria história da política nacional enxergamos a incoerência da governabilidade, pois a incompreensão do poder legislativo e o impedimento feito a atuação do executivo, imobilizou o avanço das reformas que eram necessárias para transformar o panorama sociopolítico e econômico do país.

Com o golpe civil-militar a liberdade de imprensa foi duramente atacada, como foi o caso do *UH*:

Impedida de circular “UH” de São Paulo

Em flagrante atentado à liberdade de imprensa – violando direito democrático fundamental – o Governo do Sr. Ademar de Barros impediu hoje a circulação do Última Hora de São Paulo.

Na mesma madrugada em que o político pessepista tenta justificar a subversão que preparou, mentindo aos chefes militares, a quem alega existir ameaça federal às liberdades públicas, rasga as leis, em ordem direta ao Secretário de Segurança, para por a nu a verdadeira face do seu pretenso movimento de restauração legalista. Alertando o Sindicato dos Proprietários de Jornais do Estado de São Paulo, o seu Presidente, Jornalista Edmundo Monteiro, resolveu adotar medidas imediatas de protesto, visando restabelecer a circulação de Última Hora. Ressalte-se, afinal, que após requisitar num exemplar do jornal para efetuar a sua censura, a Secretaria de Segurança declarou que as ordens recebidas não eram de verificar o texto, mas de obstar, de plano, que o jornal de qualquer modo circulasse¹³¹.

O governo ditatorial começou com atitudes arbitrárias e com muita violência a quem se declarasse contrário ao regime. Várias entidades e órgãos da imprensa tiveram suas atuações comprometidas pelo autoritarismo. Segmentos engajados na luta social também foram atingidos de forma agressiva, como noticiou o *UH*:

¹³¹ Última Hora. Rio de Janeiro. Editora Última Hora S.A. 01/04/1964. Nº 1.268. capa.

Filosofia e UNE foram metralhadas

Elementos ligados ao Governador da Guanabara metralharam às 3:30 de hoje, a sede da UNE na Praia do Flamengo, ferindo o estudante José Carlos de Andrade, de 18 anos que ali tentava penetrar, naquele momento. (...) Também a sede da Faculdade Nacional de Filosofia foi metralhada esta madrugada. Testemunhas oculares informaram que as rajadas partiram do carro chapa MG 15-64-48, cujos ocupantes lograram fugir. Pediram, diante disso, os estudantes, reforços ao Comandante da 3ª Zona Aérea, tendo o Brigadeiro Francisco Teixeira enviado novo choque ao Flamengo. O ferido foi então conduzido ao Pronto-Socorro e ali medicado. Revelou o presidente da UNE, acadêmico José Serra, que horas antes, elementos ligados ao Sr. Carlos Lacerda tentaram penetrar no prédio, onde se realizava uma assembleia, com a presença dos Deputados Neiva Moreira, Roland Corbisier, Artur Lima, Ferro Costa e outros¹³².

O ataque à sede estudantil se deu na madrugada do dia primeiro de abril. Existe uma discussão sobre quando teria tido início, a repressão militar a entidades civis. Através de esta e outras reportagens, vimos que logo após o golpe, cidadãos e organizações foram imediatamente perseguidos. Um dos primeiros alvos do governo militar foi a sede da União Nacional dos Estudantes, prédio situado no número 132 da Praia do Flamengo, Rio de Janeiro. *UH* foi um dos poucos periódicos a noticiarem o caso. Essa e outras notícias de aspecto “negativo” sobre o golpe, não foram relatadas pela *Manchete*, que procurava convencer os seus leitores de que o povo brasileiro apoiava o novo governo, e que este, não tinha “defeitos”.

A sede da UNE foi metralhada e incendiada. O objetivo era calar os estudantes e as ideias e reflexões que ali existiam sobre o país. Repleto de simbolismo, o prédio foi a antiga sede dos simpatizantes do nazi fascismo durante a segunda guerra mundial. Ocupado pela UNE durante a época do conflito, foi oficialmente cedido ao movimento estudantil pelo então presidente Getúlio Vargas. O imóvel foi palco de eventos importantes como a campanha “O Petróleo é Nosso” nos anos 1950 e a visita do presidente João Goulart no início da década de 1960.

No dia 02 de abril de 1964, o jornal que costumava ser publicado com doze páginas, saiu com apenas quatro folhas. *Ultima Hora* noticiou a violência sofrida em sua sede:

¹³² Última Hora. Rio de Janeiro. Editora Última Hora S.A. 01/04/1964. Nº 1.268. p.3.

A VINDITA FRIA

A redação de ULTIMA HORA foi atingida, ontem, por uma explosão de violência selvagem, sem precedente na história de nosso País. Aproveitando-se da confusão que tomou conta da cidade e das manifestações que surgiram ao cair da tarde, bandos de facínoras, transportados em cerca de sessenta carros, tanto particulares como de praça, se empenharam na destruição metódica de tudo quanto encontraram no interior de nossa redação, cujas portas foram arrombadas. Máquinas, mesas, vidros, telefones, papéis, bem como viaturas do serviço de reportagem e distribuição, que se achavam estacionadas na rua ou guardadas na garagem – nada escapou à pilhagem e à destruição. Numerosos carros foram incendiados, com risco de propagar-se o fogo a todo prédio. (...)

A fúria dos terroristas foi inútil. ULTIMA HORA continua¹³³.

A primeira página do jornal demonstra o que significou ser contra a deposição de um governo legítimo e pela liberdade de expressão. Um dos poucos órgãos da grande imprensa que se colocou ao lado do governo João Goulart e contra o golpe militar de 64, o jornal de Samuel Wainer pagou caro por seu posicionamento político. No dia 1º de abril, quando o Congresso declarou vaga a Presidência e empossou, já madrugada do dia 2, Ranieri Mazzilli no lugar de Jango, os simpatizantes do golpe no Rio de Janeiro atacaram o jornal, que era localizado na Rua Sotero dos Reis 62, nos arredores da Praça da Bandeira.

O repórter Luarlindo Ernesto da Silva, então um dos mais jovens da UH, recebeu como missão “escortar” o colega de redação Amado Ribeiro para um lugar onde ele ficasse a salvo com a família. Enquanto os repórteres partiam para a Serra fluminense num jeep camuflado, o prédio da UH era depredado. Em entrevista a revista *O Cruzeiro*, o jornalista descreveu como foi a invasão: “*Grupos arrombaram a porta da garagem, puxando as viaturas para a rua, depredaram-nas e atearam-lhes fogo. Escritórios, idem. Rotativas, idem. Depoimento de testemunhas: a Operação ‘Última Hora’ foi obra de comandos. Em pouco mais de 15 minutos, os depredadores executaram a sua obra. (Ignoravam a existência de um cabo de alta tensão que, se atingido, causaria danos de extensão imprevisíveis, chegando mesmo a sacrificá-los.)*”. No dia anterior, a sede da UH em São Paulo fora invadida e o jornal, impedido de circular. No mesmo dia 31 de março, a sede do *Jornal do Brasil*, no Rio,

¹³³ Última Hora. Rio de Janeiro. Editora Última Hora S.A. 02/04/1964. Nº 1.268. capa.

havia sido invadida por fuzileiros navais. Mas nada comparável ao que sofreu o prédio da Rua Sotero dos Reis¹³⁴.

3.8 *Manchete e Ultima Hora*. Versões acerca do governo Castelo Branco

O jornalista Murilo Melo Filho comenta as primeiras ações do governo ditatorial:

Os labirintos da revolução

Murilo Melo Filho faz um relato pormenorizado das articulações político militares

Depois de ter a vitória garantida no setor militar, a revolução enfrenta a sua última batalha: a que está travando no Congresso Nacional, em Brasília, para eleger o novo presidente da República e para afastar da arena política todas as pessoas comprometidas com o governo deposto. (...)

A principal exigência dos chefes militares da revolução é a cassação dos mandatos dos deputados comunistas. Os generais não admitem a hipótese de que, revestidos de imunidades, esses parlamentares retornem à agitação. (...)

O poder civil, representado pelo Congresso, tentou adiar o mais possível a consumação do Ato Constitucional. Mas houve um momento em que se receou muito pela sorte da Câmara e do Senado, se insistissem em negar esse instrumento exigido pelos chefes militares. Em lugar da ruptura, seria então mais conveniente a elaboração de um dominador comum que por um lado resguardasse algumas fatias legalistas e, por outro, proporcionasse às forças armadas a base reclamada para a complementação do processo revolucionário. Homens com vocação liberal e responsabilidade democrática não se furtaram à tarefa de redigir um anteprojeto de Ato Institucional, em cujo bojo estava contida a instauração de um estado de sítio, com a suspensão de várias garantias. O cerco era grande e os próceres parlamentares preferiram barganhar alguns itens, enquanto tinham condições de negociar.

Assim mesmo, concordaram em sugerir as seguintes providências: Cassação do registro de partidos que contem com elementos comunistas em suas fileiras e cassação de mandatos parlamentares. Cassação de direitos políticos de líderes sindicais, políticos e universitários. Suspensão das garantias constitucionais em determinados momentos e regiões e expurgo na magistratura, nas Forças Armadas e no serviço público. O texto foi remetido pelos líderes políticos, através do General

¹³⁴ <http://odia.ig.com.br/noticia/brasil/2014-04-02/uma-farsa-que-legalizou-o-golpe.html>

André Fernandes, aos chefes militares, que concordaram em limitar a esses itens suas exigências para a “operação limpeza”. (...) O principal, e talvez indispensável, item das exigências militares era o relacionado à cassação dos mandatos. (...) Com a queda do Sr. João Goulart, seu partido sofreu duro revés e irá agora, no ostracismo, experimentar as inevitáveis deserções. Restará na provação apenas um núcleo homogêneo e decidido a levar sua oposição até as últimas consequências. Foram igualmente esmagados os dispositivos sindicais que dificilmente poderão ser restaurados nas bases anteriores à revolução. E se isso algum dia for possível, é bem provável que os atuais líderes tenham sido superados. A onda esquerdista, que vinha crescendo como uma caudal aparentemente imbatível terá agora que refluir para nascentes muito modestas. Suas bases estaduais e até municipais estão sendo desmanteladas pela deportação que levou os Governadores Miguel Arrais e Seixas Dória para Fernando de Noronha e por impeachments que vem atingindo prefeitos¹³⁵.

Os embates políticos causados pela insegurança dos militares levaram a imposição de uma forma de gestão para assumir a presidência do país, pois os temores de represália diante dos movimentos populares e da ala esquerda desestabilizavam a projeção de governo que se desejava implantar. Um governo antidemocrático comprometido com os interesses das classes altas e do empresariado brasileiro. Por esta razão, uma das formas de impedir qualquer reação contrária aos militares foi a criação da chama “operação limpeza”.

.Além disso, para que houvesse uma manutenção do golpe, que trouxe consigo uma política econômica de privatizações, altas taxas de juros e de inflação, supressão de direitos políticos e amplas medidas coercitivas em vários setores da sociedade, era necessário a conjunção de vários elementos que contribuíssem com esse sistema de dominação e opressão, ao mesmo tempo em que transmitisse para a população em geral, o discurso de que o governo era positivo e que as medidas arbitrárias, eram necessárias. Nesse sentido, a mudança na legislação e a atuação da imprensa colaboracionista, foram indispensáveis para a elaboração desse cenário. A imprensa assumiu um papel de grande importância nesse contexto, já que alguns veículos traziam uma fala de “portador da verdade”, colocando-se a serviço do povo, e da informação. São esses elementos, muitas vezes subjetivos, que vinham através de fotografias e notícias que foram usados como ferramentas para a legitimação do regime.

¹³⁵ Manchete. Rio de Janeiro. Editora Bloch, nº 626. 18/04/1964. p.12.

A ditadura criou sua própria jurisprudência, a partir dos atos institucionais. A perseguição política estava amparada pelo AI-1, assinado em 9 de abril pela Junta Militar que governou provisoriamente o país, formada pelo vice-almirante Augusto Grunewald, da Marinha, o tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia Melo e o general Arthur da Costa e Silva. O AI-1 também determinou a “eleição” do novo presidente de forma indireta. O escolhido para o cargo foi o general Humberto de Alencar Castello Branco, empossado em 15 de Abril. O primeiro ato institucional afastou qualquer possibilidade do povo decidir os rumos da política brasileira enquanto que o congresso legalizava as decisões do executivo. Além disso, se em trinta ou quarenta dias o congresso não votasse os projetos do executivo, eles seriam automaticamente aprovados.

O Ato permitiu a suspensão por dez anos de direitos políticos daqueles que incomodavam os militares. De imediato, cento e quarenta pessoas foram atingidos por essa determinação. Por meio de uma eleição indireta e forçada, o Marechal Castello Branco foi empossado presidente da república. Dos 388 votos possíveis (326 deputados e 62 senadores), ele obteve 361 votos assumindo “legalmente” o cargo em abril de 1964. Mais de dez mil funcionários públicos foram demitidos. Oficiais das forças armadas também perderam direitos políticos. Nesse período o presidente instaurou a CGI (Comissão Geral de Investigação) que atingiu mais de 40 mil pessoas. Após a vitória, via eleições democráticas, dos candidatos da oposição aos governos de Minas Gerais e Rio de Janeiro, em Outubro de 1965 editou-se o AI-2 que extinguiu todos os partidos políticos e deu poder ao Executivo para fechar o congresso quando julgasse necessário. O segundo ato revelou-se como uma represália do governo diante do resultado das eleições, onde o povo optou por candidatos da oposição.

A posse do primeiro presidente do regime militar foi festejada pela revista *Manchete*:

Brasília viveu mais um grande dia, com a posse do novo presidente, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco. Foi com esse posto, já na reserva do Exército, para não mais voltar às fileiras, que o novo chefe do governo assumiu o poder, na Capital da República. Não o fez sem ter, antes, apresentado sua minuciosa declaração de bens.

Mesmo nos largos espaços de Brasília, a posse do novo presidente produziu movimentação e interesse popular ali jamais testemunhados.

Eleito pelo Congresso Nacional, por meio de votação nominal, o novo presidente tomou posse em sessão conjunta das duas Câmaras que integram o Poder Legislativo Federal. Estavam presentes todo o Ministério, numerosos governadores estaduais e

todas as missões diplomáticas acreditadas junto ao nosso governo. Ao ouvir do Senador Auro de Moura Andrade a declaração de que estava empossado na presidência, o Marechal Castelo Branco foi entusiasticamente aplaudido pelo plenário e pelas galerias. Levantou-se, então, para agradecer os aplausos, com ligeiros acenos de cabeça. Mas logo se perfilou, porque uma banda militar dava início à execução do Hino Nacional. Nesse mesmo momento, por todo o país repicavam os sinos das igrejas e soavam buzinas de toda a espécie de veículos, anunciando aos brasileiros que uma etapa nova começava na vida republicana. Naquele momento, entre tantas e tão expressivas manifestações, reacendiam-se as esperanças dos brasileiros, desejosos de ver a nação entrar numa fase de trabalho, ordem e tranquilidade, sem agitações ou divisões.

As palavras que o novo presidente da República dirigiu ao povo brasileiro, ao empossar-se, foram bastante afirmativas. Entre outras coisas, declarou o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco: O remédio para os malefícios do esquerdismo não será o do estabelecimento de uma direita reacionária, mas sim o das reformas sociais, necessárias e urgentes. Fará o governo da lei, voltado para o futuro do país, e passará a faixa presidencial, no dia 31 de janeiro de 1966, ao seu sucessor, eleito em pleito livre, em outubro de 1965, pois quer ser um fiel servidor da Constituição. (...) Disse que o movimento que o levou ao poder não foi um mero golpe de estado, mas sim uma revolução destinada a assegurar o progresso nacional, sem renegar o passado. A vocação brasileira é a do governo da maioria, com respeito aos direitos das minorias¹³⁶.

A posse de Castelo Branco foi colocada de forma bastante entusiasmada pela *Manchete*. A promessa de uma nova etapa na vida do país foi colocada como uma esperança envolta de grande expectativa. Além disso, o texto ressaltou uma grande participação e comemoração por parte do povo brasileiro, o que não é comprovado historicamente. A eleição de Castelo Branco havia ocorrido de forma indireta, sem nenhuma participação dos eleitores. O Marechal também não era uma figura de amplo conhecimento público, até a instalação do golpe. Por essas razões, é “estranho” que tenham ocorrido grandes manifestações populares acerca da posse do presidente.

A ditadura militar criou o Serviço Nacional de Informações, colocado de forma bastante positiva pela *Manchete*:

O ministério invisível

¹³⁶ Manchete. Rio de Janeiro. Editora Bloch, nº 627. 25/04/1964 . p.6-17.

Lêdo Ivo revela o mundo secreto do órgão criado pela revolução para que o presidente saiba o que cada brasileiro está fazendo

(...) É nesse mundo secreto que está nascendo um ministério invisível, o Serviço Nacional de Informações. Ao contrário do que se pensou no primeiro momento, não será um FBI nem tampouco uma repartição de propaganda e censura governamental, como o antigo DIP da ditadura Vargas. A finalidade do novo serviço, segundo o projeto encaminhado ao Congresso, é manter o presidente da República adequada e permanentemente informado tanto sobre a segurança nacional como sobre a política administrativa e econômico-social do governo. Vai competir-lhe, especialmente: 1) Assessorar o presidente da República na orientação e coordenação das atividades de informação e contrainformação afetas aos ministérios, serviços autônomos e entidades paraestatais. 2) Estabelecer e assegurar, tendo em vista a complementação do sistema nacional de informação e contrainformação, os necessários entendimentos e ligações com os governos dos estados, com entidades privadas e, quando for o caso, com as administrações municipais. 3) Proceder, no mais alto nível, à coleta, avaliação e integração das informações, em proveito das decisões do presidente da República e aos estudos e recomendações do Conselho de Segurança Nacional, assim como das atividades de planejamento a cargo da Secretaria-Geral desse conselho. 4) Promover, no âmbito governamental, a difusão adequada das informações e das estimativas decorrentes.

(...) A estrutura do novo órgão, segundo o projeto de lei remetido ao Congresso pelo governo, e a ser aprovado dentro de alguns dias, não se inspira particularmente em nenhuma instituição internacional semelhante e consolida, desenvolve e atualiza a doutrina de segurança e a estratégia da paz dos técnicos brasileiros. (...) Lidando com pessoas, fatos ou qualquer coisa relacionada ou envolvida com a política administrativa, o Serviço Nacional de Informações dará ao presidente da República a imagem exata de determinada realidade. Relatará a verdade sobre pessoas, anomalias ou circunstâncias. (...) Que é contrainformação? São todas as medidas que devem ser tomadas para impedir, neutralizar, obstruir ou diminuir a possibilidade de alguém não capacitado apossar-se de informação capaz de por em risco a segurança nacional¹³⁷.

Criado para atuar como os olhos da gestão presidencial, o Serviço Nacional de Informações é a síntese de um órgão federal que prioriza as informações sigilosas numa gestão pública, concedendo ao chefe de Estado a primazia do controle de todo conhecimento

¹³⁷ Manchete. Rio de Janeiro. Editora Bloch, nº 634. 13/06/1964. p.102,103.

político, jornalístico e administrativo no território nacional. Na estrutura do SNI o chefe tinha status de ministro. Seu poder de ação e decisão era imenso e de suas apreciações poderiam emanar atitudes do presidente das mais diversas, desde mandar investigar um suspeito, até expurgá-lo do país. O SNI coordenava as atividades de forma centralizadora absorvendo as informações provindas de todos os escritórios e agências, catalogando-as, processando-as, separando informações, e enviando aos escritórios competentes para posterior utilização ou arquivamento.

Murilo Melo Filho explica o plano econômico-financeiro do ministro Roberto Campos:

Para o ministro Roberto Campos, o Brasil tem condições de superar, em curto prazo, a estagnação e o retrocesso que atingiram a nossa economia nos dois últimos anos e retomar de maneira mais orgânica e sustentável o ritmo de desenvolvimento experimentado entre 1947 e 1961. E o que é mais importante: essa perspectiva, para se concretizar, dependerá basicamente do nosso próprio esforço. Para o titular do Planejamento, o auxílio externo deve ser fruto do reconhecimento, por outros países, da viabilidade de nosso projeto de desenvolvimento, e não uma concessão relutante, conseguida à custa de chantagens políticas. (...) Continua o Ministro Roberto Campos: “A posição do atual governo é a de que o Brasil, antes de pedir auxílio externo, deve auxiliar-se a si mesmo, aumentando sua taxa de poupança, a fim de financiar internamente a maior proporção possível de investimentos. O que sucedeu no passado, apesar da tão propalada autodeterminação, foi exatamente o contrário. Trinta e seis por cento do endividamento externo do país foram contraídos nos três últimos anos. Quer dizer, nossa dependência do setor externo aumentou enormemente, em vez de diminuir”. (...) Acha o ministro do Planejamento que o Brasil conseguirá, a curto prazo, retomar o ritmo de crescimento industrial que havia declinado de uma taxa de 9,6% a.a., no período de 1947-61, para 6% em 1962 e 0,7% em 1963. O esforço inicial do governo tem sido no sentido de retomar o crescimento, numa economia estagnada. O segundo esforço será acelerar esse crescimento. (...) Para o Ministro Roberto Campos o governo do Presidente Castelo Branco é o primeiro a formular, em seu programa, uma clara doutrina de distribuição de renda que prevê a plena participação dos assalariados no crescimento da renda oriunda do desenvolvimento do país. (...)

O Ministro Roberto Campos conclui com uma reflexão, que é ao mesmo tempo um apelo e uma tomada de consciência: “O governo se esforça para dar ao Brasil as dimensões de sua grandeza e a consciência de suas dificuldades. A Revolução se expressará, daqui por diante, por um impulso de desenvolvimento e por uma austeridade de administração. É de se esperar que, paralelamente, ocorra um

amadurecimento da vida política nacional, a fim de que o nosso projeto de crescimento econômico e de justiça social não seja truncado pela incompetência, pela demagogia e pela má-fé¹³⁸.

O então ministro do Planejamento Roberto Campos, expõe os problemas econômicos do país como resultado direto dos últimos anos de governo, culpando o ex-presidente João Goulart pela suposta má gestão. Além disso, o político convocou os leitores a acreditar nas propostas do governo militar para a economia e crescimento do país. Em outra reportagem, o político expõe de forma detalhada o Programa de Ação do Governo Revolucionário, também chamado de PAEG.

O programa da Revolução para 3 anos

O programa de Ação do Governo Revolucionário, elaborado pelo Sr. Roberto Campos, ministro do Planejamento, e entregue esta semana ao Presidente Castelo Branco, estabelece, em 820 páginas, a estratégia de recuperação da economia e do desenvolvimento do Brasil. Resultado de 115 dias de trabalho de uma equipe de 60 técnicos, reúne e coordena as medidas administrativas e legislativas necessárias à consecução dos objetivos globais do governo. (...) Há, assim, programações setoriais para educação, energia elétrica, saúde, implantação de uma nova política agrária, com a colonização e a reforma em áreas de grande tensão social, captação e absorção de investimentos estrangeiros (de empréstimos e riscos), transporte, habitação, política de empregos, comércio exterior. Certas medidas econômicas e financeiras eram tão urgentes que o governo já as adotou. O reescalonamento das dívidas externas do país está concluído. Os instrumentos legais necessários à captação e absorção de capitais estrangeiros acham-se em adiantada tramitação legislativa, o mesmo ocorrendo com a política bancária, baseada na institucionalização do sistema financeiro. O Congresso aprovou o Plano Nacional de Habitação. A política salarial está em execução. Além disso, foram retomados os acordos do Programa Aliança Para o Progresso, paralisados durante o governo Goulart, e assinados uns no montante de 132 milhões de dólares, enquanto outros estão em estudos¹³⁹.

A política salarial implantada pelos militares teve seus pilares em três objetivos: (a) combater o processo inflacionário; (b) disciplinar o mercado de trabalho, evitando que os

¹³⁸ Manchete. Rio de Janeiro. Editora Bloch, n° 646. 05/09/1964. p.110-111.

¹³⁹ Manchete. Rio de Janeiro. Editora Bloch, n° 643. 15/08/1964.p.12.

conflitos entre o capital e o trabalho extrapolassem o ato de compra e venda da mercadoria força de trabalho; (c) estimular as demandas setoriais de alguns bens (eletrodomésticos, eletroeletrônicos, automóveis, etc.) em detrimento dos bens-salários, dirigindo a acumulação de capital numa certa direção. Sobre um ponto de vista claro, o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) só reconhecia o primeiro motivo, na medida em que apontava como resultado da inflação: (a) os déficits públicos; (b) a expansão do crédito; (c) o crescimento dos salários em proporção superior ao aumento da produtividade.

No lado oposto, estava a Lei 4725/65, que instituiu a política salarial do PAEG. De acordo com o plano, a intervenção no mercado de trabalho deveria durar três anos, isto é, a obtenção do controle inflacionário estava em tempo considerado bastante para o planejamento feito. As reportagens da *Manchete* com o então ministro do Planejamento Roberto Campos, eram bastante otimistas, e muitas vezes omitiam informações sobre a real situação econômica do país e as consequências das ações do governo militar sobre a economia da nação. Os textos traziam uma grande expectativa acerca do PAEG, ressaltando os frequentes empréstimos que o governo estava adquirindo para “resolver” os problemas da nação, além de trazer críticas às medidas econômicas que haviam sido implantadas durante o governo João Goulart.

Embora não tenha sido tratada pela revista *Manchete*, a Lei de Remessa de Lucros, nº 4131/62, foi um importante acontecimento do governo Castelo Branco. Esta lei foi um dos principais temas da campanha eleitoral de 1960, ao lado do debate sobre a reforma agrária. Originária de um projeto apresentado na Câmara, pelo deputado Sérgio Magalhães, mas de ideia do economista Gilberto Paim, a lei foi aprovada pelo Congresso e o texto foi à sanção do presidente João Goulart, que não vetou ou sancionou, devolvendo assim a matéria ao Poder Legislativo. O presidente do Congresso, na época, o senador Auro Moura Andrade, a promulgou e a lei entrou em vigor, mas ainda exigia a regulamentação por decreto. Jango teve que fazê-lo. A lei 4131/62 foi alterada pela 4390/64, redigida pelo ministro do Planejamento Roberto Campos. A diferença entre uma e outra é pequena. A primeira restringia a remessa a 10% dos lucros anuais das empresas estrangeiras obtidos no país. A segunda apenas elevava esse percentual para 12%. A igualdade de tratamento aos capitais brasileiros e estrangeiros permaneceu. E permanece até hoje¹⁴⁰.

¹⁴⁰ DOU 27/09/1962 pág. 10075. ANDRADE, AURO MOURA
<http://www.bcb.gov.br/pre/leisedecretos/Port/lei4131.pdf> - <http://tribunadainternet.com.br/lei-de-remessa-de-lucros-e-o-instrumento-para-conter-a-lavagem-de-dinheiro/>

A ideia básica norteadora da Lei 4725/65 é que a política salarial não deve servir para "elevar a media dos salários reais, os quais só poderiam ser elevados pelo aumento da produtividade e aceleração do desenvolvimento" ¹⁴¹

Os resultados, oriundos da política salarial, estabelecida pela Lei 4725/65, foram completamente diferentes daqueles propostos naquela legislação, ou seja, não houve sustentação do salário real médio, pois a estimativa da inflação entre os reajustes era sempre subestimada pelo governo, tendo perdas salariais cumulativas e crescentes. Essa lei, promulgada também nesse período, não foi citada pela revista *Manchete*.

Sobre a questão político-eleitoral, *Manchete* noticiou:

O primeiro teste da revolução

O país marcha finalmente para as eleições a 3 de outubro. As impugnações retardaram a campanha em alguns estados, sobretudo na Guanabara e em Minas, onde os candidatos da oposição tiveram que ser escolhidos praticamente na boca das urnas. Nos próximos vinte dias, o rush das candidaturas procurará sensibilizar, em todos os estados, as grandes faixas do eleitorado indeciso e flutuante. Isto quer dizer que haverá mesmo eleições.

Em onze estados serão eleitos novos governadores ainda sob o voto direto. A reportagem ainda trouxe um panorama dos onze estados e um breve perfil dos seus respectivos candidatos¹⁴².

Mesmo com o expressivo resultado das eleições, onde candidatos da oposição foram vitoriosos nas urnas, *Manchete* saiu em defesa do presidente, alegando que seu poder e prestígio não haviam sido abalados com as eleições. O que na realidade aconteceu, foi uma grande represália em forma de Ato Institucional Os partidos políticos foram extintos e implantou-se o bipartidarismo no país. A partir do AI-2 a política brasileira viu-se restrita a dois partidos, a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Em fevereiro de 1966 o Ato Institucional Número 3 impôs eleições indiretas também para governador e continuou com as cassações e o fechamento do congresso. Posteriormente foram promulgadas a Lei de Segurança Nacional, que praticamente tornou

141 Sabóia, 1985 P. 167 SABÓIA, J. Política salarial e distribuição de renda. CAMARGO & GIAMBIAGI, (Orgs.). Distribuição de renda no Brasil; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.p.167.

142 Manchete. Rio de Janeiro. Editora Bloch, nº 702. 02/10/1965.p.42-43.

todos os cidadãos suspeitos, ativa ou passivamente e a Lei de Imprensa, com restrições brutais à liberdade de informação, onde toda a denúncia contra o presidente, fundamentada ou não era considerada ilegal.

Como resultado das eleições diretas ocorridas durante seu governo, o presidente Castelo Branco decretou o segundo Ato Institucional.

O 2º Ato e os fatos.

Murilo Naquela madrugada, insones e tresnoitados, os ministros davam os retoques finais ao texto do novo Ato Institucional, rascunhado pelo jurista Nehemias Gueiros. Um assessor aproximou-se de um deles e perguntou: “Será que os senhores não estão arriscando muito?” A resposta foi imediata: “Risco muito maior correríamos nós se não promulgássemos logo esse Ato...”.

Dissolvidos todos os partidos políticos, a tendência do governo é instituir um sistema bipartidário, como nos Estados Unidos.

A eleição presidencial pelo voto indireto e a reorganização partidária colocaram em bases novas o problema das candidaturas. A impressão dominante em Brasília, em horas tão dramáticas, era exatamente esta: o presidente da República e seu governo poderiam até ser depostos e ultrapassados se continuassem resistindo às sugestões para o revigoramento de seus poderes. As hesitações e os escrúpulos jurídicos foram então vencidos pelo instinto comum de sobrevivência. E agora? Enfeixando em suas mãos poderes excepcionais, o Marechal Castelo Branco cuida de dar-lhes consequências e desdobramentos¹⁴³.

O objetivo principal era assegurar a incorporação dos Atos Institucionais, decretos e leis que já haviam sido baixados desde 1964. Ao fim de 1966, o governo publicou o projeto de uma nova constituição e, por conta disso, logo recebeu os mais variados protestos dos representantes do Poder Legislativo. Para evitar maiores alardes, o governo editou o AI-4, em 12 de dezembro de 1966. Por meio deste, convocou todo o Congresso Nacional em sessão extraordinária para votar, discutir e promulgar uma nova constituição em ritmo de trabalho acelerado. Sem dúvida, a urgência da ação seria fundamental para que tais leis fossem

¹⁴³ *Ibidem*.p.14, 15, 16, 17, 18, 19.

discutidas sem o devido cuidado. Além disso, devemos nos lembrar de que a possibilidade de perda do mandato também impedia qualquer reforma maior no texto original.

Manchete noticiou o fechamento do Congresso Nacional:

Quem voltará ao Congresso?

As Forças Armadas desembarcaram na Praça dos Três Poderes para decretar o recesso da crise que se prolongava por sete dias de outubro

Qualquer resistência foi considerada impossível diante daquela ocupação fulminante. Durou pouco mais de cinco minutos a ocupação do Congresso. Os soldados e oficiais locomoveram-se com surpreendente rapidez e inesperada mobilidade, ocupando imediatamente todos os seus postos-chave. A escuridão no interior do prédio era absoluta. A energia fora cortada e os geradores foram imobilizados. A única luz do ambiente vinha das poucas velas que puderam ser acesas ou então dos caminhões militares, cujos holofotes também se assestaram sobre a Câmara. Houve alguns atritos e incidentes, naturais e inevitáveis em momentos como aqueles, pois não é todo dia que deputado sai da Câmara daquele jeito¹⁴⁴.

Segundo Jorge Ferreira¹⁴⁵, o governo obrigou todos os políticos a se enquadrarem em duas novas legendas: a Arena (Aliança Renovadora Nacional), pró-ditadura, que recebeu os quadros da UDN, e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), no qual se agruparam os restos de PTB e PSD. “Com vários deputados de centro e esquerda cassados, na prática quem dava as cartas era o governo, ou seja, a Arena”. As cassações de parlamentares prosseguiram em 1965 e 1966. Em outubro de 1966, houve certa “reclamação” por parte de algumas lideranças do Congresso. Em represália, Castello Branco decretou recesso parlamentar por um mês. O mandato de Castello Branco iria até 1967, e o fechamento do Congresso deixava claro, que os parlamentares não participariam da escolha do novo presidente, mas aceitariam a escolha de um sucessor militar.

Numa das poucas reportagens divulgadas sobre o assunto, *Manchete* falou sobre a possível formação de uma Frente Única.

¹⁴⁴ Manchete. Rio de Janeiro. Editora Bloch, nº 757. 29/10/1966. p.12.

¹⁴⁵ FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (orgs.). O Brasil republicano v.3. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Castelo contra a Frente única

Nunca um governo tão combatido se considerou tão forte quanto este presidido pelo Marechal Castelo Branco. Uma Frente Única está praticamente constituída, na base de forças heterogêneas, que até a poucos meses se entredevoravam, mas que hoje, banidas e marginalizadas, dentro e fora do país, sentiram a necessidade de esquecer o passado, para cuidar do presente pouco animador e do futuro algo difícil. (...) As bases de formação dessa Frente Única conseguiram consolidar-se bastante nesses últimos dias. Os emissários cruzaram-se entre Montevideú e o Rio, com ligeiras passagens por São Paulo. O SNI que agora se entrosou mais ainda com o DFSP, onde foi colocado o Coronel Leitão, da íntima confiança do General Golbery, acompanhou todos os passos desses emissários, localizou todos os encontros e redigiu minuciosos relatórios ¹⁴⁶.

Assunto de várias reportagens da *Manchete*, a “Frente Ampla” foi muitas vezes tratada com deboche, indiferença e desconfiança pelos jornalistas. Os líderes políticos eram “acusados” de estar no ostracismo, e que estariam usando o movimento para voltar a cena política. Carlos Lacerda é acusado de oportunismo, por causa da conturbada relação com Juscelino Kubistchek, Jânio Quadros e João Goulart. Segundo *Manchete* a “frente ampla” pretendia somar prestígios, esforços, apoios populares, solidariedades e dedicações pessoais, com o objetivo de mudar os rumos políticos do país. Mas julgava ser impossível a organização dessa frente, quer pela reunião dos contrários, quer pela resistência do governo. Além disso, os políticos participantes ainda estavam envolvidos em agravos, ressentimentos, queixas e injustiças cometidas uns contra os outros.

Outro ponto que a *Manchete* procurava deixar bem claro era que os comunistas estavam afastados de quaisquer cogitações. Em outras reportagens analisadas, a revista sempre ressaltava a presença de Juscelino Kubistchek e duvidava que nomes como Ademar de Barros, Miguel Arraes e Leonel Brizola, viessem a participar do movimento. O governo procurava estar ciente de todos os passos dos políticos. De acordo com *Manchete*, O Serviço Nacional de Informações acompanhava os passos dos articuladores, ficando na escuta de alguns telefones. O principal objetivo era impedir que, na onda da Frente, alguns líderes

¹⁴⁶ Edição de 10 de Setembro de 1966. p. 26-27

cassados conseguissem fazer pronunciamentos políticos. “*Os altos comandos militares e o ministro da Justiça entendem que a possível participação de Jango e Brizola empresta ao assunto as características de revanchismo e subversão*” afirmava o texto de Murilo Melo Filho¹⁴⁷. Vemos como *Manchete* tratou a imposição de uma Constituição antidemocrática:

Congresso – As últimas batalhas

Parlamentares em fim de seu traumatizado mandato reúnem forças para se opor a nova Carta e a Lei de Imprensa

Chega ao fim um dos mais traumatizados Congressos de toda a história política brasileira. Os homens de 31 de março despojaram-no de muitos dos seus poderes e prerrogativas, podaram-lhe as bancadas, reduziram suas competências e atribuições, enfim, cobraram um preço muito alto para conservá-lo aberto. Legitimaram-no, é verdade, mas à custa de muitas transigências e concessões. Alguns dos seus deputados mais ativos e influentes foram cassados. Outros preferiram não se candidatar à reeleição. Outros mais não conseguiram reeleger-se. Assim, quase metade dos que iniciaram o mandato há quatro anos não voltarão a este plenário na primeira semana de fevereiro, quando se instalar o novo Congresso, que talvez tenha mais sorte do que o atual. Ele chega aos seus últimos dias mal conseguindo arrastar-se sobre as próprias pernas. E foi capengando que teve de reunir suas derradeiras forças para tentar, in extremis, uma resistência nas batalhas da nova Constituição e da Lei de Imprensa. Cercado por um círculo de fogo, sem condições políticas ou militares, seria ilusório esperar uma vitória nessa luta. E, realmente, pouco se obteve além de pequenas conquistas, através de emendas que abrandaram o autoritarismo de certos artigos e capítulos. O governo cedeu diante dos clamores surgidos no país e no estrangeiro. Mas foi um recuo tático, porque o texto efetivamente importante para o Marechal Castelo Branco não é nem a Constituição nem a Lei de Imprensa, mas sim a Lei de Segurança Nacional, que não dependerá nem deste nem do próximo Congresso, pois será promulgada através de decreto. Seus autores estão reunidos na Escola Superior de Guerra e no EMFA, que sob a supervisão do ministro da Justiça, investem-se, também, na difícil missão de legislar¹⁴⁸.

Embora tenha sido um dos fatos mais marcantes ocorridos durante o governo Castelo Branco, a Constituição Brasileira outorgada em 24 de janeiro de 1967 e que entrou em vigor

¹⁴⁷ Edição de 01 de Outubro de 1966. n° 754. Ano 14. p.16-20

¹⁴⁸ *Manchete*. Rio de Janeiro. Editora Bloch. 28/01/1967. n° 771.p.17.

no dia 15 de março, foi tratada pouquíssimas vezes pela revista. Esta foi a única reportagem encontrada em que a Carta é citada, e de forma bem rápida e pouco esclarecedora.

A Constituição Brasileira de 1967 foi outorgada em 24 de janeiro de 1967 e entrou em vigor no dia 15 de março de 1967. O Congresso Nacional, transformado em Assembleia Nacional Constituinte e já com os membros da oposição afastados, elaborou, sob pressão dos militares, uma Carta Constitucional semi-outorgada que buscou legalizar e institucionalizar o regime militar.

No dia 6 de dezembro de 1966 foi publicado o projeto de constituição redigido por Carlos Medeiros Silva, ministro da Justiça, e por Francisco Campos. Como houve protestos por parte da oposição e da Arena, em 7 de dezembro o governo editou o AI-4, convocando o Congresso Nacional de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967 para discutir e votar a nova Constituição. Enquanto isso o governo poderia legislar com Decretos-Leis sobre segurança nacional, administração e finanças. Junto com a nova Carta, o governo divulgou o Decreto-Lei 314, que estabelecia a Lei de Segurança Nacional.

Segundo Maria Helena Moreira Alves, a Constituição de 1967 legalizava muitas excepcionais decretadas nos atos institucionais e complementares. Modificada em 1969, ela fornecia ao Estado de Segurança Nacional os fundamentos de uma ordem política institucionalizada. Em algumas de suas seções mais importantes, a Constituição de 1967 regulamentava a separação de poderes e os direitos dos estados na federação, definia o conceito de Segurança Nacional, caracterizava os direitos políticos e individuais e institucionalizava o modelo econômico¹⁴⁹.

A Lei Nº 4.725 de 13 de Julho de 1965, conhecida como “Lei do arrocho salarial”, a Lei Nº 4.131, de 3 de Setembro de 1962, popularizada como a “Lei de remessa de lucros” e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, criado pela Lei 5.107 de 19/09/66, não foram citados pela revista *Manchete* no referido período dessa pesquisa.

Diante disso, recorreremos a teoria da Análise do Discurso para tentar entender as possíveis causas de um silenciamento por parte da grande mídia diante de alguns assuntos específicos.

Para Brandão (2010), a análise do discurso só pode ser desenvolvida a partir de um estudo prévio da língua, da linguagem, dos signos ideológicos, como fenômenos interativos, resultantes da produção social. Nesse sentido, tudo o que é exterior ao texto, requer também

¹⁴⁹ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes.1984.p.105.

atenção e reflexão, já que todos os elementos estão carregados de interpretação. A autora ressalta ainda as relações que se estabelecem entre o locutor, o enunciado e o mundo em que ele está inserido, além de destacar o contexto de produção do discurso como marca fundamental no trabalho de análise. Tudo o que é dito, depende diretamente das condições de produção do que foi dito.

Essa manobra camufladora vai fazer com que o discurso, e de modo especial e marcadamente ideológico, se caracterize pela presença de “lacunas”, “silêncios”, “brancos” que preservem a coerência de seu sistema¹⁵⁰.

Tal comportamento mostra-se a serviço de um determinado sistema político de dominação, da mesma forma que o discurso tem sido utilizado como ferramenta de cooptação e aceitação de ideias e valores. Dessa forma, além do discurso ideológico, a análise do discurso também trabalha com o silêncio e com o não-dito. Para isso, deve ser analisado todo o contexto interior e exterior ao texto, suas condições de produção, o período histórico-social em que ele foi produzido, por quem ele foi produzido e com quais interesses.

Assim, há uma heterogeneidade que é constitutiva do próprio discurso e que é produzida pela dispersão do sujeito. Essa heterogeneidade, entretanto, é trabalhada pelo locutor de tal forma que, impulsionado por uma “vocalização totalizante” faz com que o texto adquira, na forma de um concerto polifônico, uma unidade, uma coerência, quer harmonizando as diferentes vozes, quer “apagando” as vozes discordantes¹⁵¹.

Dentro da análise do discurso, o “não-dito” tem igual importância a tudo o que é colocado claramente no texto. A ausência de falas, dentro de determinados contextos, também é percebida carregada de sentidos e intenções. Esse princípio, limitaria o acesso ao discurso, sua proliferação, e tudo o que poderia representar perigo para quem profere. Através do que foi dito é sempre possível se chegar ao não dito, cujas pressuposições e implicações estão contidas de forma velada ou camuflada em qualquer discurso. Tais premissas fazem parte da organização interna do enunciado, pode deixar não-expressa uma afirmação que é necessária para a compreensão ou a coerência do enunciado, criando assim uma lacuna no encadeamento das proposições explícitas.

Vale lembrar que há outra forma de se trabalhar o não-dito na análise do discurso. Trata-se do silêncio. Este pode ser pensado como a respiração da significação, lugar

¹⁵⁰ Ibidem, p.22.

¹⁵¹ Ibidem, p.83.

de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. É o silêncio como horizonte, como iminência de sentido. Esta é uma das formas de silêncio¹⁵².

Orlandi observa que a noção de silêncio não pode ser confundida com o implícito. Ao contrário do implícito (não-dito), que significa por referência ao que foi dito, o silêncio não precisa ser referido ao dizer para significar. O silêncio significa, não fala. Nesse sentido, a autora reafirma que a matéria significativa do silêncio é diferente daquela da linguagem verbal, abrindo uma discussão as diferentes formas do silêncio no processo de significação.

A constituição do sentido é socialmente construída. A aparente monossímia de uma palavra ou enunciado é fruto de um processo de sedimentação ou cristalização que apaga ou silencia a disputa que houve para dicionarizá-la. “O sentido não existe em si mesmo. Ele é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo histórico no qual as palavras são produzidas”¹⁵³.

Ultima Hora

A partir desse momento nos propomos a apresentar algumas matérias editadas pelo jornal *Ultima Hora*. Como já vimos, esse jornal de esquerda foi perseguido antes e depois do golpe. Vejamos como este veículo de comunicação relatou os acontecimentos mais importantes, já apresentados também pela revista *Manchete*.

O Ato Institucional Nº1 foi uma das primeiras medidas do governo ditatorial e foi através desse dispositivo que o golpe pôde legitimar-se e por em prática seu plano político para o país.

Comando Supremo da Revolução baixou ontem o Ato Institucional

A proclamação, pelo alto comando da revolução, do Ato Institucional, foi feita ontem, em cerimônia realizada no Salão Nobre do Ministério da Guerra, presentes os três ministros militares e quase todos os oficiais-generais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, com exército no Estado da Guanabara.

¹⁵² ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso*. 8ª Edição. Campinas, SP: Pontes, 2009, p.83.

¹⁵³ PECHÊUX, apud BRANDÃO, 2010, p. 62.

O ministro da Guerra, general Costa e Silva, havia convocado a imprensa e as emissoras de rádio e televisão para o ato histórico. Às 17:35 horas foi iniciada a solenidade. O general Sizen Sarmento, chefe do gabinete do ministro da guerra, ocupando dois microfones das emissoras de rádio e tv, leu a proclamação, através da qual o alto comando militar baixou o Ato institucional.

Terminada a solenidade, o ministro Costa e Silva, em rápidas declarações à imprensa, salientou que o ato institucional era medida indispensável para “institucionalizar a revolução”. Disse, ainda, que o Ato representa implantação de uma Nova República e que o alto comando da revolução espera contar, mais uma vez, com a compreensão e com a ajuda do povo.¹⁵⁴

O jornal limitou-se a descrever os fatos. Não podia fazer análises nem críticas mais profundas, pois se encontrava sob censura e vigilância. Ao mesmo tempo, reproduziu o texto do Ato Institucional Número 1 na íntegra porque queria o povo tive ciência de tudo o que estava acontecendo. E assim acontece com várias outras matérias, como segue:

Castelo assume presidência pregando reformas e justiça

“Na singular significação desta solenidade cívica e quando milhões de compatriotas nos animam com a sua confiança e suas esperanças, desejo assegurar que o juramento agora proferido perante os augustos representantes da Nação, encerra muito mais do que a fórmula ritual: contem a reiteração de sentimentos e ideias que nos acompanham e inspiram desde os dias da juventude” – disse ontem o marechal Castelo Branco, ao ser empossado na presidência da República, pelo Congresso Nacional. (...)

Exatamente às 15:17 horas de ontem, o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco prestou, perante o Congresso Nacional, o compromisso de posse para a presidência da República.¹⁵⁵

Na seleção dos fatos que publica, o jornal procura se posicionar, mesmo quando não faz um ataque direto as ações governistas. Lembrando que o veículo estava sob censura e constante vigilância. Dentro do próprio texto, o jornal procura nas “entrelinhas” mostrar ao leitor as atitudes arbitrárias que o governo vinha tomando naquele momento político, como

¹⁵⁴ Última Hora. Editora Última Hora S/A. Rio de Janeiro. 10/04/1964. Ano 13. Nº 1.274.p.4 .

¹⁵⁵ Última Hora. Editora Última Hora S/A. Rio de Janeiro. 16/04/1964. Ano 13. Nº 1.278.p.4

foi o caso da criação do Serviço Nacional de Informações, projeto amplamente rejeitado no Congresso.

Aprovada sem Emendas criação do SNI

Contra os votos de representantes do PTB, que tentaram, sem êxito, retardar a votação, a Câmara dos Deputados discutiu, votou e aprovou, em apenas 48 horas, as principais matérias enviadas pelo Poder Executivo na primeira quinzena deste mês: o projeto de criação do Serviço Nacional de Informações e o que eleva o teto para emissão de Letras do Tesouro e altera o Imposto de renda. (...) Ao se votar o projeto de criação do SNI, com a rejeição de todas as emendas pela maioria, que manteve o projeto originário do Executivo, o Deputado João Herculino (PTB-MG) denunciou o “rolo compressor” utilizado pela bancada do Governo, declarando: __ A Minoria, doravante, responsabilizará a maioria pela aprovação desse projeto, pela existência dessa lei, que julgamos altamente comprometedora para as liberdades públicas e para o regime democrático¹⁵⁶.

No que diz respeito a medidas de caráter econômico, o jornal noticiou a Lei de Remessa de Lucros, ignorada pela *Manchete*. Anteriormente rejeitada, esta, é agora alterada como uma demonstração do autoritarismo que estava prevalecendo naquele momento.

Bulhões anuncia modificações na Lei de Remessa de Lucros

O Ministro Octávio Gouveia de Bulhões, disse, em São Paulo, falando em um programa de televisão, que a Lei de Remessa de Lucros vai ser modificada. A informação, embora anunciada oficialmente pela primeira vez, não é novidade. Há vários dias, e em várias oportunidades, temos informado, nesta página, que já está pronto, e entregue ao Presidente Castelo Branco, o estudo feito pela assessoria do Ministério do Planejamento, modificando inteiramente a disciplina da remessa de lucros.

A novidade, nas declarações do Ministro da Fazenda, reside no ressuscitamento do projeto do Senador Mem de Sá, proposição que o Congresso rejeitou para aprovar um projeto enviado à Câmara dos Deputados pelo Governo, e regulamentado, mais tarde, pelo Ministro Carvalho Pinto¹⁵⁷.

A Lei de Remessa de Lucros, nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, foi alvo de várias polêmicas e discussões no congresso. Em 1961, o deputado Sérgio Magalhães apresentou

¹⁵⁶ Última Hora. Editora Última Hora S/A. Rio de Janeiro. 28/05/1964. Ano 13. Nº 1.396.p.4

¹⁵⁷ Última Hora. Editora Última Hora S/A. Rio de Janeiro. 15/06/1964. Ano 13. Nº 1.414.p.4

projeto de lei à Câmara. O anteprojeto que o parlamentar assinou e terminou sendo aprovado, na realidade era de autoria do economista Gilberto Paim. Votado na Câmara, foi para o Senado. A exposição de motivos era sustentada com exemplos das leis em vigor nos próprios países desenvolvidos, a começar pelos Estados Unidos. A redação final foi para as mãos do presidente João Goulart. Em 1962, Jango não sancionou nem vetou a lei. Esta, então, teve que ser promulgada pelo presidente do Congresso Nacional, o então senador Auro Moura Andrade. A lei foi revogada durante a ditadura militar. Os termos da lei consideravam como capital nacional os lucros obtidos em atividades no Brasil e estabelecia o limite de remessas para o estrangeiro em 10% do total do capital registrado das empresas. Com a mudança, não existiria mais um limite para o controle de remessas. É importante salientar que apesar de subservientes aos interesses dos Estados Unidos, a Câmara, mesmo expurgada, ainda tentava, resistir, pois a votação foi apertada.

CNTI: __ Vetos de Castelo fazem pior “Lei do Arrôcho Salarial”

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria considera que os vetos apostos pelo Marechal Castelo Branco à chamada “lei do arrocho salarial” tornaram ainda mais rígida a política do Governo naquele setor. A CNTI, como parte da campanha para derrubada dos vetos, pediu ao Marechal que declare ao Bloco Parlamentar Revolucionário considerar “questão aberta” a apreciação dos vetos. (...) Em nota distribuída à imprensa, ontem, a Diretoria da CNTI salienta que “os vetos tornaram a política salarial do Governo ainda mais rígida, porque suprimem as possibilidades de abrandamento previstas no plano econômico que vem sendo aplicado. Essas possibilidades __ acentua a nota ___ foram totalmente afastadas”¹⁵⁸.

Já comentada anteriormente, a “Lei do arrocho salarial” não foi citada pela revista *Manchete*. Embora curta, a notícia enfatiza a responsabilidade do governo Castelo Branco na piora das condições dos trabalhadores. Menos de um ano após o golpe de 1964 os militares já implantavam o Plano de Ação Econômica (PAEG). Sob o pretexto de combater a inflação e o déficit fiscal o governo elevou vigorosamente os juros e aumentou as tarifas públicas, o que provocou de imediato, recessão e desemprego, além de elevar o custo de vida e gerar falências de pequenas e médias empresas. O “combate à inflação” buscava justificar o arrocho salarial, mas o objetivo central era baixar rapidamente o custo do trabalho para os patrões e aumentar rapidamente os lucros. Os sindicatos foram um dos primeiros alvos dos militares. Nos dois

¹⁵⁸ Última Hora. Editora Última Hora S/A. Rio de Janeiro. 14/07/1964. Ano 13. Nº 1.586.p.4

primeiros anos da ditadura, sessenta e três líderes sindicais tiveram seus direitos cassados, além da intervenção direta no Ministério do Trabalho em várias confederações e sindicatos de trabalhadores.

Com todo esse clima de insatisfação na classe trabalhadora, vimos a vitória dos candidatos da oposição. O que iria gerar outros desdobramentos na política nacional.

Candidatos do povo vencem as eleições

As forças populares vencem de ponta a ponta as eleições, liderando a votação em nove dos 11 estados governadores. A UDN, coligada com outros partidos, consegue apenas alguma vantagem no Paraná, com Paulo Pimentel (candidato do governador Nei Braga), e na Paraíba, com João Agripino.

Maioria esmagadora

O candidato da oposição na Guanabara, Negrão de Lima, terminou o primeiro dia de apuração com maioria absoluta dos votos cariocas. Em 1.950 urnas apuradas no Maracanã, ao fim da tarde, já virtualmente vitoriosos, os partidários da coligação oposicionista passaram a comemorar o êxito eleitoral aos gritos de “vitória”. Nos corredores do estádio, o Tribunal Regional Eleitoral à noite, repudiou a proposta udenista para recontagem dos votos¹⁵⁹.

A vitória de políticos que não apoiavam a ditadura foi noticiada com entusiasmo pelo *UH*. No entanto, logo após as eleições, os militares promulgaram o AI-2 e decidiram pelo voto indireto, tirando do povo, a decisão de escolha entre os candidatos.

Da eterna vigilância ao Ato Nº 2

Quando o Marechal-Presidente e depois o chefe do seu Gabinete Civil concluíram, ontem, a leitura da proclamação do Ato Institucional nº 2, um velho deputado da UDN carioca, o Sr. Hamilton Nogueira, atônito com tudo o que ouvira pelo rádio, tirou o lenço do bolso do paletó, rasgou-o em várias tiras, atirou-o a uma cesta de lixo nos corredores do Congresso em Brasília exclamou patético, entre irado e comovido: “Isto não representa mais nada. Tudo se acabou”. (...) Os atos do “Ato” tinham sido totais. As relutâncias ainda existentes haviam sido vencidas ao correr da

¹⁵⁹ Última Hora. Editora Última Hora S/A. Rio de Janeiro. 05/10/1964. Ano 13. Nº 1.673.capa.

noite de anteontem, num verdadeiro peneirar da área militar “revolucionária” que deixou perplexos os próprios governadores de Minas e da Guanabara que — sabendo antecipadamente da medida e chegando a admiti-la — não acreditava que ela se consumasse nesse 27 de outubro. O Marechal Castelo Branco, porém, terá preferido escudar-se apenas na rigidez do seu dispositivo militar e partiu para as medidas de ontem sem interessar-se em saber até que ponto os dois governadores udenistas manteriam sua fidelidade ao Governo Central, depois de editado o “Ato”, que, a longo prazo poderá atingir também os Srs. Magalhães Pinto e Carlos Lacerda. (...)

Às 19 horas de anteontem, o “Ato Institucional nº2” estava inteiramente minutado. Os 25 artigos do primeiro projeto haviam sido ampliados para 33 durante a tarde, depois de o Presidente entrevistar-se com os ministros militares e passavam a conter a extinção dos partidos políticos, a declaração sumária do estado de sítio, por até seis meses, independentemente da audiência do Congresso, e o aumento para 16 do número de ministros do Supremo¹⁶⁰.

UH costumava publicar na íntegra todos os textos dos Atos Institucionais. Já que estava sob censura e não poderia fazer comentários mais duros e críticos. A publicação dos atos era uma forma de levar a população o conhecimento das medidas arbitrárias que estavam sendo tomadas naquele momento, pois a grande mídia noticiava de forma parcial, muitas vezes tendenciosa, e não deixava claro o que essas medidas significariam na prática. O Ato Número 3 não demorou para ser promulgado.

Reação ao Ato Nº 3

Voltavam-se para São Paulo, ontem, as atenções dos principais líderes políticos, com o evidente objetivo de captar os reflexos do Ato Institucional número 3. Já sendo possível adiantar que, exceção feita aos núcleos extremados da extinta UDN, a eleição indireta do próximo governador foi considerada “um rude golpe” para os paulistas, conforme diziam os editoriais dos principais jornais de lá. (...) Da posição paulista dependerão as próximas atitudes dos que se colocaram em favor da realização de eleições diretas, inclusive no Partido tido como de oposição, o MDB. O ex-líder trabalhista, Doutel de Andrade, dizia ontem que a demonstração de força do Marechal Castelo Branco não deveria significar o ponto final da luta para que o povo tenha o direito de escolher seus governantes. (...)

Entre os políticos, ninguém encontra uma explicação razoável para o editamento do Ato Institucional nº 3, mas todas as interpretações e análises do que sucedeu convergem — para governistas e oposicionistas — num denominador comum: o

¹⁶⁰ Última Hora. Editora Última Hora S/A. Rio de Janeiro. 28/10/1965. Ano 13. Nº 1.692.p.4

Marechal Castelo Branco apelou para um ato tipicamente de força exatamente porque, além de não ter suporte popular, suas vanguardas de sustentação política estão divididas, em choque e quase desmantelada. A franqueza e a debilidade de movimentação político-popular do Governo levaram-no a exibir sua força, neste aparente emaranhado de contradições que se agravou em outubro de 65 como Ato nº 2. (...) O Ato nº 3 surgiu sem que o Presidente da República tivesse sequer tentado sondar a opinião do Congresso sobre as eleições indiretas¹⁶¹.

O anúncio de uma nova Constituição foi discutido diversas vezes pelo *UH* sempre com muita indignação. Vimos o uso de palavras que não eram usadas com certa frequência pelo periódico, como é o caso de “ditador”.

Congresso obrigado a aprovar a Carta de 67 a toque de caixa

Presidente com Poderes de Ditador

O Marechal Castelo Branco deu à publicidade, ontem, através da Agência Nacional, o anteprojeto de Constituição que levou nove meses sendo elaborado, sob sua orientação, nos bastidores palacianos e que deverá ser rapidamente aprovado pelo Congresso, para entrar em vigor no dia 15 de março de 1967, ao investir-se na Presidência da República o Marechal Artur da Costa e Silva.

O texto que ontem se divulgou já fora antecipado, nos seus pontos fundamentais por informantes ligados ao próprio Governo. Tem 5 títulos _ Organização Nacional, Declaração de Direitos, Ordem Econômica e Social, Família e Educação, Disposições Gerais e Transitórias _ dos quais os dois primeiros estão subdivididos respectivamente em 8 e 5 capítulos. O total é de 180 artigos, ocupando 93 laudas datilografadas.

É importante ressaltar que em diversos momentos da ditadura vimos certos segmentos da sociedade lutando e se mobilizando, diante de tanta arbitrariedade e violência. Os festivais da canção lançavam músicas críticas, a juventude se reorganizava nas Universidades, e este clima de insatisfação também se refletia nas notícias publicadas, como segue nesse título em 1966:

Executivo é que manda

¹⁶¹Última Hora. Editora Última Hora S/A. Rio de Janeiro. 07/02/1966. Ano 15. Nº 1.727.p.4

A “Carta Menor” do Marechal Castelo Branco reconhece formalmente a independência dos poderes, mas confere atribuições praticamente ditatoriais ao Poder Executivo. O Presidente da República poderá inclusive expedir decretos-leis em assuntos de segurança nacional e economia e finanças públicas. As eleições para Presidente serão indiretas (por um colégio eleitoral) e para Governadores, diretas. Os atos praticados pelo Governo com base nos Atos Institucionais são excluídos de apreciação. Além das providências adotadas no estado de sítio. O Presidente poderá tomar “outras medidas” quando houver ameaça de fatores de corrupção ou subversão. Os tribunais militares julgarão civis que atentarem contra a segurança nacional¹⁶².

Vemos a seguir como foi noticiado o AI-4:

Ato Institucional Nº 4

Porque a Constituição de 1946 “já não atende às exigências nacionais” e semente uma nova Constituição poderá assegurar a continuidade da obra revolucionária, o Marechal Castelo Branco baixou ontem o Ato Institucional número 4 convocando extraordinariamente o Congresso Nacional, de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967, para aprovar o anteprojeto da Carta Constitucional.

Castelo ditou as normas e prazos de tramitação da Carta. Deverá ser formada uma Comissão Mista de 11 senadores e 11 deputados, na qual a Arena, com 14 membros, disporá de maioria. O relator da Comissão Mista terá 72 horas para dar parecer. As duas casas do Congresso, em sessão conjunta, terão quatro dias para votar a matéria. Aprovado o projeto será ele devolvido à Comissão, onde receberá emendas. De volta ao plenário, este terá 12 dias para votar as emendas em turno único. Já se sabe de antemão que nenhuma emenda que contraria a vontade do Governo tem qualquer “chance” de ser incluída no texto.

O Ato Institucional Número Quatro, ou AI-4 foi baixado pelo Castello Branco em 7 de dezembro de 1966. O mesmo convocou o Congresso Nacional para a votação e promulgação do Projeto de Constituição, que revogava definitivamente a Constituição de 1946. Esta já havia recebido tantas emendas, que estava totalmente descaracterizada. Com isso, em 24 de janeiro de 1967, foi promulgada pelo Congresso Nacional a nova Constituição, a quinta do período republicano. Essa Constituição, que dava grandes poderes

¹⁶² Última Hora. Editora Última Hora S/A. Rio de Janeiro. 07/12/1966. Ano 15. Nº 1.930.capa.

ao presidente da República, seria modificada em 17 de outubro de 1969, tornando o poder político ainda mais centralizado nas mãos do presidente.

3.9 A Revista *Manchete* sob a perspectiva das memórias dos seus jornalistas e do olhar vigilante da rede de informações

Durante o desenvolvimento da pesquisa, além dos exemplares da *Manchete*, analisamos outras fontes que foram fundamentais para investigar o posicionamento da revista durante o golpe de 1964 e ao longo da ditadura civil-militar. Neste sentido, foram significativos para a inteligibilidade dessas questões os relatos de memórias de jornalistas que trabalharam nesse periódico e os documentos produzidos e difundidos por uma rede de informações que serviu de sustentáculo para o aparato coercitivo do Estado, conforme veremos a seguir.

Destacamos que o contato com esses sujeitos possibilitou o conhecimento de informações que dificilmente encontraríamos em outros documentos, complementando algumas lacunas da trama histórica e possibilitando a narrativa de experiências políticas. Assim, para se pensar as relações entre História e memória, é preciso levar em consideração que:

A memória coletiva de um grupo representa determinados fatos, acontecimentos, situações; no entanto, reelabora-os constantemente. Tanto o grupo como o indivíduo operam estas transformações. Embora parta do real, do fato, do acontecido, o processo da memória se desloca e passa a operar através de uma dimensão onde as motivações inconscientes e subjetivas constituem o vetor determinante da construção desse quadro. Com a história, a dimensão do fato, do acontecido, do acontecimento opera sempre em sintonia com o que é estabelecido no momento em que o fato ocorreu. A forma como o acontecido operou ou atuou no imaginário ou no próprio comportamento social não se constitui em elemento fundante. [...] A história opera com o que se torna público, ou vem à tona da sociedade, recebendo todo um recorte cultural, temático, metodológico a partir do trabalho do historiador¹⁶³.

¹⁶³ MONTENEGRO, Antônio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2007, p. 19-20.

Além disso, torna-se relevante ressaltar outros aspectos constitutivos da memória, tendo em vista a sua complexidade. Segundo Michael Pollak, as memórias individuais e coletivas não são neutras, sendo marcadas por silêncios, esquecimentos, emoções, funções, disputas políticas, controles e tensões, sendo um dos elementos importantes para a construção das identidades dos indivíduos e/ou dos segmentos sociais¹⁶⁴.

Assim, a entrevista é entendida como uma fonte intencionalmente produzida através de narrativas que são estimuladas e registram interpretações sobre o passado, sendo resultado de uma ação interativa entre entrevistador e entrevistado. Ela é também resultado de uma ação específica, que é interpretar o passado, e deve ser compreendida também como um documento de cunho biográfico, salientando que nesse processo subjetivo, a dinâmica de vida pessoal do entrevistado está em consonância com a coletividade¹⁶⁵. É neste cenário apresentado que estão inseridos os depoimentos deste trabalho.

Um dos nossos entrevistados foi o jornalista Murilo Melo Filho. Ele nasceu em Natal, em 1928 e aos dezoito anos foi para o Rio de Janeiro com o objetivo de ser jornalista, formando-se também em Direito. Participou da fundação da Revista *Manchete* em 1952, onde escreveu por quarenta anos a relevante seção *Posto de Escuta*. Além disso, entre os anos de 1955 e 1962, aprestou na TV RIO o programa *Congresso em Revista*, voltado para o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo Congresso Nacional. Atualmente, é membro da Academia Brasileira de Letras e possui vários livros publicados sobre jornalismo e política¹⁶⁶. No que tange à sua atuação na *Manchete* durante o período por nós investigado, Murilo Melo Filho lembrou o seguinte:

[...] os militares tinha[m] o controle absoluto de tudo quanto se publicava nos jornais, nas rádios e nas revistas. Foi uma época muito difícil pra imprensa brasileira, foi aquela época da censura dos militares, e eu já estava no Rio. E enfrentei também me submetendo a toda sorte de humilhações dos órgãos que o governo militar de então instaurou para confiscar textos e reportagens que não era de interesse deles. Foi uma fase muito difícil pra toda publicação e imprensa pública brasileira, muito difícil eu não gosto nem de me lembrar desse tempo. [Reportagens]

¹⁶⁴ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n.º. 10, p. 200-212, 1992. _____ . Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n.º. 3, p. 3-15, 1989.

¹⁶⁵ ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História oral: memória, tempo, identidades*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

¹⁶⁶ Conforme depoimento concedido à autora em 08/05/2014 e entrevista realizada com Carlos Eduardo Barbosa Sarmiento e Marly Silva da Motta, em 22/04/1998, disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista590.pdf>>, acessado em 29/05/2015.

vetadas totalmente, nem sequer frases; mas, sim, textos todos. Eu tive vários casos desses, vários problemas, vários choques eu tive com esse controle dos militares sobre a imprensa brasileira. General ou coronel fazia plantão permanente na revista pra rever e fiscalizar todos os textos que iam pras máquinas¹⁶⁷.

Mesmo com o passar dos anos, lembrar essas experiências ainda foi algo extremamente doloroso para ele. Isso porque durante esse período, no Brasil, vários direitos fundamentais para a dignidade humana foram suspensos, negados, como foi o caso da livre comunicação da imprensa¹⁶⁸. Nesse contexto destaca-se a intensa atuação dos censores e de uma comunidade de informações compostas por vários órgãos que serviram de sustentáculo para a ditadura civil-militar.

Uma dessas experiências negativas vivenciadas por Murilo foi documentada pelo Informe nº 323, de 15 de setembro de 1976, produzido pela Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI) e difundido para o Centro de Informação do Exército (CIE), com grau de sigilo *Confidencial*¹⁶⁹. Segundo essa fonte, Murilo Melo Filho procurou Raul Ryff (assessor de Jango em 1955 e secretário de Imprensa quando ele se tornou presidente em 1961) para realizar uma entrevista com João Goulart pela revista *Manchete*, com o objetivo de colaborar com a sua volta. Dessa forma, “[...] ele (Murilo M.F.) iria ao URUGUAI e o texto a ser publicado seria submetido a uma prévia apreciação do ex-Presidente. RYFF telefonou, então, para JANGO para estabelecer a ida do representante da revista, da editora Bloch”¹⁷⁰.

Diante disso, essa informação foi submetida à presidência da República, que emitiu a seguinte recomendação: “o Palácio do Planalto não considera conveniente que a revista, publicasse o artigo, sobre o retorno de JOÃO GOULART” (Ibid). Acreditamos que vários fatores influenciaram o cenário dessa desaprovação: 1) com a proximidade das eleições governamentais, a chegada de Jango poderia provocar “[...] inibição às possíveis hostilidades

¹⁶⁷ ENTREVISTA REALIZADA PELA AUTORA EM 08/05/2014.

¹⁶⁸ Para um aprofundamento acerca disso, consultar: CARVALHO, José Murilo de Carvalho. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 155-195.

¹⁶⁹ O trabalho de Carlos Fico é fundamental para o entendimento acerca da atuação dos órgãos que realizaram uma intensa vigilância social e combateram às atividades e ideias consideradas perigosas aos militares. Ao analisar os documentos produzidos e difundidos por essas instituições, ele destacou como eles eram classificados: “(a) ultra-secretos (os que requerem excepcionais medidas de segurança); (b) secretos (os que requerem rigorosas medidas de segurança); (c) confidenciais (aqueles cujo conhecimento e divulgação possam ser prejudiciais aos interesses do país); (d) reservados (os que não devam ser, imediatamente, do conhecimento do público em geral)”. FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001, p. 25-26.

¹⁷⁰ Informe nº 323, de 15 de setembro de 1976. Fundo: SNIG, Identidade: A0971327-1976, Data: 17/09/1976. Arquivo Nacional – Memórias Reveladas.

de autoridades do setor de segurança e da polícia”, segundo o SNI (Ibid); 2) a busca dos governos militares para exercer um controle social, mesmo diante da crise ditatorial, perante a forte oposição dos movimentos sociais¹⁷¹; 3) a significativa censura vigente nos meios de comunicação¹⁷² e a visibilidade da matéria na *Manchete*, tendo em vista a sua repercussão/circulação nacional.

Ainda no que se refere à censura sofrida pela *Manchete* e ao cotidiano do trabalho dos censores, Murilo Melo Filho recordou que:

[...] o controle desses funcionários era completo e era fechado, não pode publicar tal assunto e nós tínhamos que nos curvar e obedecer a isso. Isso passava na minha mão como diretor do texto político, passavam todos na minha mão e eu submetia esses textos a aprovação dos coronéis e majores designados para policiarem a *Manchete*. Sobretudo assuntos políticos eram muito investigados, bem lidos, cortados, os textos que eles não queriam nós já sabíamos [e] os que eles gostavam, o que não gostavam e cuidamos em obedecer a isso e não lutar contra isso¹⁷³.

Dessa forma, se por um lado essa revista e os seus funcionários quase não sofreram com a lógica de controle dos censores e dos militares. Por outro, ela buscou se adaptar ao contexto vigente e aos seus interesses institucionais, buscando construir geralmente, uma política editorial sem embates com os ideais e práticas ditatoriais. Daí, um dos motivos que fizeram com que a *Manchete* sofresse menos com a censura e repressão, se comparados à outros periódicos de esquerda ou da imprensa alternativa, como foi o caso do jornal *Ultima Hora* e da Revista o Cruzeiro.

Assim, durante o desenvolvimento da pesquisa foi possível verificar que “no domínio do político, o discurso midiático ora normaliza e arrefece, ora revoluciona e aquece a luta pela detenção do exercício do poder¹⁷⁴”. Para se ter um conhecimento sobre o SNI e outros órgãos

¹⁷¹ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

¹⁷² KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores – do AI-5 à Constituição de 1988*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

¹⁷³ Entrevista realizada em 08/05/2014.

¹⁷⁴ MOULLIAND, Maurice. PORTO, Sérgio Dayrell (Orgs.). *O Jornal. Da forma ao sentido*. 3. Ed. ver. Ampl. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.p.237.

informativos investigavam, censuram e reprimiram a sociedade, analisemos o documento a seguir:

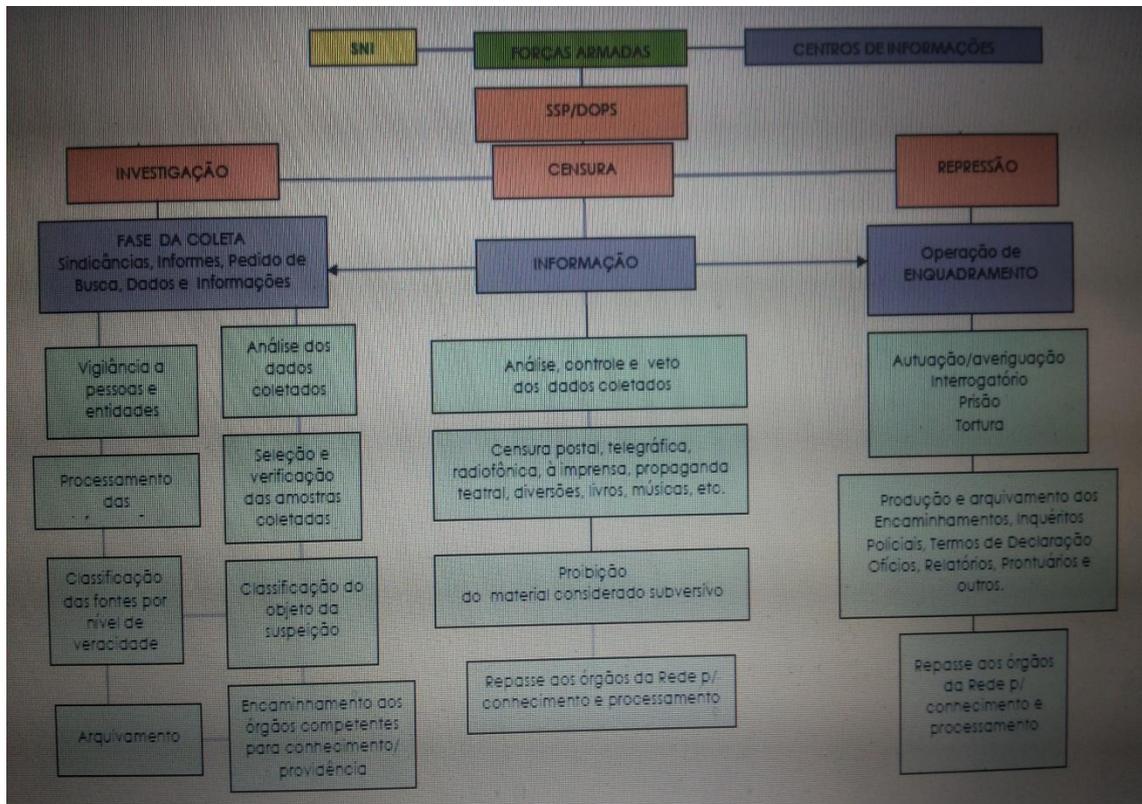


Gráfico nº 01 “Diagrama do trâmite informacional”. SILVA, 2007, p. 131.

A partir desse gráfico é possível constatar que o Serviço Nacional de Informações juntamente com as Forças Armadas e os Centros de Informações ocuparam um papel de destaque na base do aparato coercitivo do Estado. Nesse processo, a informação foi um instrumento fundamental para o monitoramento e enquadramento de pessoas e segmentos sociais considerados perigosos, o que muitas vezes ocasionou em delações, prisões e construção de estereótipos, como foi o caso dos de “terroristas” e comunistas¹⁷⁵.

Durante o contexto pré-golpe de 1964 e ao longo de toda a ditadura, o comunismo foi visto como um inimigo da ordem política e social do Estado e deveria ser extirpado, daí o combate fervoroso a presença dele em todos os espaços e segmentos sociais que ele poderia estar presente, como foi o caso da imprensa. Em três de março de 1971, por exemplo, o

¹⁷⁵ SILVA, Marcília Gama da. *Informação, repressão e memória: a construção do Estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)*. Tese (Doutorado em História) - CFCH, UFPE, Recife.

Ministério da Aeronáutica, difundiu o Informe *Confidencial* nº 051/1971 com o assunto “Infiltração comunista na imprensa” para o Centro de Informação da Aeronáutica (CISA) e para o SNI¹⁷⁶.

Nesse documento é notável a preocupação com a presença de comunistas na *Manchete*: “O Cruzeiro e a *Manchete* são os mais infiltrados. Uma vêz conseguido todo o domínio da imprensa, a esquerda cria e desfaz mitos, sempre de acôrdo com seus interesses, podendo orientar e conduzir as massas” (Ibid). Essa vigilância e combate são apresentados de forma ainda mais minuciosas na Informação *Secreta* nº 189/1971, da Agência Central do SNI do Rio de Janeiro, difundida para Agência Central desse órgão.

De acordo com a Informação nº 189/1971, o movimento das esquerdas no país estaria expandindo a sua infiltração nos meios de comunicação social do país, com destaque para a imprensa escrita e emissoras de televisão, que estariam sendo “[...] utilizados para transmissão de mensagens para grupos subversivos”. Essa situação teria sido constatada na Bloch Editores S/A, de propriedade de Adolpho Bloch, nomeado pelo documento como um russo naturalizado brasileiro anticomunista, sendo marcante o monitoramento a respeito de quem eram os editorialistas da Revista *Manchete*:

a) - AMARO ALEXANDRINO DA ROCHA, [...] o marginado figura, entre outros, no Relatório da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Pernambuco, abrangendo atividades subversivas no período de 1º de abril e 31 de dezembro de 1964. b) – JUSTINO MARTINS, brasileiro, jornalista, natural do Rio Grande do Sul [...]. Figura como registrado como comunista na SSP/GB. Segundo documentos reservados de 1968, solicitou visto de saída, com destino a INGLATERRA. c) – RAIMUNDO MAGALHÃES JÚNIOR, [...] participou do Congresso Continental de Solidariedade a Cuba, realizado nos dias 28, 29 e 30 de março de 1963 em Niterói, Estado do Rio de Janeiro. d) – NARCEU DE ALMEIDA FILHO, [...] escritor e jornalista [...]. No DOPS de São Paulo, consta ter sido fichado na polícia de Goiás como comunista. [...] e) – NILSON LEMOS LAGE, [...] participou do Congresso Continental de Solidariedade a Cuba, realizado nos dias 28, 29 e 30 de março de 1963 em Niterói, Estado do Rio de Janeiro. f) IVAN ALVES, [...] fez parte em 1965 da Diretoria Provisória da UNE, até a realização do XXVII CONGRESSO NACIONAL DA UNE, exercendo o cargo de Tesoureiro. g) – MÁRIO DE SOUZA MARTINS, [...] em 1938, foi novamente detido em virtude de suas atividades em

¹⁷⁶ Informe nº 051/1971. Fundo: CISA, Identificação: BR_AN_BSB_VAZ_097_0031, Data: 03/03/1071. Arquivo Nacional – Memórias Reveladas.

pról [sic] da rearticulação do PCB [...]. Em 1945, foi um dos oradores do comício realizado pela UNE e UME, em protesto à chamada ‘Lei Anti-Trust’. [...] Em 1951, já como deputado da UDN [União Democrática Nacional] [...] foi eleito junto à [sic] uma Comissão Especial de Vereadores que deveria entender-se com as autoridades, sôbre [sic] a apreensão do livro ‘O mundo da paz’ de Jorge Amado. [...] [Mário de Souza Martins] teve os seus direitos políticos suspensos por dez (10) anos e seu mandato de Senador pela Guanabara cassado, de acôrdo [sic] com os Atos Constitucionais nº 1 de 9/4/1964 e nº 2 de 27/10/1965 e nº 5 de 13/12/1968. h) – JÚLIO MISKIER [...] é militante comunista. [...] O marginado, foi, em 1950, juntamente com outros quatro alunos, expulsos da Universidade Católica. [...] Foi detido na Praça Barão de Drumond [sic] em 1951, quando se achava em uma reunião em ‘Pról [sic] do Festival de Berlim’, no dia 20/10/1951 e pôsto [sic] em liberdade no dia seguinte¹⁷⁷.

Estes foram todos os editorialistas do periódico citados no documento. Chamou-nos a atenção a pluralidade das suas atividades desenvolvidas e espaços de atuação, além do fato do seu passado de militância, mesmo que anterior à ditadura, foi considerado um elemento periclitante, fazendo com que eles estivessem sob a lógica da vigilância e da suspeição dos órgãos militares. Salientamos que o levantamento de informações acerca desses profissionais foi bastante detalhado: endereço residencial, filiação partidária e familiar, jornais e revistas que trabalharam, pessoas com as quais se relacionavam politicamente, entre outros. Para nomeá-los, foram utilizados termos como subversivos e comunistas, bastante comuns no meio policial para enquadrar todos aqueles que desenvolvessem atividades e ideias contrárias ao que o regime militar proibia.

Outro entrevistado na pesquisa foi José Esmeraldo dos Santos. Ele nasceu no Crato/Ceará. Ainda no ensino secundário militou no movimento estudantil, ficando preso por uma semana devido a sua participação política durante as manifestações do turbulento ano de 1968. Posteriormente, ingressou no ensino superior, integrando uma das primeiras turmas do curso de Comunicação na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no final dos anos 1970, onde continuou sua militância entre os discentes. Além disso, ressaltamos que durante a sua trajetória, ele nunca se filiou a um partido, embora sempre atuasse juntamente com o Partido Comunista Brasileiro.

¹⁷⁷ Informação nº 189/1971. Fundo: SNIG, Identidade: A0338370-1971, Data: 16/03/1971. Arquivo Nacional – Memórias Reveladas.

A sua primeira experiência profissional foi em jornais estudantis, mas trabalhou na extinta TV RIO e na revista Fatos e Fotos como repórter, tendo permanecido na *Manchete* por quinze anos. Em seu depoimento¹⁷⁸, ele relatou que nos anos 1970, a revista passou por um processo de decadência, ao se tornar um veículo “oficial” de matérias e editoriais que exaltaram a ditadura brasileira. Ao analisarmos os exemplares desse periódico, foi notória essa propaganda governamental com discursos bastante positivos, como foi o caso da cobertura de obras como: Belém-Brasília, Itaipú e Transamazônica. Ainda no que concerne às memórias desse jornalista, outros aspectos são elucidativos para a nossa pesquisa:

[...] como a revista era diferente dos anos 1970 nos 1960. Quer dizer, nos anos 60 [havia] os personagens, você vai ver o Brizola, no estilo da *Manchete*. Você vai ver os fatos políticos mais graves, tá lá, da semana, antes mesmo do golpe, o comício de 13 de Março. Antes mesmo disso, aquele período do Jango quando tava na China e houve a primeira tentativa de impedir a posse de Jango e aí houve a resistência. Brizola comandava a resistência no Sul, houve uma pressão e tal, e acabou que o Jango tomou posse. Houve a história do parlamentarismo, enfim, aquela crise de 62, se eu não me engano 1961, depois da renúncia de Jânio, a *Manchete* cobriu muito bem do ponto de vista de uma revista que cobre atualidades. Aí você tinha lá a opinião do Fulano e a opinião do Cicrano, digamos assim, esses personagens tavam lá. De alguma maneira você entenderia aquela crise, não havia assim um desequilíbrio tão grande, ideológico, digamos assim. Lógico que a revista era anticomunista, a família dele foi vítima, tinha toda a história, aquilo de alguma maneira estava lá de uma forma pouco mais jornalística digamos assim. A *Manchete* não era [e] não precisava ser um veículo como O Globo, que tinha lá um editorial e tomava posição aberta contra aquilo. A *manchete* mostrava o que tava acontecendo na semana, então ela podia jogar com vários personagens e cobria os fatos¹⁷⁹.

Os relatos de José Esmeraldo expressam a experiência de um profissional que durante a sua trajetória pôde acompanhar as transformações político-editoriais que estiveram associadas ao contexto político nacional pré e pós-golpe de 1964. Eles estão em consonância com os resultados obtidos na pesquisa, ao analisarmos exemplares da *Manchete* dos anos 1960 e 1970. Constatamos que frequentemente, os discursos e práticas da revista estiveram relacionados às suas profícuas relações financeiras com os militares, havendo, inclusive,

¹⁷⁸ Entrevista realizada em 07/05/2014.

¹⁷⁹ Entrevista realizada em 07/05/2014.

várias propagandas pagas de projetos governamentais. Assim, essas relações foram permeadas por situações de interesses, acomodação, benefícios e ideais políticos.

Além disso, verificamos que *Manchete* não apenas publicou matérias positivas sobre os governos militares, mas também se apropriou e difundiu, muitas vezes, terminologias do regime, ao nomear de subversivos e terroristas, vários militantes que lutaram pelo retorno da democracia ao país e foram atingidos pelo aparato coercitivo do Estado, construindo uma imagem negativa acerca deles. Para um maior entendimento a respeito dessas questões, é importante refletir sobre a censura:

A Manchete teve pouquíssimo problema com censura. [...] [Mas houve alguns casos, como] por exemplo, uma página dupla que eu me lembro: “Amor livre”. Aí tinha uma foto clássica que era feita do alto, que era assim: cinquenta casais nus. Volta e meia alguém repete essa foto, você não via nada explícito, era uma nudez, a revista teve ameaça de apreensão por isso. A Manchete tinha um coronel dentro da redação. [...] não sei se a manchete pagava ou não esse coronel, ela fazia a ponte com a censura oficial, com os censores da polícia federal e tal. Eles tinham uma, eles podiam dizer isso vai dar problema entendeu, então a censura que a Manchete sofreu digamos assim, foi uma censura consentida, a Manchete não desafiou a censura [...]. Então existia uma censura, existiu essa censura do ponto de vista econômico [e] a redação se incomodava mais. [...] A manchete não cobriu essas crises, entendeu, [...] não houve um caso de apreensão de revista. Mas houve um digamos assim, um dirigismo né, um direcionamento, uma acomodação, melhor, uma palavra melhor em relação a censura. [...] Ideologicamente a Manchete estava alinhada com a ditadura, esses acidentes, digamos assim, eram dos jornalistas, das redações, entendeu, em alguns momentos as redações conheciam, sabiam que aquilo podia dar algum problema, mas não havia censura por exemplo, pra dizer ninguém chegou na redação pra dizer essa capa não pode entendeu, a manchete nunca teve censura prévia¹⁸⁰.

A narrativa de José Esmeraldo é bastante esclarecedora sobre como a *Manchete* lidou estrategicamente com a censura, um grande problema para os meios de comunicação do período. Se por um lado, o Estado buscou exercer um controle sobre esses veículos, por outro, essa revista buscou adaptar-se a esse contexto ao sabor dos seus interesses. Havia, inclusive, a presença de um coronel que serviria como uma espécie de filtro para designar o que deveria

¹⁸⁰ Entrevista realizada em 07/05/2014.

ser ou não publicado e como seriam as notícias veiculadas. Não era por acaso a publicação de matérias tendenciosas em prol dos governos militares, suprimindo inclusive, problemas enfrentados por eles, como foi o caso dos entraves econômicos.

De acordo com esse entrevistado, os problemas com a censura geralmente eram ocasionados por situações específicas com os jornalistas e redatores. No geral, ela apoiou a ditadura ao longo da sua existência. Todavia, como outras instituições da época, a *Manchete* não ficou plenamente livre do aparato coercitivo do Estado. No caso da reportagem “Amor livre” acima citada, a censura foi no tocante a uma preocupação do período: a “decadência moral da sociedade brasileira”. Assim, a defesa era em nome do que se convencionou nomear de moral e bons costumes na época.

Quanto à censura prévia à imprensa, segundo Lucas Borges de Carvalho, de um modo geral, ela foi operacionalizada a partir de três elementos: 1) a existência de um censor no veículo de imprensa; 2) o envio de reportagens que seriam analisadas pela polícia federal em Brasília ou nas Delegacias Regionais, antes da sua publicação; 3) a emissão de ordens sobre assuntos que não deveriam ser noticiados, o que poderia ocorrer através de várias formas, como: telefonemas, bilhetes e telegramas¹⁸¹.

A *Manchete* também esteve sob a lógica da vigilância dos órgãos de informação. Segundo o *Documento de Informação Confidencial* nº 030-A-2/III COMAR, de sete de julho de 1978, originário do Comando Aéreo Regional do Rio de Janeiro/Ministério da Aeronáutica, essa revista estaria realmente inclinada a fazer um levantamento sobre os órgãos de informações e possíveis torturadores¹⁸².

Esse trabalho estaria sob a responsabilidade do repórter Aloísio Morais, da sucursal de Belo Horizonte e, não estaria restrito apenas a essa área, porque outras sucursais de todo o Brasil estariam realizando essa atividade, segundo a fonte militar. Assim, seriam alvos desse levantamento: os DOPS, órgãos de informação do exército, secretarias de segurança pública e penitenciárias que tivessem presos políticos¹⁸³.

¹⁸¹CARVALHO, Lucas Borges de. A censura política à imprensa na ditadura militar: fundamentos e controvérsias. *Revista da Faculdade de Direito – UFPR*, Curitiba, vol. 59, n. 1, p. 84, 2014.

¹⁸²Documento de Informação nº030-A-2/III COMAR. Fundo: CISA, Identidade: BR_AN_BSB_VAZ_D04_0044, Data: 18/07/1978. Arquivo Nacional – Memórias Reveladas.

¹⁸³Documento de Informação nº030-A-2/III COMAR. Fundo: CISA, Identidade: BR_AN_BSB_VAZ_D04_0044, Data: 18/07/1978. Arquivo Nacional – Memórias Reveladas.

A publicação de uma matéria pela *Manchete* nesse período possivelmente teria uma grande repercussão nacional e seria extremamente negativo para a imagem do governo e das forças armadas. Isso tendo em vista a crise ditatorial e a crescente mobilização nacional em defesa do retorno da democracia ao Brasil, com destaque para a atuação de diversos segmentos sociais, como estudantes, trabalhadores urbanos, rurais e jornalistas¹⁸⁴. Diante disso, destacamos que não se pode generalizar o posicionamento da revista e dos seus funcionários no que tange ao apoio ou não ao regime militar, conforme lembrou o ex-funcionário dessa revista, José Esmeraldo, na página anterior.

Analisemos, agora, as memórias de mais um depoente: Arnaldo Niskier, que nasceu em 30 de abril de 1935, em Pílares/RJ e atuou como jornalista desde os quinze anos de idade. Ele começou a sua carreira no jornal *Ultima Hora*, mais especificamente, no Caderno de Esportes. Posteriormente, seguiu para a *Manchete Esportes*, Sétimo Céu. Entre os anos de 1960 e 1968, foi chefe de reportagem e depois tornou-se diretor do Departamento de Jornalismo de todas as revistas da Bloch. Assim, foi funcionário dessa instituição até 1992, onde totalizou 37 anos de trabalho.

A revista acabou porque deixou de investir na revista pra investir na televisão. Censura, havia censura, de vez em quando aparecia alguém lá pra dizer que não tinha gostado disso, daquilo. Eu já sabia das proibições. Enfim, veio a revolução e veio uma certa ameaça pra *Manchete* se continuasse a defender Brasília e Adolpho deu ordens peremptórias a mim e ao Justino Martins pra que continuássemos a fazer tudo por Brasília, todas as matérias. Todo aniversário de Brasília, no dia 21 de abril tinha que ter uma matéria enorme sobre Brasília em cores, porque o Adolpho fazia questão e determinou a cada um de nós que continuássemos dando uma cobertura cada vez maior a Brasília. O povo gostou muito da ideia e passou também a ser um fator de venda da revista, o fato de estar defendendo a existência de uma nova capital. Então, fizemos todas as coberturas possíveis e imagináveis. Depois veio a revolução e houve uma certa ameaça a *Manchete* e a sua integridade se continuasse a defender Brasília, porque lembrava JK. Isso também foi um fator muito importante pro sucesso da revista¹⁸⁵.

¹⁸⁴ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

¹⁸⁵ Entrevista realizada em 08/05/2014.

Arnaldo Niskier destacou aspectos importantes a respeito do posicionamento da *Manchete* durante o golpe de 1964 e as suas transformações ao longo da ditadura. Ele afirmou que a presença do censor não era algo constante nos editoriais, ainda estando presente em sua memória/narrativa o termo revolução, tão difundido no período sob a justificativa de salvar o país da efervescência política vigente. Além disso, foi possível verificar que com o golpe civil-militar de 1964, um novo cenário político-social surgiu no Brasil e isso se refletiu na linha editorial da revista em seus vários aspectos.

Também foi relevante o depoimento de Roberto Fernando Mugiatti. Ele nasceu em seis de outubro de 1937 em Curitiba, começou a sua carreira como repórter especial, mas também atuou como escritor e tradutor. Trabalhou para a Bloch Editores S/A com as revistas *Ele e Ela*, *Fatos e Fotos* e *Manchete*. Mais especificamente na última, ele atuou durante trinta e cinco anos, sendo trinta e um deles, como editor. No que tange ao cotidiano do seu ofício, foi marcante em suas memórias que:

Na Manchete tinha um coronel que de vez em quando dava alguns palpites, mas não entrava muito não. O Adolpho Bloch era um empresário oportunista como todos, ele queria sobreviver. Então, ele se amoldava aos padrões de então, não é a mesma coisa de um jornal, um jornal tem a coisa mais ativa de ter de fazer notícia política. [...] Agora ele tinha atitudes corajosas, por exemplo, quando o Balé Bolshoi, um balé bonito da Rússia vinha fazer uma excursão no Brasil e a ditadura por ser um Balé da União Soviética comunista a ditadura proibiu. Era um balé clássico, o Lago dos Cisnes não tinha nenhuma mensagem política entende, mas a ditadura burramente proibiu. Então, o Adolpho resolveu dar uma porrada. Tomou partido e deu [uma capa da Manchete para o balé], embora não fosse uma coisa também que fosse vender revista. [...] A gente não ia entrar em coisa de política, por exemplo, não era do feitio da revista, entende?! E nem era o que o leitor procurasse naquela revista, entende?!. Por isso, na Manchete é assim atípica pra você discutir a presença da censura, porque é uma coisa atípica e o Adolpho também tinha um lado que, ele, onde pudesse faturar, ganhar dinheiro ele fazia então tinha uma coisa que era muito criticada pela, pelo pessoal mais engajado e pelas outras publicações que era a chamada matéria paga né, mas, como o governo paga um dinheiro enfim [...]. O nosso leitor queria matérias de viagens, celebridades, aquela coisa né¹⁸⁶.

¹⁸⁶ Entrevista realizada em 08/05/2014.

A censura também esteve presente na memória de Roberto Fernando Mugiatti, estando em consonância com os demais entrevistados a afirmação de que ela não foi intensa na *Manchete*. É notória em sua narrativa a defesa do posicionamento político da revista durante o período ditatorial, ao destacar que ela não deveria fazer notícia política, pois esse papel deveria ser cumprido por outros veículos de comunicação. Além disso, o posicionamento do Adolpho Bloch foi associado à uma questão de sobrevivência a partir de oportunidades financeiras que surgiram, como de fato ocorreu com outros empresário antes e após o golpe de 1964.

Por outro lado, o depoente buscou construir uma imagem positiva do Bloch, como alguém que resistiu contra a ditadura, ao autorizar a publicação da capa com um balé russo. Isso tendo em vista que naquele período, os órgãos de informação não viam de maneira positiva, a veiculação de aspectos culturais de países de formação comunista, diante do cenário da Guerra Fria. Por fim, o Roberto Mugiatti salienta outro ponto que foi fundamental para o sucesso da *Manchete*: ela atendia um tipo de leitor específico e numericamente expressivo, que gostava do seu perfil editorial.

Diante disso, conforme pudemos discutir ao longo desse tópico, verificamos a pluralidade e complexidade das memórias dos entrevistados. As suas narrativas estiveram permeadas por uma série de aspectos constitutivos do campo mnemônico: silêncios, esquecimentos, sentimentos, seletividades e experiências de vida, que contribuíram significativamente para a historicização da *Manchete*.

A partir dessas fontes, tivemos acesso a informações que dificilmente encontraríamos em outros documentos, sendo bastante profícuo o seu cruzamento com os registros impressos e com a historiografia. Neste sentido, pudemos analisar como essa revista apoiou o golpe de 1964 e a ditadura ao sabor dos seus interesses, beneficiando-se financeiramente e adequando-se ao contexto do aparato coercitivo vigente. Por outro lado, apesar de pouco, a *Manchete* também sofreu com a censura e foi alvo da lógica de vigilância dos órgãos de informações, tendo em vista ações específicas de alguns de seus jornalistas que foram consideradas um perigo à ordem política e social do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Revista *Manchete* se apropriou de um discurso pró ditadura para exercer influência e poder sobre a sociedade. Através das matérias, reportagens e artigos, o veículo analisado demonstrou claramente seu posicionamento político em relação aos acontecimentos em questão.

Embora tratemos de um veículo de caráter voltado essencialmente para o entretenimento, onde podemos encontrar assuntos diversos como: literatura, ciência, economia, saúde, moda, esporte, educação, música, televisão, teatro, cinema, internacional, comportamento, sexo, drogas, corrida espacial, entre outros temas, a revista sempre trouxe em suas edições importantes matérias de política. E ao tratar dessa temática, selecionava com todo cuidado tudo o que seria publicado. Critérios como chamada de capa, número da página e tamanho das matérias eram minuciosamente observados. Prova disso é que praticamente 100% das matérias analisadas foram escritas pelo mesmo jornalista, o experiente Murilo Melo Filho, e quase todas elas vinham publicadas na página 12, espaço privilegiado num semanário que muitas vezes continha mais de duzentas páginas.

Em mais de cento e sessenta e três edições, e em mais de trezentas reportagens, vimos como a *Manchete* esquivou-se muitas vezes de comentar a situação delicada em que o país se encontrava. Manifestações, prisões, torturas, desaparecimentos e assassinatos foram ignorados pela revista. Quando algum caso chamado “policial” era divulgado, nenhum tipo de conotação política era sugerido. Muito pelo contrário, Algumas edições omitiam completamente qualquer notícia, matéria ou reportagem que trouxesse algum conteúdo polêmico que pudesse “comprometer” a imagem do regime.

Nas vezes em que a revista se dispôs a tratar da política nacional, preferiu sair em defesa do Regime Militar, procurando justificar suas ações, inclusive os Atos Institucionais. Diante disso, constatamos que a revista, devido à censura e/ou seus próprios interesses, trabalhou informando o leitor das ações governamentais, enaltecendo os militares, informando das obras que eram realizadas no país, e justificando toda a ação repressiva do regime.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- AMORIM, Rose Mary Guerra. *O Governo JK e a revista Manchete: a criação do mito dos anos dourados*. 139 p. Dissertação – Fundação Getúlio Vargas – Curso de Mestrado Profissionalizante em Bens Culturais, 2008.
- AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, Imprensa e Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: Edusc, 1999.
- BARBOSA, Marialva Carlos. RIBEIRO, Ana Paula Goulart (Orgs.). *Comunicação e História – Partilhas teóricas*. Florianópolis: Insular, 2011.
- BARBOSA, Marialva Carlos. *História da Comunicação no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BARROS, J.A.; GONÇALVES, José Esmeraldo (Orgs.) *Aconteceu na Manchete: as histórias que ninguém contou*. Rio de Janeiro: Desiderata, 2008.
- BERG, Creuza de Oliveira. *Mecanismos do silêncio: expressões artísticas e censura no regime militar (1964-1984)*. São Paulo: EdUFSCar, 2002.
- BIZELLO, Maria Leandro. *Entre Fotografias e Fotogramas, a construção da imagem pública de Juscelino Kubischek (1956-1961)*. 25/02/2008. 332 p. Tese – Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Artes – Doutorado em Multimeios.
- BLOCH, Adolpho. *O Pilão*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1978
- BLOCH, Arnaldo. *Os irmãos Karamabloch. Ascensão e queda de um império familiar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BRANCO, Carlos Castelo. *Os Militares no Poder*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 2ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

BURKE, Peter (Org). *O que é História Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CARVALHO, Aloysio Castelo de. *O caso Última Hora e o cerco da imprensa ao Governo Vargas*. Niterói, RJ: Editora Nitpress, Editora da UFF, 2012.

CHIAVENATO, Júlio José. *O Golpe de 64 e a Ditadura Militar*. São Paulo: Moderna, 1994.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

DREIFUSS, René Armand. 1964, *A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009.

FICO, Carlos. *O golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

_____. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.p. 75.

FIGUEIREDO, Anna Cristina Camargo Moraes Figueiredo. *“Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada”*: Publicidade, Cultura de consumo e comportamento político no Brasil (1954-1964). São Paulo: HUCITEC, 1998.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub, *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-196*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Angela de Castro. FERREIRA, Jorge. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda – Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. 1.ed.rev. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARTINS, Ricardo Constante. *Ditadura Militar e Propaganda Política: A Revista Manchete durante o governo Médici*. 1999. 247 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Educação em Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo.

MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tania Regina (Orgs). *História da imprensa no Brasil*. 2. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINS, Luiz Carlos dos Passos. *Os caminhos do profeta: a autobiografia de Samuel Wainer em Minha razão de viver*. Anos 90, Porto Alegre, v. 14, n. 26, p.112, dez. 2007.

MEDEIROS, Benicio. *A rotativa parou! Os últimos dias da Última Hora de Samuel Wainer*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.p.16.

MEIRELES, Gabrielle Lins. *A Legislação Nacional de Telecomunicação nos anos 60 e 70 e a Rede Globo como estudo de caso*. XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH – RIO, 2012.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho. O anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

MOULLIAND, Maurice. PORTO, Sérgio Dayrell (Orgs.). *O Jornal*. Da forma ao sentido. 3. Ed. ver. Ampl. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

NASCIMENTO, Greyce Falcão. *A imprensa a serviço do golpe. A repercussão do AI-5 nas páginas da revista Manchete*. Recife: Faculdade Maurício de Nassau, 2011.

NISKIER, Arnaldo. *Memórias de um sobrevivente – A verdadeira história da ascensão e queda da Manchete*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

OLIVA, Oswaldo Muniz. *A Escola Superior de Guerra*. Revista da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, v. 5, n. 12, p. 11-12, 1989.

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso*. 8ª Edição. Campinas, SP: Pontes, 2009.

PENA, Felipe. *Seu Adolpho: Uma biografia em fractais de Adolpho Bloch, fundador da TV e Revista Manchete*. Rio de Janeiro: Usina de Letras, 2010.

PIERANTI, Octavio Penna. *O Estado e as comunicações no Brasil: construção e reconstrução da administração pública – 1ª edição*. Brasília – DF: Abras/Lecotec, 2011.

PINSKY, Carla Bassanezi. LUCA, Tania Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. 1. Ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

PINSKY, Carla Bassanezi. (organizadora). *Fontes Históricas*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

REIS, Daniel Aarão. *Modernização, Ditadura e Democracia 1964-2010*. Rio de Janeiro: Editora Obejetiva / Fundación Mapfre, 2014.

_____. *Ditadura e democracia no Brasil*. Do golpe de 1964 à Constituição de 1988. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. RIDENTI, Marcelo. PATTO, Rodrigo (Orgs.). *O golpe e a ditadura 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru; SP: EDUSC, 2004.

_____. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

ROLLEMBERG, Denise. QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). *A construção Social dos Regimes Autoritários*. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. 3 v.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. HERSCHMANN, Micael. (orgs.). *Comunicação e História: interfaces e novas abordagens*. Rio de Janeiro: Mauad X: Globo Universidade, 2008.

SABÓIA, J. *Política salarial e distribuição de renda*. CAMARGO & GIAMBIAGI, (Orgs.). *Distribuição de renda no Brasil*; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. Cap 8, 165-186.

SCALZO, Marília. *Jornalismo de Revista*. São Paulo: Contexto, 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: INTERCOM; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

SOUSA, Ana Maria de. *No doce das crônicas de Rubem Braga, o testemunho de um narrador de alguns fatos de 1964-1967, nas páginas da revista Manchete*. 208 p. Dissertação – Universidade de São Paulo. Programa de Pós-graduação em Literatura Brasileira, 2012.

SILVA, Marcília Gama da. *Informação, Repressão e Memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)*. 2007. 264 f. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SILVA, Silvana Louzada. *Fotojornalismo em Revista: O fotojornalismo em O Cruzeiro e Manchete nos governos Juscelino Kubitschek e João Goulart*. Abril 2004. 197 p. Mestrado em Comunicação – Universidade Federal Fluminense. Instituto de Artes e Comunicação Social

SKIDOMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992.

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver*. Memórias de um repórter. Rio de Janeiro: Record, 1991, 14ª edição.

INSTITUIÇÕES PESQUISADAS E FONTES

Biblioteca Setorial do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE – Recife

Biblioteca Setorial do Centro de Artes e Comunicação da UFPE – Recife

Fundação Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro

Associação Brasileira de Imprensa – Rio de Janeiro

Arquivo Nacional – Memórias reveladas

Jornal Última Hora (on line)

Exemplares de 1964 a 1967, acessados no site

<<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/>>

Revista Manchete

Exemplares de 1964 a 1967, disponíveis na Biblioteca da Pós-Graduação em História (CFCH/UFPE) – Recife

Fundação da Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro.